

Rizoneide Souza Amorim



**A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PASSO ALÉM DA
INFORMALIDADE: a experiência do Dendê - Fortaleza -
Ceará**

**Natal/RN
2005**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PASSO ALÉM DA
INFORMALIDADE: a experiência do Dendê –
Fortaleza - Ceará

Rizoneide Souza Amorim

Natal – RN

2005

RIZONEIDE SOUZA AMORIM

A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PASSO ALÉM DA INFORMALIDADE:

a experiência do Dendê – Fortaleza - Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinôco Beaugrand

Natal – RN

2005

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / SISBI / Biblioteca Setorial Especializada
do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA.

Amorim, Rizioneide Souza.

A economia solidária, um passo além da informalidade: a experiência
do Dendê – Fortaleza - Ceará / Rizioneide Souza Amorim. – Natal, RN,
2005.

190 f.

Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinôco

Beaugrand .

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais.

1. Desenvolvimento regional – Tese. 2. Economia solidária – Tese.
2. Trabalho informal – Tese. 3. Grupo solidário – Tese. 4. Solidariedade -
Tese. 5. Cooperação – Tese. I. Beaugrand, Eleonora Bezerra de Melo Ti-
nôco. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE-CCHLA

CDU 332.146.2(043.2)

RIZONEIDE SOUZA AMORIM

A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PASSO ALÉM DA INFORMALIDADE: a experiência
do Dendê – Fortaleza – Ceará

Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora abaixo relacionada, em
_____/_____/_____ de 2005.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinôco Beaugrand – UFRN
Orientadora – Presidente da Banca

Profa. Dra. Maria Lúcia Machado Aranha - UFS
Componente

Prof. Dr. Valdemar dos Santos Pedreira Filho – UFRN
Componente

Profa. Dra. Denise Câmara de Carvalho - UFRN
Suplente

Para os meus pais com amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por todas as oportunidades surgidas em minha vida, através das quais consegui alcançar meus objetivos.

Aos meus familiares, em especial meus pais, Luís e Elvanir e meus irmãos, Heliomar, Elivanir e Rizomar, os grandes incentivadores das minhas realizações pessoais e profissionais.

Às amigas: Naurinha, Elisa (Alannis), Victoria Régia e Cícera, por serem meu porto seguro em Fortaleza, por poder contar sempre com a proximidade, mesmo à distância.

Ao Newton, pelo incentivo durante o processo seletivo do Mestrado.

À Eleonora, pela confiança depositada em todas as situações, pela oportunidade de participar do Projeto Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – UNITRABALHO-ICCO, propiciando-me uma vivência prática e um aprendizado enriquecedor que nenhuma teoria é capaz de contemplar, enfim, por tudo. É uma pessoa encantadora que estimo muito e por quem tenho um profundo respeito e consideração.

Às queridas, Juliana e Luciana, pela amizade, pela força nos momentos de fraquezas, por serem minha fortaleza em Natal.

Às meninas, pela oportunidade de convivência em Natal: Ana Késia, Ana Laura, Ana Saldanha, Ceiça, Isabelle, Izabelita, Juliana, Luciana, Márcia, Raíssa, Shirlinha e Temis. Vocês contribuíram em muito para minha permanência em Natal, fazendo com que eu descobrisse os encantos dessa cidade.

À Temis, pelo empréstimo do computador quando o meu insistia em não funcionar.

Aos colegas do Grupo de Estudos do Trabalho – GET, em especial o Prof. Valdemar, Francisca, Ricardo, Zéu, Marcone, Ricélia e os demais.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo aprendizado compartilhado, em especial: Gustavo, Sara, Francisca, Danilo e Cristina.

Aos professores Valdemar Pedreira (UFRN) e Neyára Araújo (UFC), por se fazerem presentes durante todo o percurso do mestrado.

À professora Denise, pela contribuição na qualificação de Mestrado.

À equipe da UNITRABALHO/UFRN, pela acolhida e carinho durante todo esse tempo. Em especial à Eleonora, à Márcia, à Manuela, ao Diego, ao Leonildo e ao Renato.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, em especial, Inácia e Edmílson.

Ao Fórum Potiguar de Economia Solidária, pela proximidade com a temática, pelos espaços de socialização e de debates, por poder participar da sua construção.

Ao Instituto Florestan Fernandes pela abertura para pesquisa de campo. Em especial Eudes e Carla.

Ao Grupo de Socioeconomia Solidária do Dendê, pelas acolhida, pela atenção dada, pela presteza, pelas informações que compõem esta pesquisa. Por terem sido mais que solidários, meu muito obrigada!

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.



*Refundar a utopia e superar a barbárie advinda da
desordem do mundo do trabalho é o grande desafio
deste novo milênio!*

Armando de Melo Lisboa (2003)

AMORIM, Rizioneide Souza. A economia solidária, um passo além da informalidade: a experiência do Dendê – Fortaleza – Ceará. 2005. 190p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN), Natal/RN, 2005.

RESUMO

O presente estudo faz uma reflexão sobre uma experiência de Economia Solidária, localizada na Comunidade do Dendê, Fortaleza – Ceará, onde se compreende o significado dessa experiência para os envolvidos. Os procedimentos metodológicos utilizados para construção da pesquisa foram baseados em referências sobre a temática e pesquisa de campo (entrevistas, questionários e observações) junto ao grupo solidário pesquisado. Nessa prática de economia solidária, as atividades informais desenvolvidas proporcionam uma forma de organização social que, além de gerar uma renda (que nesse caso é apenas complementar), contribui para o resgate e/ou construção da cidadania dos participantes. A organização coletiva, especificamente nessa experiência, proporciona uma forma diferente de viver e se relacionar, construindo novos paradigmas sócio-econômicos, políticos e culturais, baseados na cooperação, além de abrir novos horizontes para uma vida mais solidária. Em geral, isso não é observado nas práticas de atividades informais que são desenvolvidas isoladamente, que leva em consideração apenas o viés econômico onde as pessoas trabalham de forma individual. Quanto a sustentabilidade do empreendimento analisado, ainda que permita formas de sobrevivência para alguns, não se constitui numa alternativa econômica sustentável.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Trabalho Informal. Grupo Solidário. Solidariedade. Cooperação.

AMORIM, Rizioneide Souza. L'Économie Solidaire, un pas au delà de l'informalité: l'expérience du Dendê – Fortaleza – Ceará. 2005. 190p. Memoire (Maîtrise un Sciences Sociales – Développement Régional – Universidade Federal do Rio Grande Norte – UFRN), Natal/RN, 2005.

RÉSUMÉ

Cette étude fait une réflexion à propos d'une expérience en Économie Solidaire, qui se trouve dans la Comunidade do Dendê, Fortaleza – Ceará, où l'on comprend la signification de cette expérience pour les concernés. Les procédures méthodologiques utilisées pour la construction de la recherche se sont basées sur des références sur la thématique et la recherche sur le terrain (entretiens, questionnaires et observations) auprès du groupe solidaire recherché. Dans cette pratique d'économie solidaire, les activités informelles développées propicient une forme d'organisation sociale qui, en plus de gérer une rente (qui n'est ici que complémentaire), contribue à la récupération et/ou construction de la citoyenneté des participants. L'organisation collective, surtout dans cette expérience, possibilite une façon différente de vivre et de se relationner, tout en construisant de nouveaux paradigmes socio- économiques, politiques et culturels, centrés sur la coopération, en plus d'ouvrir de nouveaux horizons pour une vie plus solidaire. En général, cela n'est pas observé dans les pratiques d'activités informelles qui sont développées isolement, qui ne prend en compte que le côté économique où les personnes travaillent de manière individuelle. Quant au support de l'entreprise analysée, bien qu'il permette des formes de survie pour les uns, il ne se constitue pas en tant qu'une alternative économique soutenable.

Mots-clés: Économie Solidaire. Travail informel. Groupe Solidaire. Solidarité. Coopération.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Evolução do Desemprego no Brasil de 1992 – 2002.....	30
GRÁFICO 02 - Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940-1980 e 1980-2000 da Evolução da PEA, da Condição de Ocupação e do Desemprego.....	35
GRÁFICO 03 - Total Puestos de Trabajo – MMC –2003.....	58

FIGURAS

FIGURA 01: Mapa da cidade de Fortaleza – Ceará.....	81
FIGURA 02: Fotos do ABC em Socioeconomia Solidária - 2000.....	88
FIGURA 03: Fotos da Feira Solidária.....	89
FIGURA 04: Fotos das Reuniões de Planejamento.....	91
FIGURA 05: Foto Apresentação Cultural na Feira Solidária.....	92
FIGURA 06: Fotos Oficinas de Corte e Costura.....	92
FIGURA 07: Fotos Oficinas de Medicamentos Caseiros.....	93
FIGURA 08: Fotos das Oficinas de Pintura e Reciclagem em Jornal.....	93
FIGURA 09: Fotos Oficina de Doces e Salgados.....	94
FIGURA 10: Fotos da Loja Solidária: construção, arrumação e inauguração...95	
FIGURA 11: Fotos das Reuniões Semanais do Grupo.....	98
FIGURA 12: Fotos de Eventos Externos com Participação de Representantes do grupo.....	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE - Renda Mensal “Per Capita” dos Chefes de Famílias por Domicílio em Salários Mínimo e por Região Administrativa em Percentuais (2000).....	83
TABELA 02: Identificação do Grupo.....	101
TABELA 03: Perfil Sócio Econômico e Político do Grupo.....	103
TABELA 04: Ocupação, Renda e Participação Comunitária.....	104
TABELA 05: Renda Média Mensal, Familiar, N° de Pessoas que Contribui e Benefícios.....-	105
TABELA 06: Histórico Profissional do Grupo.....	106
TABELA 07: Participação em Movimento Organizado.....	109
TABELA 08: Organização da Produção no Grupo.....	109

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AACC	– Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ADS	– Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	– Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
ASMOCONP	– Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB	– Conselho Nacional de Bispos do Brasil
COOPERJOVENS	– Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal
CRIASOL	– Associação Viver Solidário
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos.
DRT	– Delegacia Regional do Trabalho
FASE	– Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	– Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FENAPE	– Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FIESP	– Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FSM	– Fórum Social Mundial
GEM	– Global Entrepreneurship Monitor

GTB	– Grupo de Trabalho Brasileiro
IBASE	– Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT/CE	– Instituto do Desenvolvimento do Trabalho - Ceará
IFF	– Instituto Florestan Fernandes
INSS	– Instituto Nacional de Seguridade Social
IPECE	– Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
ITCP/UNEB	– Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular/ Universidade Estadual da Bahia
ITCPS	– Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MCC	– Complexo Cooperativo de Mondragón
MOC	– Movimento de Organização Comunitária
MST	– Movimento dos Sem Terra
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
NAMI	– Núcleo de Atenção Médica Integrada
NUSPA	– Núcleo de Serviços em Psicologia Aplicada
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONG	– Organização Não Governamental
PACS	– Projetos Alternativos para o Cone Sul
PDV	– Programa de Demissão Voluntária
PEA	– População Economicamente Ativa
PIS	– Programa de Integração Social
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RBES	– Rede Brasileira de Economia Solidária
RCES	– Rede Cearense de Economia Solidária

RPB	– Rede de Produtora da Bahia
SEBRAE	– Serviço Nacional de Apoio à Pequena Empresa
SENAES	– Secretaria Nacional de Economia Solidária
SER	– Secretaria Executiva Regional
SISTEMA ECOSOL	– Sistema Nacional de Crédito Solidário
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	– Universidade de Fortaleza
UNISOL	– União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO	– Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - O TRABALHO INFORMAL: a alternativa à crise do emprego.....	27
1.1 Algumas considerações sobre a crise do emprego	28
1.2 O mercado de trabalho informal	35
CAPÍTULO II - A ECONOMIA SOLIDÁRIA: um enfoque em construção.....	43
2.1 A trajetória da economia solidária no Brasil.....	53
2.2 As experiências de economia solidária	58
2.2.1 Empresas autogestionárias.....	59
2.2.2 Cooperativas.....	60
2.2.3 Associações.....	63
2.3.4 Clubes de trocas.....	64
2.3.5 Finanças solidárias / bancos do povo.....	65
2.3.6 Consumo solidário.....	67
2.3.7 Comércio justo e solidário.....	68
2.3.8 Redes de colaboração solidária.....	69
2.3.9 Grupos produtivos informais.....	71
2.3 O trabalho informal na perspectiva da economia solidária	72
2.4 O empreendedorismo no contexto da economia solidária	77
CAPÍTULO III - O GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA COMUNIDADE DO DENDÊ - FORTALEZA - CEARÁ	83
3.1 O cenário da experiência	84
3.2 A organização comunitária e do grupo	88
CAPÍTULO IV - A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ATUALIDADE: à guisa de conclusões	121
4.1 Algumas considerações sobre a prática de economia solidária no grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê - Fortaleza - Ceará.....	127

REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES	145
ANEXOS	166

Introdução



O trabalho [ocupação] continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm.

Robert Castel (1998)

No universo das redefinições do Mundo do Trabalho, voltamos os nossos olhares para a economia solidária, compreendendo-a no contexto de uma comunidade periférica da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. A idéia de pesquisar sobre essa temática surgiu no decorrer de nossa participação no curso de extensão universitária, realizado na área de Economia Solidária e Desenvolvimento Local – oferecido pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC, no período de julho de 2002 a fevereiro de 2003.

Nesse curso, conhecemos o Grupo da Comunidade do Dendê, Bairro Edson Queiroz em Fortaleza, onde se desenvolve, por intermédio do Instituto Florestan Fernandes, uma experiência em economia solidária. O contato com a comunidade, através de um estudo de campo, despertou o nosso interesse em pesquisar sobre a temática, a partir de uma experiência concreta, considerada como sendo uma das práticas da economia solidária.

Paul Singer, atual secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal brasileiro, a Economia Solidária é conceituada como,

a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p.116).

Na perspectiva de compreender essa temática, procuramos trabalhar questões que nos inquietam nesse processo investigativo.

A principal delas é compreender as práticas de economia solidária através das atividades produtivas que são desenvolvidas no âmbito da informalidade do trabalho como forma de geração de renda para as pessoas envolvidas.

Para alcançar tal objetivo, procuramos comparar os dois momentos (antes e durante a participação das pessoas no grupo) para identificar, nas experiências dessas pessoas, elementos que apontem para um provável significado, diferenciado do trabalho informal, segundo a perspectiva da economia solidária. Uma vez que as pessoas envolvidas já sobreviviam, anteriormente, de atividades informais, poderemos comparar os dois momentos.

Outras questões também delinearão a pesquisa, tais como:

- Qual a importância das atividades desenvolvidas pelo grupo de economia solidária do Dendê para a melhoria do seu nível de renda?
- Como acontece a organização desse grupo?
- Essa experiência contribui para construção da cidadania das pessoas envolvidas, incorporando atitudes socialmente participativas, recuperando valores e práticas de reconstrução pessoal e coletiva na perspectiva da cooperação e da solidariedade?
- Os Projetos de Economia Solidária são veiculados pelas políticas públicas como espaço legítimo dentro da essência dos programas de empreendedorismo do Governo?

A nossa opção em estudar uma experiência desse tipo acontece por considerarmos que existe um diferencial entre as relações de trabalho desenvolvidas

nessas experiências e as atividades que são desenvolvidas fora dos empreendimentos econômicos solidários.

As observações realizadas no campo empírico nos levam a considerar que, *a priori*, nas atividades informais que são desenvolvidas segundo a perspectiva da economia solidária, há uma forma de organização social que contribui para o resgate e/ou construção da cidadania dessas pessoas. Além de gerar uma renda ainda que complementar.

No contexto dessas experiências, nos últimos anos, em todo o país, é importante perceber o reconhecimento e, portanto, a legitimação que os órgãos públicos deram aos projetos de natureza solidária, incluindo-os nas agendas políticas, dentro das prioridades das políticas públicas.

Nesse sentido, questionamos a natureza das formas de reconhecimento de empreendimentos solidários por parte do Estado que, sob a égide de projetos de grande alcance social, está promovendo e intensificando a precariedade do trabalho através da legitimação da informalidade. De qualquer forma, em contextos de crise econômica e de desemprego crescente, toda forma de inserção no mercado de trabalho – seja ela formal ou informal – reduz a pressão sobre o mercado de trabalho.

O reconhecimento das atividades informais que estão sendo desenvolvidas no âmbito dessa temática carece de definições. Apesar da intensificação dos estudos sobre economia solidária, ainda não se chegou a um consenso sobre um marco legal para esses empreendimentos (incluindo a elaboração de um estatuto adequado às necessidades desse setor).

A adoção de Projetos de Economia Solidária pode estar contribuindo para que se camufle o desemprego e a precarização das relações de trabalho. É importante

ressaltar que, em face da realidade econômica e os pesados encargos tributários dos pequenos negócios, as pessoas que desenvolvem atividades informais, muitas vezes, não buscam se inserir no mercado de trabalho formal. Em épocas de reestruturação do papel do Estado, a responsabilidade, enquanto garantidor/estimulador do trabalho formal, é subtraída das funções históricas do aparato estatal.

Ainda que se tenha observado um aumento do trabalho formal nos últimos anos, é importante ressaltar que a velha bandeira em prol do trabalho regulamentado pelas leis trabalhistas que garantam proteção ao trabalhador sobrevive graças à luta dos trabalhadores e no discurso das propostas governamentais. As garantias, tais como: a Previdência Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o seguro desemprego, pagamento de 13º salário e férias e o reconhecimento de encargos sociais como INSS e PIS não são extensivas a todos os trabalhadores.

Os resultados do estudo de caso proposto, embora não possam ser generalizados, possibilitaram trazer à tona aspectos de uma realidade mais ampla, presente nos dias atuais na nossa sociedade: a busca de geração de renda nos empreendimentos da economia solidária.

A demarcação temporal do estudo é compreendida entre o período de 2000 (ano do surgimento da experiência) até março de 2005.

Para uma análise da realidade, foram realizadas leituras especializadas, relacionadas à temática de estudo que permitiram desenvolver um raciocínio problematizador, avançar na construção teórica e na realização da pesquisa.

No trabalho de campo, utilizamos, como técnicas de pesquisa, questionários (Apêndice I) aplicados a todas as pessoas do grupo no intuito de caracterizar o perfil

sócio-econômico dos envolvidos; entrevistas semi-estruturadas (Apêndice II) com componentes do grupo, alguns representantes do Instituto Florestan Fernandes, da Rede Cearense de Economia Solidária, da Agência de Desenvolvimento Solidário – Central Única dos Trabalhadores – ADS/CUT-CE. As questões foram construídas a partir das hipóteses definidas no trabalho, a fim de permitir a verificação e pertinência das mesmas assim como o alcance dos objetivos proposto.

Por se tratar de uma análise qualitativa levamos em consideração, além da leitura especializada sobre a temática, as consultas aos arquivos do Instituto Florestan Fernandes e do grupo (documentos, atas, relatório de reuniões), como também pesquisas acadêmicas já realizadas, notas e reportagens dos jornais locais. Todo esse material foi útil para contextualizar e ilustrar o objeto de estudo. Utilizamos, também, alguns dados quantitativos, principalmente aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE; Instituto de Planejamento do Ceará – IPECE; pelo Sistema Nacional de Emprego através do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – SINE/IDT/CE.

O resultado da construção teórica resultou na estruturação da pesquisa. Esta ficou estruturada em três capítulos além da introdução e considerações finais da seguinte forma:

A **INTRODUÇÃO** apresenta a importância e o interesse pela temática de estudo mostrando como se desenvolveu a construção do objeto, às questões da pesquisa, às hipóteses, ao recorte teórico, empírico e temporal, à metodologia utilizada e à apresentação dos capítulos.

O **CAPÍTULO I** enfoca **O TRABALHO INFORMAL: a alternativa à crise do emprego**. Foram realizadas **Algumas considerações sobre a crise do emprego**,

O mercado de trabalho informal, onde resgatamos sua origem; os conceitos; como se deu a sua expansão na sociedade brasileira; o seu significado; quais as suas diferentes práticas e o que representa atualmente.

O **CAPÍTULO II** busca compreender teoricamente a **ECONOMIA SOLIDÁRIA** partindo do pressuposto de que essa é **um enfoque em construção**. Procuramos resgatar a sua origem e ressurgimento no contexto atual dando destaque para **A trajetória da economia solidária no Brasil**, onde expomos o processo de sua organização no país. Em seguida, foram apresentadas algumas **Experiências de economia solidária** e os seus diferentes conceitos e formatos. Dentre as selecionadas estão: as Empresas Autogestionárias, as Cooperativas, as Associações, os Clubes de Trocas, as Finanças Solidárias / Bancos do Povo, o Comércio Justo e Solidário, o Consumo Solidário, as Redes de Colaboração Solidária e os Grupos Produtivos Informais. Em seguida, tratamos de **O trabalho informal na perspectiva da economia solidária** como também de **O empreendedorismo no contexto da economia solidária**.

O **CAPÍTULO III** é o espaço destinado às informações da experiência estudada. Neste capítulo, **O GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA COMUNIDADE DO DENDÊ – EDSON QUEIROZ - FORTALEZA – CEARÁ** é trabalhado partindo desde **O cenário da experiência**, onde a cidade de Fortaleza é apresentada de modo geral e o bairro Edson Queiroz é caracterizado, passando pelo processo de **A organização da comunidade e do grupo** desde a sua origem até a atualidade, abordando às visões de economia solidária dos entrevistados.

Nas Considerações Finais do trabalho é discutida a **ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ATUALIDADE: à guisa de conclusões**. Aqui trabalhamos com os dados empíricos na busca de uma interpretação da realidade pesquisada, buscando dar

conta das inquietações investigadas e das perguntas de pesquisa propostas no início da investigação. Tecemos **Algumas considerações sobre a prática de economia solidária no grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê – Fortaleza – Ceará.**

Capítulo I

O TRABALHO INFORMAL: a alternativa à crise do emprego



Não é propriamente o trabalho que está em questão, mas grupos desfavorecidos (...) de trabalhadores; nem é a transformação econômica que está diretamente em pauta, mas sim a forma e a velocidade da integração de certos contingentes de trabalhadores a ela.

Luis Antônio Machado da Silva (2003)

1.1 Algumas considerações sobre a crise do emprego

O nosso estudo é centrado na economia solidária, mas para que possamos compreender o significado dessa temática na atualidade é necessário contextualizar, porque *não se pode construir o novo do abstrato, mais sim, a partir das configurações que possibilitaram o surgimento do novo*¹. Então, para compreendermos essa temática dentro de um contexto mais amplo do mundo do trabalho, faremos uma reflexão sobre a crise e o mercado de trabalho informal, no intuito de entender a construção de relações de trabalho, desenvolvidas no âmbito da informalidade, numa economia centrada no ser humano e na cooperação entre os mesmos, opondo-se à lógica competitiva e excludente do capitalismo.

As grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho, nos últimos anos, desenharam um cenário composto por desemprego, rebaixamento salarial, desmonte das relações trabalhistas, flexibilização, trabalho precário, aumento da informalidade.

Os teóricos da Economia e Sociologia do Trabalho consideram que a origem desse quadro de redefinições inicia-se nos anos 1970 no cenário mundial no contexto do fim do ciclo expansivo do capitalismo avançado.

Castell (1999) considera que a origem da crise do trabalho surge nos meados dos anos 1970 quando as principais empresas e governos dos países do G7² passaram por um processo substancial de reestruturação organizacional e econômica, em que as novas tecnologias da informação, surgidas naquela década, exerceram um papel fundamental. Naquele período, para enfrentar a crise econômica instalada nas nações mais industrializadas, as grandes corporações dos

¹ LISBOA, 2003, p. 250.

² EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá.

países de capitalismo avançado começaram a se reestruturar, enviando suas empresas para outras localidades. Assim, deslocaram parte de suas linhas de produção ou escritórios de serviços e negócios para espaços econômicos variados, buscando obter vantagens na forma de novos mercados, matérias-primas, mão-de-obra barata, acesso à infra-estrutura, crédito oficial, incentivos fiscais etc.

Dentro dessa mesma análise, Dedecca (1997) aponta também o período dos anos 70 como sendo o do surgimento da crise, quando acontece o processo de descentralização e fragmentação das relações de trabalho, nos países de economia avançada, que se caracteriza por três ondas ou fases de racionalização produtiva e de desregulamentação pública.

Segundo o autor referido, a primeira onda ou fase é marcada pelo movimento de modernização das empresas, processo que se inicia na metade da década de 70 e se estende até a primeira metade dos anos 80 nos países de capitalismo avançado; a segunda onda (1984/89) se desenvolve num cenário de mudanças nas negociações trabalhistas e pela redução da intervenção do Estado e a terceira onda inicia-se em 1989 e se consolida na década de 90 em todo o mundo.

As três fases ou ondas de reorganização produtiva vividas pelo capitalismo nessas últimas décadas têm gerado uma crescente flexibilidade das relações de trabalho com agravamento dos problemas de emprego e gestão da mão de obra. Em geral, proliferaram os empregos de menor qualificação e de baixa remuneração, vinculados, em grande medida, ao setor de serviços conseqüentemente uma tendência de desemprego crescente se estabelece.

Na passagem dos anos 70³ para os anos 80 nos países avançados, as perspectivas de uma revolução tecnológica em um ambiente de crise e recessão econômicas estimularam as empresas a adotarem projetos de modernização tecnológica fortemente centrados em processos de automatização. Segundo Dedecca (1997), esses projetos foram instalados em locais pouco industrializados e de baixa presença sindical, num contexto de instabilidade econômica com peculiaridade em diferentes países.

No caso da América Latina, a instabilidade econômica, que acontece nos anos 70 nos países industrializados, chega nesses países nos anos oitenta, culminando nos anos 1990, com a mudança nas relações de trabalho, provocando a descentralização dos sistemas nacionais com flexibilidade das normas e regras relativas à contratação da força de trabalho.

Tudo isso aconteceu num contexto de novas configurações das relações entre o Estado, capital e trabalho, que contribuiu para o estabelecimento de uma jornada de trabalho mais flexível, com norma salarial adequada à empresa, ou seja, implanta-se o sistema de desmonte da proteção social e trabalhista em diferentes países; entre eles, o Brasil.

No tocante à realidade brasileira, Matoso (1999) afirma que, nos meados dos anos 80 e início dos anos 90, as mudanças se fizeram sentir com a ampliação da informalidade, da precarização, dos trabalhos parciais, temporários, de curta duração e sem contribuição para a previdência social.

³ As dificuldades econômicas foram agravadas pelo primeiro choque do petróleo (1973), que provocou elevações nos preços das diversas economias nacionais e que colocou em xeque a base energética e o modelo de industrialização e consumo de matéria-prima.

O Brasil vivenciou uma ampliação dos empregos assalariados, principalmente os de carteira assinada, reduzindo o número de trabalhadores por conta própria ou pelo desemprego, durante o século XX, sobretudo entre as décadas de 40 e 80.

. . . ao longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país [Brasil] havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo (MATOSO, 1999, p.15).

Antunes (1999) compactua da visão de Matoso (1999) considerando que, na década de 80, acontecem as grandes transformações no âmbito das relações de trabalho no país. O avanço tecnológico, em termos do paradigma micro-eletrônico, a automação, a robótica invadiram o ambiente de trabalho, substituindo os trabalhadores por máquinas. Surgem novos processos que passam a ser incorporados ao universo da produção. Nesse sentido, assiste-se a novos processos: a substituição da produção em série pela flexibilização da produção, e também pela “especialização” flexível; a busca pela qualidade total; a polivalência do trabalhador, no sentido de uma única pessoa desenvolver várias tarefas; a difusão da precarização do trabalho via terceirização - contratos por tempo parcial, contratos temporários, estágios, ampliando-se os setores de serviços, dentre outras formas.

Nesse cenário de mudanças, a empresa podia enfrentar a crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores, gerando o chamado desemprego estrutural. Ademais, os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores foram sendo eliminados através da legislação trabalhista que legitimava novas práticas nas relações de trabalho (ANTUNES, 1999).

De acordo com Braverman (1981), a força de trabalho, desde as primeiras fases do capitalismo industrial, já existia de forma subcontratada, como, por exemplo, trabalho domiciliar nas fábricas de tecelagem, ainda que com raízes históricas, nas diversas fases do capitalismo. As formas e a proporção que ela alcançou nos anos 90, com um exército de desempregados é que assumiu outras dimensões, pois a deterioração das condições e relações de trabalho no período fez crescer os mercados de trabalho informais, os contratos precários com trabalhos e salários descontínuos, de curta duração e sem contribuição para a Previdência⁴.

Na década de 90 vivenciamos um crescimento assustador do desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho, atingindo as diversas camadas da sociedade. Observa-se, nesse período, que isso representa um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade em todo o país.

De acordo com Pochmann (2002), durante os anos 90, ao invés de o desemprego continuar sendo concentrado nos trabalhadores de baixa escolaridade, geralmente negros, mulheres e jovens, como caracterizavam os indicadores nos anos 80, assistiu-se ao seu crescimento também para as pessoas de maior escolaridade, adultos, chefes de família e ocupados em funções hierarquicamente elevadas.

De modo geral, os dados sobre o desemprego no país, durante esse período, são bastante expressivos. Os Censos Demográficos do ano de 1994 a 2000 mostram um adicional de 07 milhões de novos desempregados gerados nesses sete

⁴ Houve uma redução do mercado regulamentado pelas leis trabalhistas que garantem proteção ao trabalhador, tais como: o seguro desemprego, FGTS, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, proteção na forma da lei, participação nos lucros, salário família, jornada de trabalho, repouso semanal, remuneração extraordinária, férias, licença à gestante e à paternidade, aviso prévio, seguro desemprego, previdência social, entre outros direitos garantidos historicamente.

anos, ou seja, um milhão de desempregado a mais para cada ano entre o período de 1994 a 2000. Vejamos os índices do IBGE⁵:

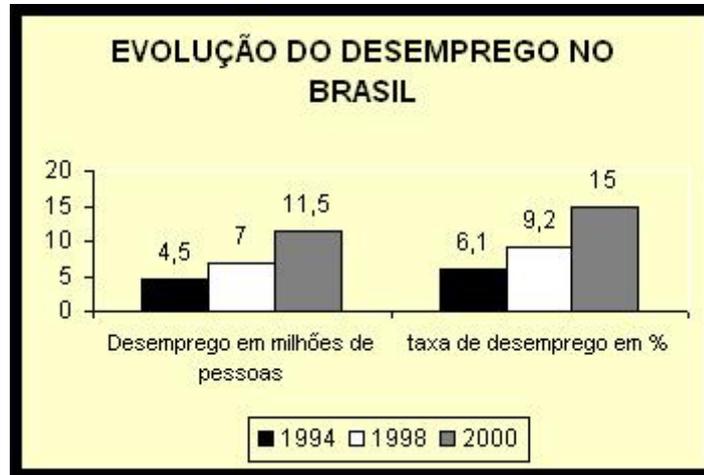


Gráfico 01: Organização POCHMANN, 2002.

Castells (1999), em seus estudos sinaliza para o fato de as economias informais, voltadas principalmente para os mercados locais, constituírem, atualmente, a maior parte dos empregos urbanos na maioria dos países em desenvolvimento.

No contexto de desemprego, as atividades informais surgem como alternativas de trabalho e melhoria das condições de vida. Essas atividades, que se desenvolvem fora do mercado de trabalho formal, representam a alternativa mais imediata, criada pelos próprios trabalhadores, para enfrentar os problemas da falta de atividades remuneradas.

⁵ Quanto aos dados estatísticos, no plano nacional, a identificação e medição do desemprego ficam ao encargo do censo demográfico, gerado a cada dez anos, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada anualmente, ambos sob a responsabilidade da Fundação IBGE. O referencial metodológico desse instituto considera desempregado apenas e tão somente o trabalhador que, além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, se encontrava apto para o exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa. Assim, há uma subestimação na aferição do volume de desempregados, pois o desempregado que não procurou trabalho no período de referência da pesquisa passa a ser identificado como inativo, enquanto aquele que exerceu trabalho por mais de 60 minutos durante o período base da pesquisa, como lavar um carro, por exemplo, passa a ser considerado ocupado. (Pochmann, 2001)

De acordo com Singer (2000), as maiores dificuldades pela busca de um emprego são vividas com maior intensidade por segmentos específicos da população. Para esse autor,

O grande número de trabalhadores com mais de quarenta anos ou mais jovens mas de baixa escolaridade pode se considerar definitivamente excluído do mercado de trabalho. Por isso, procura ganhar a vida vendendo bens e serviços, produzidos por eles mesmos ou por outras pessoas de suas famílias. Em função do seu grande número, os ganhos obtidos assim tendem a ser irrisórios. A idéia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho (SINGER, 2000, p.26).

Muitos desses trabalhadores se mobilizam em busca de alternativas de sobrevivências. As iniciativas têm sido as mais diversificadas e compreendem estratégias individuais, familiares, associativistas, comunitárias, cooperativas, redes, etc.

Dentre essas alternativas de ocupação criadas pela classe trabalhadora, fortalecem-se as experiências em Economia Solidária como uma resposta alternativa de inserção no mercado de trabalho, sem desconhecer o sistema hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver. Essas formas orientam-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.

Para uma melhor compreensão do trabalho informal na perspectiva da economia solidária no Brasil, vale considerar a origem da informalidade, como se deu a sua expansão, o seu significado, o que representa atualmente, quais as suas diferentes práticas, mostrando a sua repercussão, principalmente, para a *classe que vive do trabalho*.

1.2 O mercado de trabalho informal

O trabalho informal é considerado muito polêmico na literatura da Economia e Sociologia do Trabalho. São diversos os termos⁶ que buscam dar conta da heterogeneidade ocupacional relacionada a esse setor, que trata de uma parte da força de trabalho constituída por trabalhadores não inseridos nas relações assalariadas, comumente lembrado pelo senso comum como “trabalhadores sem carteira assinada”.

Seria extremamente simplório restringir o conceito de informalidade nas relações de trabalho aos trabalhadores “sem carteira de trabalho assinada”. Com isso, reduziríamos o informal apenas às atividades produtivas executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente em um determinado país. O conceito de trabalho informal, desde a sua origem, é muito complexo, controverso e ambíguo. Não é por acaso que existem inúmeros termos para expressar uma mesma situação.

Conforme Cacciamali (1983), o marco teórico do trabalho informal está situado no Relatório da OIT – Organização Internacional do Trabalho - sobre emprego e renda em Kenya⁷, em 1972. A finalidade desse relatório era construir uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres do meio urbano. A

⁶ “Mercado informal de trabalho” (TEIXEIRA, 2004), “trabalho informal” (OLIVEIRA, 2000; 2003; SINGER, 2000; NUNES, 2001), “atividades informais” (TAVARES, 2004), “atividades não fordistas” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004), “setor informal” (OIT, 1972; CACCIAMALI, 1983; 1991; 1994; 1999; OLIVEIRA, 2000), “setor não estruturado/organizado” (POCHMANN, 2004), “economia informal” (CACCIAMALI, 1991; KRAYCHETE, 2000), “economia não registrada ou submersa/invisível” (CACCIAMALI, 1983; 1991), “informalidade” (SILVA, 2003; THEODORO, 2004, TAVARES, 2004), “processo de informalização do trabalho” (CORTÉS, 2000; PRIES, 2000; SILVA, 2003), “nova informalidade” (DEDECCA; BALTAR, 1997; TAVARES, 2004),

⁷ A denominação mercado de trabalho informal foi utilizada pela primeira vez por Keith Hart no estudo sobre Gana, em 1971. Mas o marco teórico do “setor informal” é estabelecido nesse relatório: Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, 1972.

discussão girava em torno da organização do trabalho nas cidades. Essa autora sistematiza o conceito de trabalho informal, a partir desse relatório, como sendo

. . . delimitado sob a ótica da produção, em que a unidade de análise que fixava os limites da informalidade era o estabelecimento produtivo. A forma como as pessoas organizavam a produção, além da sua posição relativa frente ao conjunto de atividades produtivas, era o divisor do que considerar como informal. Caracterizava-se os estabelecimentos informais por apresentarem a organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho, e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e/ou membros da família. Além disso, tais estabelecimentos não eram alvo de políticas governamental, tinham dificuldades para obtenção de créditos e atuavam em mercados competitivos (CACCIAMALI, 1983, p.18).

Para autores, como estes e outros, ainda em relação ao relatório da OIT, (Filgueiras, Druck e Amaral, 2004) sobre o setor informal é importante destacar que,

o setor informal é conseqüência do excedente de mão de obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos – associados ao processo de industrialização ocorrido no pós-guerra nos países em desenvolvimento. Assim, na ausência de mecanismos institucionais garantidores de uma renda mínima – tipo seguro desemprego - a população não absorvida teve como única alternativa de sobrevivência a ocupação em atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social (FILGUIERAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p.213).

Durante a década de 1970, no ponto de vista da OIT, o trabalho informal era visto pelo prisma econômico, como produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho, como também se caracterizava pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecer empregos instáveis e reduzidas rendas. Ou seja, o trabalho informal para OIT é interpretado no âmbito de relações sociais onde vigoravam os baixos

salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores.

Neste período, defendia-se que o trabalho informal era suplementar ou intersticial. Alguns estudiosos acreditavam que esse setor tenderia a desaparecer com a consolidação do processo de industrialização e com o crescimento econômico, onde alcançaríamos o “pleno emprego”; e o informal seria incorporado ao mercado de trabalho formal que garantiria direitos trabalhistas ao trabalhador. Tomava-se como referência a realidade social democrata europeia que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, estava passando pelo processo de *expansão das atividades capitalistas organizadas, aliada ao desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social, que favorecia a criação de empregos assalariados tanto no setor privado quanto no público, ao mesmo tempo em que dificultava a ilegalidade nas relações de trabalho* (SILVA, 2003; FILGUEIRAS; DRUCK e AMARAL, 2004).

A realidade, porém, mostrou que essa teoria tornou-se insustentável. Com a crise dos anos 80⁸, os processos de reestruturação produtiva e liberalização econômica contribuíram para expansão das relações de trabalho informais enfocadas nas atividades não regulamentadas não apenas nos países periféricos⁹, como também nos países centrais. Isso tornou inviável a crença no pleno emprego e na universalização da proteção social, defendida anteriormente.

No cenário de crise, vivencia-se, em todo o mundo, o aumento das taxas de desemprego, a decrescente participação do emprego assalariado no total das

⁸ Crise econômica prolongada, resultado, sobretudo do aprofundamento de problemas estruturais vivenciados pela crise do petróleo, em 1973, como o aumento da inflação, crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que ocasionaram a queda nas taxas de investimento e a recessão. (THEODORO, 2004)

⁹ Nos países subdesenvolvidos o fordismo e o Estado de Bem Estar Social nunca foram bem definidos e a informalidade nas relações de trabalho sempre esteve presente.

ocupações e de generalizados, postos de trabalho precários, contribuindo ainda mais para a expansão do mercado de trabalho informal.

De acordo com Cacciamali (1999), no início da década de 90, os índices que expressam o mercado de trabalho informal são significativos. Na América Latina, os dados da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – informam que, no tocante ao setor informal, de cada 100 empregos que foram gerados durante 1990-1995, oitenta e quatro empregos ocorreram no setor informal, ou seja, dos 16 milhões de empregos criados na América Latina entre 1990-1995, cerca de 14,4 milhões estavam concentrados no setor informal.

No caso brasileiro, os dados oficiais sinalizam um expressivo crescimento do setor informal, principalmente entre as décadas de 1980 e 2000. Vejamos o gráfico:

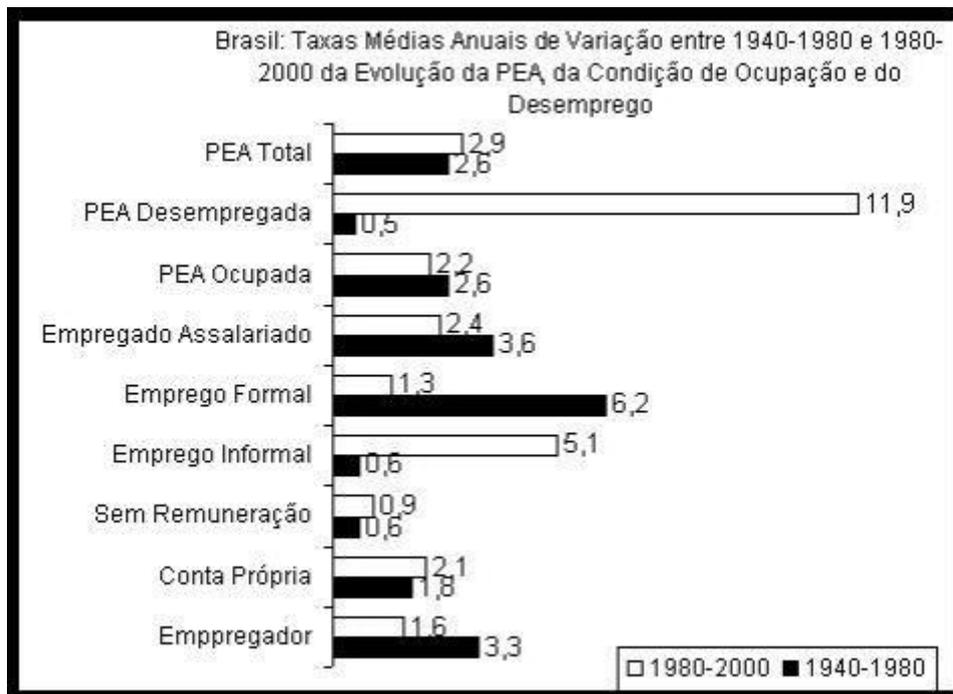


Gráfico 02: FIBGE, Censos Demográficos (organização: Pochmann, 2004)

De acordo com os dados acima, percebemos que o trabalho assalariado vem perdendo sua centralidade nas relações entre capital e trabalho na sociedade

brasileira. Os números mostram que a informalidade está cada vez mais presente como resposta à exclusão do sistema formal de trabalho, nesse sentido, como parte dessas atividades, as experiências populares¹⁰, intituladas como práticas de Economia Solidária, fazem parte desses números.

Os estudos de Tavares (2004), Filgueiras, Druck e Amaral (2004), entre outros, sinalizam para uma “nova informalidade” que, além de abranger o trabalho informal nas concepções anteriores, abordam que na atualidade está acontecendo um deslocamento de muitos postos de trabalhos do núcleo formal para a informalidade, através da terceirização de grandes empresas que se apropriam da informalidade para explorar ainda mais o trabalhador.

O trabalho desenvolvido na informalidade cumpre a mesma função para o capital sem custos sociais correspondentes. Isso contribui também para reduzir o quadro de associados dos sindicatos, enfraquecendo cada vez mais o poder de reivindicações dos trabalhadores e desqualificando a organização da classe trabalhadora.

De acordo com Tavares (2004), a concepção dualista que originou o trabalho informal¹¹, apesar de atualmente se mostrar insuficiente para explicar a realidade, ainda é utilizada por organismos financeiros e governamentais. Para essa autora, o formal e informal coexistem na mesma unidade, e que, na atualidade, onde prevalece à acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar e intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista. E acrescenta:

¹⁰ Está sendo realizado um mapeamento em todo o país, através dos Fóruns de Economia Solidária, dos empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de mostrar o “retrato”, a “radiografia” da Economia Solidária no Brasil.

¹¹ A literatura da década de 1980 enfocava o setor informal com uma concepção dualista – atrasado (relações informais) e moderno (relações assalariadas), como se o estes segmentos não fossem partes da mesma organização produtiva.

O espaço econômico ocupado pela informalidade, hoje, apresenta-se em franco crescimento. Nele encontramos: a) trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e b) trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização”. Os primeiros podem ou não manter relação direta com o capital. Já entre os segundos, é possível encontrar trabalhadores cujo contrato de trabalho é substituído por contrato comercial, sugerindo a eliminação do caráter subordinado da relação capital-trabalho. Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício a relação empregado/empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias (TAVARES, 2004, p.178).

Para alguns analistas, como Singer e Pochmann (1996), o trabalho informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista. Eles, reportando-se a Marx, identificam essa forma de trabalho nas premissas da população relativamente excedente às necessidades do capital. Essas pessoas, apesar de estarem em idade e condição ativa, encontram-se disponíveis no mercado para a exploração do capital através do emprego máximo do tempo de trabalho com o mínimo de remuneração. Os trabalhadores informais representam, então, a parcela ativa do exército de reserva de trabalhadores constituída dos sem trabalho. Diante da dificuldade de encontrar um novo emprego (ou o primeiro), eles acabam sujeitando-se a ganhar a vida de qualquer jeito.

Oliveira (2000) considera o trabalho informal como uma tentativa de sobrevivência, e afirma que:

A maior parte do setor informal é, na verdade, uma desesperada tentativa de sobrevivência. Ele não é outra coisa senão o rabo do sistema brasileiro, profundamente desigual. O rabo de um sistema que tem uma das maiores concentrações de renda da economia capitalista (OLIVEIRA, 2000, p.87).

Apesar de ser considerado, desigual, onde as pessoas não criam identidade, a não ser pelo trabalho de autodeterminação do sujeito; apesar de manter o trabalhador afastado dos benefícios trabalhistas, nem sempre permitindo uma melhoria nas condições de trabalho e no padrão de vida, a economia informal é uma realidade numérica e significativa na sociedade atual, demandando maior atenção por parte dos pesquisadores.

No contexto de desemprego, o trabalho informal surge como alternativa de trabalho e melhoria das condições de vida. Esse trabalho que se desenvolve fora do mercado de trabalho formal, representa a alternativa mais imediata, criada pelos próprios trabalhadores, para enfrentar os problemas do mundo do trabalho. Porém acredita-se que pode assumir diferentes significados, de acordo com suas características e com o contexto no qual se desenvolvem.

Quando os trabalhadores perdem seus empregos regulares e mergulham na informalidade do trabalho por conta própria, experimentam uma diminuição da sua renda média, somada a uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social. Tudo passa a depender do próprio indivíduo, que deve criar e manter o seu próprio trabalho. Como não contribuem para a Previdência Social, os trabalhadores por conta própria, em sua quase totalidade, estão excluídos do direito à aposentadoria e enfrentam a ameaça infortável da obtenção de algum rendimento na eventualidade de doenças ou acidentes que interrompam o trabalho que realizam (KRAYCHETE, 2000, p.21).

O trabalho informal tanto pode indicar uma estratégia de sobrevivência face à perda de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver o seu "próprio negócio". Nos setor informal, o empregador também trabalha como empregado, podendo fazer uso de ajudantes não-remunerados (geralmente familiares), no caso dos autônomos, como também

contratar empregados com ou sem carteira assinada, no caso das micro-empresas, geralmente com até cinco empregados.

A classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – através da Pesquisa Economia Informal Urbana, no que se refere ao mercado de trabalho informal, inclui uma diversidade de atividades, que, paralelamente, ao mercado formal pode ser agrupada em: indústria de transformação e extrativa mineral; indústria da construção; comércio de mercadorias¹²; serviços de alojamento e alimentação; serviços de transportes; serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões; serviços técnicos e auxiliares, entre outros (IBGE, 1997).

As iniciativas desenvolvidas sob a forma de cooperativas, associações, grupos de produção, clubes de trocas, bancos do povo, redes de cooperação, empresas em regime de autogestão, entre outras, também se incluem no universo do trabalho informal, constituindo o que estamos abordamos no capítulo seguinte, como componentes da economia solidária.

¹² Considerada uma das atividades informais mais difundidas no Brasil, tendo como exemplo os vendedores ambulantes e os serviços que incluem uma gama enorme de atividades domésticas, especializada ou não, comumente utilizada pela população.

Capítulo II

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: um enfoque em construção



*Para levantar uma tonelada um homem não tem
força suficiente, dez homens precisam fazer força e
cem conseguem fazê-lo com um dedo apenas.*

John Bellers (1696)

Quando se fala em economia solidária, associa-se, geralmente, à idéia de que é algo novo, relativo aos últimos anos de crise. No entanto, a origem se reporta ao século XIX.

De acordo com Singer (2000), esse movimento foi idealizado pelos teóricos considerados “socialistas utópicos”, principalmente Robert Owen (1770-1858) e Charles Fourier (1772-1865) que conceberam modelos de comunidades, cidades de cooperação, “Falanstérios”¹³, que apontavam algumas características semelhantes ao que atualmente denominamos de economia solidária. Ainda que a maior parte dessas experiências tenha fracassado, elas conseguiram inspirar formas de solidariedade econômica, como as cooperativas de trabalho nascidas na França sob a impulsão de Buchez (1864), as cooperativas de Rochdale¹⁴ na Inglaterra (1844) e as caixas rurais de créditos de Raiffessen na Alemanha (1864).

Segundo ainda esse mesmo autor, a economia solidária foi idealizada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX, na Europa, principalmente na Grã-Bretanha.

Nos últimos anos, diante de uma nova conjuntura econômica e social, as experiências desse setor ressurgem na tentativa de revitalizar novas experiências sendo permeadas por pesquisas e teorias.

¹³ Um tipo de comunidade com o objetivo de oferecer a cada um dos seus membros uma ampla escolha entre diversos tipos de trabalho (SINGER, 2002).

¹⁴ A sua carta de princípios e sua legislação inspiram até hoje o cooperativismo em todo o mundo.

Durante as décadas de 1980 e 1990, aparecem várias denominações e diferentes abordagens. Freitas (2004) sistematiza a diversidade de termos¹⁵ relacionados a esse tema em diferentes países. Apesar de mudanças de terminologia, todos eles resgatam o sentido do termo economia. Além de introduzirem valores éticos em todos os processos econômicos, a essência da economia solidária gira em torno da idéia de solidariedade.

Vários estudiosos da temática, entre eles França Filho (2001), Lechat (2002), Laville (2004), consideram que o (re)surgimento da temática, nos mais diversos países, aconteceu sob o impulso de uma “crise do capitalismo” (década de 1970), tendo por efeito imediato o aumento do desemprego e falências de empresas em diversas partes do mundo. Essa crise contribuiu para que muitos trabalhadores buscassem alternativas econômicas no mercado de trabalho informal de forma coletiva.

Tal fato levou esses trabalhadores a procurarem novas formas para desenvolverem estratégias a fim de manterem seus empregos, como as empresas autogestionárias em geral, empresas que estavam em processo de falência e que passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores.

Dentre essas estratégias, estão as cooperativas de trabalho, associações, grupos produtivos, clubes de trocas, bancos do povo, redes de cooperação, entre outras alternativas, desenvolvidas no âmbito da informalidade do trabalho, que garantissem aos trabalhadores ocupação e renda quando os trabalhadores não visualizavam um posto de trabalho formal.

¹⁵ Economia Solidária (SINGER, 1999, 2000, 2004), Economia Popular Solidária (GAIGER, 1999, 2000, CORREA, 2000, LISBOA, 2000), Socioeconomia Solidária (ARRUDA, 1998, 2003), Economia de Solidariedade (RAZETO, 1993, 1997, 1998), Economia Social/Economia Plural (LAVILLE, 2001, 2002, 2004), Economia de Proximidade (LAVILLE, 2001, 2002), Economia de Comunhão (LUBICH, 2002), Humanoeconomia (LOEBL, 1978), Colaboração Solidária (MANCE, 2002) entre outros termos.

Singer (2000) defende que esse renascimento dessa temática no contexto atual constitui-se como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Para esse autor, o objetivo das experiências de economia solidária é reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuam valores comuns, como: a posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; priorize na gestão da economia e das empresas as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e possibilite a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, através da criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social.

As diferentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas nesses últimos anos convergem no sentido de enfatizar como tipo-ideal os aspectos de: participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

A proposta de contemplação da realidade social em suas amplas dimensões surge da crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riqueza, gerando a miséria e depredando o meio ambiente, provocando a crescente exclusão social de milhares de pessoas.

A busca pela implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável deve ser centrado nas aspirações dos sujeitos secularmente excluídos da vida econômica, social e política do país. Isso implica, entre outros fatores, redefinir prioridades micro e macro econômicas; principalmente, os investimentos públicos emanados das ações governamentais. No dizer de Carvalho e Araújo (2000, p.40):

Implica conhecer as potencialidades locais, a realidade onde esses sujeitos estão inseridos. Um projeto de desenvolvimento onde o centro das ações seja o atendimento das necessidades humanas em sua plenitude: educação, saúde, habitação, ocupação e renda, lazer, cultura, entre outras. Um projeto de desenvolvimento em que os seres humanos sejam seus agentes e beneficiários; que negue a lógica excludente do desenvolvimento capitalista na região (2000, p. 40).

Dentro da visão de um novo modelo de desenvolvimento, também concebido nos anos 1970¹⁶, tem-se hoje quase um consenso em torno da necessidade de que ele seja sustentável, articulando-se também com o paradigma da solidariedade que é entendido por Silva (2004, p.03) como:

o paradigma da solidariedade do desenvolvimento baseia-se numa ética onde é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vista à realização de todas as pessoas. Todos e todas somos co-responsáveis para cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos/as em iguais condições. Isso exige uma nova relação humana em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, numa dinâmica cumulativa. Percebe-se a quase impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente exercidos pela ótica capitalista (2004, p.03).

Nesse sentido, os Projetos de Economia Solidária buscam contemplar a lógica da solidariedade e da sustentabilidade do desenvolvimento, convergindo para a humanização das relações sociais e da integração do indivíduo com a natureza, na busca da preservação dos ecossistemas e melhoria do meio ambiente, através de práticas que contribuam para ganhos qualitativos da ecologia e da saúde pública, enfim, da melhoria da qualidade de vida.

¹⁶ De acordo com Buarque (2002), esse movimento teve início na Conferência das Nações sobre Meio-Ambiente em Estocolmo (1972) e no Simpósio de Cocoyok (1974) – onde se identificaram as relações intrínsecas entre o meio-ambiente e desenvolvimento, entre outras questões; a formulação de estratégias para a promoção de um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou eco-desenvolvimento. Esse processo converge em para realização da ECO 92 no Rio de Janeiro, Brasil, que define a Agenda 21 como postulado para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido é importante destacar as estratégias que passam pela formação de laços sociais de solidariedade, nos quais o significado da cidadania¹⁷ vai do grau mínimo de satisfação de necessidades básicas – condição para sobrevivência –, contemplando também uma educação cidadã que possibilite formação política e ética.

No tocante à dimensão econômica, o ideal da economia solidária não se constitui apenas na criação de postos de trabalho e no aumento da renda das pessoas, priorizando apenas o viés econômico, mas são introduzidos valores nas diversas fases do ciclo econômico: produção, circulação, acumulação e consumo. Esses valores colocam o ser humano acima do capital, e a solidariedade acima do individualismo, constituindo, assim, a cooperação mútua a partir das necessidades, desejos e aspirações das pessoas e da comunidade, na luta pelo crescimento coletivo e não individualizado (RAZETO, 1997).

Na prática, consideramos que esse ideal se constitui como um dos principais entraves a para permanência das pessoas nos empreendimentos solidários, uma vez que, como a organização produtiva é perpassada por um longo processo de construção, e, sendo os envolvidos, na maioria das vezes, pessoas excluídas, eles não se submetem a ter um retorno financeiro em longo prazo e acabam desistindo da luta. Paralelo a esse processo ocorre também o seu inverso, o que demonstra o caráter contraditório, ambíguo e ambivalente das experiências de economia solidária

¹⁷ Entendemos aqui cidadania não apenas a noção dos direitos políticos (votar e ser votado). A discussão da cidadania na sociedade capitalista diz respeito às formas de compreender a questão da igualdade e da desigualdade nesta sociedade e a luta de grupos e classes por participação no poder político e na riqueza social.

Marshall distingue no conceito de cidadania três elementos, os quais configuram os chamados direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis dizem respeito à liberdade individual e a igualdade perante a lei; os direitos políticos referem-se à participação no exercício do poder político e os direitos sociais referem-se ao “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar por completo da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

no mundo, onde as pessoas, apesar de todas as dificuldades, persistem na consolidação do projeto.

A dimensão sócio-cultural é trabalhada no sentido de garantir aos envolvidos a construção e/ou resgate da cidadania dessas pessoas, assim como uma proposta de educação cidadã, que vise à reconstrução de cada ser humano como sujeito do seu próprio desenvolvimento, tanto familiar como comunitário e social.

A questão da ética é também de fundamental importância. Para Arruda (2003), o termo socioeconomia solidária é indissociável da ética, da cultura e da educação. Segundo esse autor, não basta haver mudanças apenas na maneira como produzimos, trocamos, consumimos, distribuimos, mas também, fomentar estratégias que possibilitem uma educação integral que trabalhe o ser humano nas dimensões individual e coletiva.

A dimensão ambiental, no âmbito desse setor, é enfatizada no sentido da valorização de atividades produtivas e de serviços voltados para preservação ambiental. Existem as experiências do meio rural, como a agroecologia e as práticas de cultivos de alimentos orgânicos, articulados com os programas da agricultura familiar que potencializam a renda dos agricultores e utilizam técnicas ambientalmente corretas no cultivo da terra. No meio urbano, um dos principais serviços desenvolvidos atualmente nessa perspectiva são os serviços de reciclagens e beneficiamento de resíduos sólidos, reduzindo os efeitos poluidores do armazenamento do lixo e valorizando atividades de segmentos excluídos. Nesse sentido, além da melhoria da preservação ambiental, também se observa uma melhoria das condições de higiene das pessoas que trabalham nessas atividades, como também de sua auto-estima, no que se refere à cidadania.

A dimensão político-institucional é pensada para integrar as ações que devem ser priorizadas para que o desenvolvimento local venha a funcionar, uma vez que propõe políticas públicas inovadoras.

Silva (2004) sistematiza a visão de Buarque (2002) sobre a metodologia de desenvolvimento local sustentável, com particular destaque para:

1. A reorientação das prioridades:

- Econômicas: aproveitamento das potencialidades locais para criar oportunidades econômicas através de investimentos e reestruturação da base produtiva e da capacitação humana.
- Sociais: melhoria da qualidade de vida através da geração de trabalho e renda e do acesso aos serviços sociais básicos com qualidade;
- Ambientais: manejo sustentável dos recursos naturais com a adaptação e incorporação de tecnologias adequadas, de modo que as atividades produtivas não comprometam o meio-ambiente;

2. A construção de novas formas de relação entre o Estado e sociedade:

- Fortalecimento das capacidades locais, através da descentralização administrativa (planejamento e gestão das ações) e financeira (redução para promover as ações de desenvolvimento) para o âmbito social.
- Democratização do poder com a criação de mecanismos de participação direta da sociedade civil na gestão de políticas públicas;
- Mobilização das diversas forças sociais, econômicas e políticas locais em torno de objetivos que são comuns;

3. A integração das ações:

- Integração dos vários setores de desenvolvimento, articulando a dimensão econômica com a social, ambiental e cultural;

- Articulação e Parcerias dos órgãos e entidades governamentais (diversas esferas: municipal, estadual e federal) e da sociedade civil em torno da complementaridade de ações e objetivos específicos, efetivando a fragmentação das ações.

A complexidade de ações que podem integrar a proposta de um desenvolvimento local, baseada na dimensão político-institucional, encontra no dia-a-dia muitos entraves que dificultam uma ação efetiva. De acordo com Silva (2004), há uma insuficiência na capacidade organizativa da sociedade civil local para garantir o funcionamento dos mecanismos de gestão participativa; manutenção e reprodução de práticas políticas tradicionais na gestão de bens públicos; limitação do acesso a recursos para implementação das ações previstas; e o imediatismo e fragmentação na execução das ações e nos modelos tradicionais de gestão pública centralizada no poder executivo.

O pouco envolvimento da população e suas organizações - favorece para que atualmente ainda não se tenham consolidado as práticas de desenvolvimento local sustentável, que por sua vez se articulam com as práticas de economia solidária.

As idéias de economia solidária e desenvolvimento sustentável são convergentes, mas na prática, muitas vezes, essas ações são desenvolvidas sem uma articulação, fazendo com que ainda não se tenha um fiel retrato desse movimento.

Nesse sentido, está sendo realizado um mapeamento pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal brasileiro, que pretende realizar um levantamento junto aos Empreendimentos e Entidades de Referência na área, na tentativa de caracterizar, minimamente, o desenvolvimento da economia solidária no país,

objetivando dar maior visibilidade a esse movimento, organizando uma pauta de discussões junto aos diversos setores envolvidos.

Além desse mapeamento, a SENAES tem como objetivo principal promover o fortalecimento e a divulgação desse setor, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. E conta também com os seguintes objetivos específicos:

- Elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas.
- Intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização.
- Difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- Estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;

- Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entidades governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

A criação da SENAES no âmbito do Governo Federal, no ano de 2003, mostra que, na conjuntura política atual, o movimento vem ganhando força e relevância, passando a fazer parte das agendas governamentais. Esse reconhecimento foi construído e passou por um processo de organização. Vejamos como se deu.

2.1 A trajetória da economia solidária no Brasil

As recentes práticas de economia solidária no Brasil começam a se organizar durante a década de 1980 e início dos anos 90, como resposta à crise do mercado de trabalho, resultante das transformações ocorridas não apenas no âmbito nacional, mas em grande parte dos países capitalistas.

Nesse período, o trabalho assalariado, como já explicitado anteriormente, vem perdendo sua centralidade nas relações entre capital e o trabalho, o que leva ao agravamento da crise. Vivencia-se com intensidade, nesse período, a passagem da produção fordista para a produção flexível, ou seja, através da reestruturação produtiva. Esse processo desencadeou um maior engajamento de pessoas que buscavam se organizar em experiências coletivas (praticadas na informalidade) como resposta à exclusão do sistema formal de trabalho. Essas décadas 80/90 são marcadas pelo aumento do desemprego, da precarização e a informalidade do trabalho que trazem como consequência o agravamento da miséria, da fome e da

exclusão social. Nessa conjuntura, a economia solidária ressurge com mais intensidade no Brasil.

No contexto nacional, os atores que idealizam essa temática, (trabalhadores, gestores públicos e assessores - através de entidades que assessoram e fomentam a economia solidária), procuram mesclar os conhecimentos teóricos sobre o tema com as práticas realizadas no cotidiano. Ou seja, procura-se buscar a sinergia coletiva, a partir do desenvolvimento de atividades e de saber acumulado. Vejamos um pouco da trajetória de algumas experiências no Brasil.

Nos anos 1980, a CÁRITAS - órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) – e o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE desenvolvem trabalhos sociais na busca de geração de renda, conhecidos como Projetos Alternativos Comunitários – PACS o quais procuravam fortalecer espaços associativos autônomos que podem ser associados à economia solidária.

Em 1991, organizam-se as cooperativas de produção (fábricas falidas, assumidas por trabalhadores) que mais tarde formam a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Augestionárias e de Participação Acionária – ANTEAG. Nesta mesma década, o Movimento dos Sem Terra – MST, para viabilizar economicamente os assentamentos, organiza diferentes tipos de cooperativas.

Nos anos 90, as Universidades Federais se engajam no programa, através da Rede Unitrabalho e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, compostas por professores, pesquisadores e estudantes, e organizam empreendimentos econômicos solidários, dando o apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política. As incubadoras da Rede Unitrabalho e das ITCPs, em parceria com outros organismos nacionais e internacionais, entre eles a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento - ICCO,

desenvolvem Projetos de Economia Solidária em todo o país, na busca de melhores condições de vida para esses trabalhadores.

Nesse sentido, as Centrais Sindicais se incorporam ao projeto e a CUT cria, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores – ADS/CUT, em parceria com a Rede Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos). Instala-se, assim, um processo de assessoria aos empreendimentos criados pelos trabalhadores/as, em parceria com os sindicatos, federações e confederações, constituindo um Sistema Nacional de Crédito Solidário (Sistema Ecosol).

No ano 2000, na cidade de Mendes/Rio de Janeiro, é formada a Rede Brasileira de Economia Solidária – RBES, que teve como principais protagonistas o Projeto Alternativo para o Cone Sul – PACS e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, instituições que continuam desenvolvendo trabalhos voltados para economia solidária.

Recentemente, foi criada a UNISOL¹⁸ – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos da Economia Social no Brasil, que tem por objetivo principal reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e quaisquer outras modalidades de pessoas jurídicas, a fim de promover a melhoria sócio-econômica de seus integrantes, garantido-lhes trabalho e renda com dignidade.

Desde a sua primeira versão em 2001, o Fórum Social Mundial¹⁹ dedica espaço para o debate da Economia Solidária. Neste ano, ainda sem uma articulação

¹⁸ Mais informações estão disponíveis no site <http://www.unisol.com.br>.

¹⁹ O Fórum Social Mundial, cuja bandeira é “um outro mundo é possível” (evento que acontece no mês de janeiro em Porto Alegre – Rio Grande do Sul desde o ano de 2001), é um espaço de debate, reflexão, formulação de propostas, troca de experiências, articulação e construção dessa temática

das organizações nacionais, o FSM contribuiu para criação de uma rede global de comunicação via Internet entre as organizações e redes sobre a temática Economia Solidária. Ficou estabelecida neste fórum a tradição de mesclar as reflexões teóricas com relatos de experiências concretas sobre a temática.

A partir do II FSM, é constituída uma equipe para formar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, cujas diretrizes seriam a da participação efetiva dos setores produtivos, dos grupos de fomento e assessoria, além de gestores municipais ligados à essa temática. Com base nessa estratégia, o grupo lançou um documento com os “*Princípios da Economia Solidária*”.

No III FSM, em 2003, o presidente Lula garantiu um espaço para esse setor dentro da estrutura do seu governo, garantido um espaço voltado para políticas públicas, através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e escolheu como seu titular, o professor Paul Singer, responsável pelos estudos relativos. Neste fórum, ocorre também a II Plenária Nacional de Economia Solidária que mobilizou as bases para criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A III Plenária Nacional de Economia Solidária aconteceu no dia 27 de junho de 2003, um dia após a formalização da SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa plenária, foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Atualmente, todos os estados brasileiros têm Fórum ou Rede de Economia Solidária, que se articulam com o Fórum brasileiro e a SENAES.

que vem se consolidando ao longo desses anos. Em 2002, o II FSM contou com a animação do Grupo de Trabalho Brasileiro – GTBrasileiro de Economia Solidária que, com o apoio do governo do Rio Grande do Sul (primeiro Estado brasileiro a assumir uma política pública para a Economia Solidária), organizaram os eventos ligados ao tema. Neste mesmo ano (dezembro), o GTBrasileiro organiza a I Plenária Nacional de Economia Solidária que discute e elabora uma proposta para uma política pública de Economia Solidária no Governo Federal.

A SENAES com o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, propõe:

- a) dimensionar e dar visibilidade ao universo de empreendimentos de autogestão e economia solidária no Brasil;
- b) qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão;
- c) promover a economia solidária junto aos empreendimentos de autogestão;
- d) facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos;
- e) contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores (SENAES, 2004).

Em nível estadual, foram criados os Fóruns ou Redes de Economia Solidária que se articulam com o Fórum Brasileiro e a SENAES. No caso do Ceará²⁰, existe a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (em anexo, a relação das entidades que a compõe) sendo considerada a primeira Rede do Brasil no âmbito estadual. Fundada no ano de 2002, tem o objetivo de integrar as diversas ações desse movimento em todo o estado.

Os programas governamentais de geração de trabalho e renda e inclusão social, através das prefeituras e governos estaduais em todo o país, também fazem convênio com o movimento organizado da economia solidária, através das

²⁰ O Estado do Ceará é considerado um dos pioneiros em economia solidária, tendo uma organização em torno da mesma desde o seu ressurgimento no contexto nacional. Isso faz com que esse estado, em muitos casos, seja o selecionado para projetos piloto no âmbito da economia solidária. A exemplo disso, atualmente está sendo firmada uma parceria internacional de intercâmbio de experiências e assessoria do Brasil com a França e Itália, e o primeiro estado escolhido para esse convênio foi o Ceará.

incubadoras, organizações não governamentais (ONGs), e demais instituições, no intuito de implementarem e capacitarem os beneficiários dos programas sociais.

2.2 As experiências de economia solidária

Para Gaiger (2003 p,135), essas experiências são entendidas como empreendimentos econômicos solidários que, na sua visão,

compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito (2003, p.135).

Ainda, que muitas das experiências observadas tenham inspiração em antigas práticas, elas continuam sendo implantadas através de novas metodologias. Essas experiências apresentam-se sob forma de empresas autogestionárias, cooperativas, associações, clubes de trocas, finanças solidárias / bancos do povo, consumo solidário, comércio justo e solidário, rede de colaboração solidária, grupos produtivos informais, que combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educacional e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem. Vejamos o significado de cada uma dessas experiências.

2.2.1 Empresas autogestionárias

As empresas autogestionárias surgem em contexto de desemprego e de fechamento de empresas em função do processo de reestruturação produtiva em todo o mundo e retomam a gestão no sentido de evitar a falência do empreendimento. Os trabalhadores tentam, assim, organizar as atividades dessas empresas dando a elas uma nova forma de gerenciamento.

Segundo Albuquerque (2003), as empresas autogestionárias são organizações produtivas sobre as quais o poder de decisão pertence de forma exclusiva a seus trabalhadores e é repartido de forma igualitária entre todos eles, quaisquer que sejam suas qualificações ou seus aportes em capital. A principal característica dessas empresas é a autogestão.

Ainda, na visão desse autor, a autogestão é considerada como um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões e propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas.

O funcionamento dos empreendimentos ditos autogestionários são analisados por Singer (2002, p.87) ressaltando o caráter democrático existente nesse tipo de empresa.

quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidades. Quando ela é grande, assembléias-gerais são raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidades de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (2002, p.87).

As diferentes iniciativas de empresas autogestionárias levaram seus trabalhadores a construir uma entidade para coordenar essas iniciativas, ajudando a democratizar conhecimentos já produzidos, não só para a sobrevivência da empresa, mas também para a concretização de uma cultura autogestionária.

No Brasil, uma das primeiras empresas autogestionárias, foi a Markeli²¹, empresa de calçados de Franca, cidade do interior de São Paulo. Elas se proliferaram em diferentes locais, desde outras empresas no ABC paulista à Usina Catende no Pernambuco, permanecendo até hoje como empresas autogestionárias e se enquadram na ótica da economia solidária.

2.2.2 Cooperativas

De acordo com a Lei Cooperativista 5.764, de 16/12/71, a cooperativa é “uma sociedade, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados”.

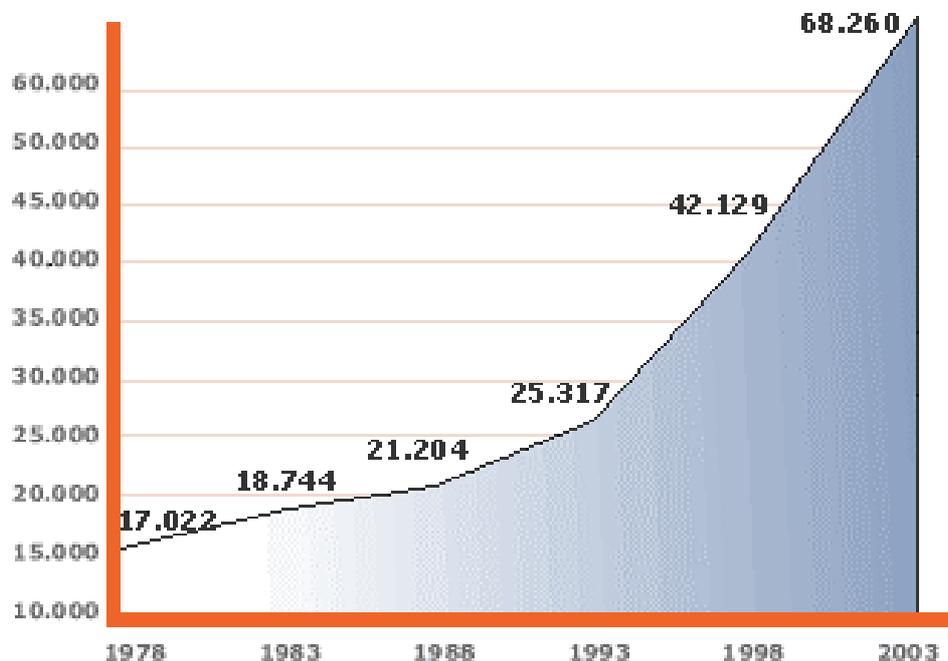
Para se constituir uma cooperativa, é necessário, no mínimo, vinte pessoas. Essa é uma entidade sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, onde as pessoas devem exercer uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, tanto para obter sobras, como para assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. É regida por direitos e deveres como também por princípios, tais como: adesão livre e voluntária, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

²¹ Segundo Nakano (2000), em 1991, o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, da CUT, procurou o DIEESE, o que permitiu um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão.

As cooperativas têm três características básicas: a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas.

Segundo Veiga e Fonseca (2001)²², existem vários tipos de cooperativas: cooperativa agropecuária, de crédito, educacional, de trabalho, de produção, de saúde, de consumo, habitacional, mineral, especial e de serviços.

Uma experiência exitosa de articulação entre cooperativas é o Complexo Cooperativo de Mondagrón.²³, localizado na região Basca, na Espanha. Foi fundado em 1956, pelo Padre Arizmendi, aglutinando cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais. Esse complexo abrange banco cooperativo, cooperativa de seguro social, universidades e várias cooperativas de inovações tecnológicas. Em 2003, o complexo de Mondagrón detinha 68.260 postos de trabalho, conforme gráficos abaixo.



²² Para uma melhor conceituação de cada tipo de cooperativa e sua função, ver esses autores.

²³ Mais informações estão disponíveis no site <http://www.mcc.coop>.

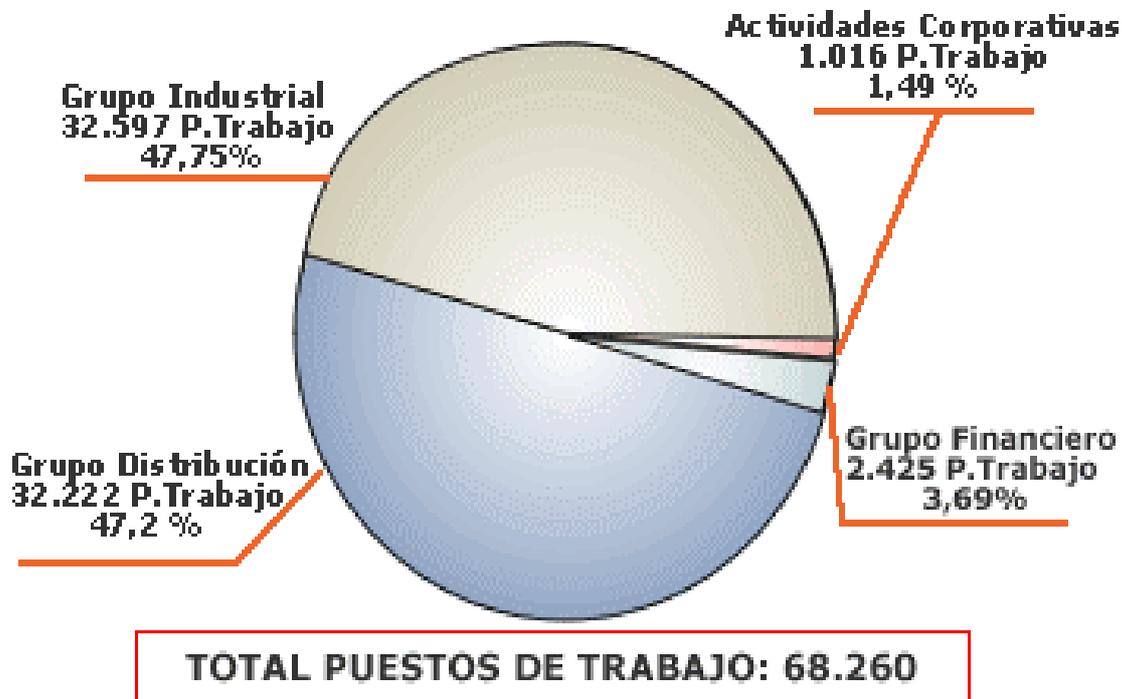


Gráfico 03: Fonte: <http://www.mcc.coop>

De acordo com os dados acima, percebemos que as experiências de Mongragón são responsáveis por um considerável número de postos de trabalho na sua região, o que o faz atualmente ser considerado o maior complexo cooperativo do mundo.

No Brasil, existem várias cooperativas que são enquadradas como experiências de economia solidária, como por exemplo, a experiência estruturante da Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal – Cooperjovens, na cidade de Retirolândia, interior da Bahia, que procura realizar o beneficiamento do sisal na sua região. Fundada no ano 2000 com o apoio da ITCP/UNEB, CUT/BA e Pólo Sindical Rural da região, a cooperativa abrange 13 municípios e conta com 49 cooperantes distribuídos entre homens e mulheres (ADS, COOPERJOVENS, 2000).

2.2.3 Associações

De acordo com Veiga, Rech e Whitaker (2002), Associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. São dirigidas por uma Diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados e cristalizadas nos seus Estatutos, aprovados em Assembléia Geral. A sua legislação é a mesma das cooperativas.

A Associação é caracterizada por:

- a) reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns;
- b) seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, subvenções etc;
- c) seus fins podem ser alterados pelos associados;
- d) os seus associados deliberam livremente;
- e) são entidades do direito privado e não público.

Existem vários tipos de Associação, muitas vezes com nomes diversos – centros, institutos etc – e entre as mais comuns estão: associações filantrópicas, associação de pais e mestres, associação em defesa da vida, associações culturais, desportivas e sociais, associações de consumidores, associações de classe e associações de produtores.

Nos últimos anos, as Associações de Produtores vêm crescendo muito em todo o país. Constituídas por produtores oriundos dos segmentos agrícola, artesanal ou mini-industrial – artesãos, costureiras, recicladores, viabilizam as suas atividades produtivas e realizam de forma coletiva a comercialização. Um exemplo de

Associação que atua no âmbito da comercialização é a Associação Viver Solidário – Criasol, localizada em Fortaleza/CE, na Avenida Monsenhor Tabosa, considerada um “shopping center a céu aberto”. Essa iniciativa conta com o apoio de várias organizações não governamentais, em especial, a Visão Mundial, que apoiou o empreendimento desde a sua concepção.

2.2.4 Clubes de trocas

O sistema de trocas é muito antigo. Antes mesmo de existir mercado – tal como o concebemos hoje, dentro da lógica capitalista – as pessoas já trocavam bens.

De acordo com Primavera (2003, p.60), os clubes de trocas se constituem como organização de grupos de pessoas que juntam a necessidade de consumir de umas com capacidades de produzir de outras, ou seja,

Pessoa que têm algo para “oferecer” e pessoas que têm algo para “consumir” fazem troca desses produtos e serviços, sem que a presença do dinheiro seja determinante. Para fazer o papel do dinheiro cria-se um bônus que serve como “informação” sobre as operações mas são produzidas e controladas pelo próprio grupo, de modo que sempre existirá a quantidade necessária para as trocas possíveis, nem mais nem menos...(2003, p.60).

É importante ressaltar que os clubes de trocas não são apenas espaços de intercâmbios comerciais, mas também são espaços de trocas sociais, culturais, trocas de saberes. No dizer de Singer (2002), eles contribuem para a integração das pessoas a grupos, possibilitando novas amizades, afetos, favores, gentilezas.

As experiências de clubes de trocas mais conhecidas são as da França e Argentina. No caso argentino, elas cresceram nos últimos anos com a crise

econômica e monetária. Muitas dessas experiências persistem e permitem a muitos argentinos formas alternativas de sobrevivência. No Brasil existem experiências, dessa natureza em diversos Estados, entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará (Freitas, 2004).

A experiência do Ceará, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP²⁴, é realizada no Conjunto Palmeira, periferia da cidade de Fortaleza. Ali acontece, semanalmente, em sua sede, trocas solidárias entre produtores e consumidores. A moeda social utilizada é o Palmares: cada pessoa apresenta o seu produto e atribui um valor em palmares. O grupo decide se aceita ou não o valor apresentado. O que define esse valor é a hora trabalhada e os insumos para a fabricação de determinada mercadoria. O grupo tem um animador que fica responsável em receber as pessoas e organizar todo o processo.

2.2.5 Finanças solidárias / bancos do povo

As finanças solidárias consistem em formas de democratização do sistema financeiro para dar possibilidades aos excluídos do sistema bancário e financeiro tradicional, criando condições de garantia de acesso ao crédito. Na concepção de Coelho (2003), a questão das finanças solidárias é entendida como sendo

um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais. Insere-se como elemento central destas relações de força o poder da moeda. Em particular, no caso das finanças solidárias, ele assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de

²⁴ Para conhecer com mais detalhes a experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, ver Segundo e Magalhães (2003) - Bairros Pobre Ricas Soluções: Banco Palmas ponto a ponto.

garantia e de crédito, ou ainda como reserva de valor no caso de poupança ou seguro (COELHO, 2003, p.154).

Os princípios metodológicos das finanças solidárias podem ser descritos como: cobrança de juros reais, busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente; garantias baseadas na formação de “grupos solidários”; captação de poupança dos usuários e oferta de créditos renovados e escalonáveis, com prazos curtos de amortização.

No Brasil, as experiências de finanças solidárias são muito recentes e só se expandiram a partir dos anos 90, tendo como referências as experiências de microcrédito da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE); da instituição de crédito PORTOSOL sediada em Porto Alegre; do VIVACRED, no Rio de Janeiro; Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária (Sistema Ecosol), com sede em São Paulo e do Banco Palmas, em Fortaleza.

De acordo com Coelho (2003), as ações de microcrédito/finanças solidárias, já se constituem em um sistema de apoio alternativo às redes locais, ao fortalecimento de cadeias produtivas, às cooperativas e associações de produtores de comércio justo, à garantia de sistema de compras solidarias e aos *sistemas populares de poupança e seguro*²⁵.

²⁵ Voltados para as necessidades básicas da população como saúde, educação, habitação ou necessidades imediatas não previstas, como é o caso de auxílio a funeral de parentes, onde as famílias são obrigadas a situações constrangedoras de coleta de recursos (COELHO, 2003).

2.2.6 Consumo solidário

Uma das concepções da prática de economia solidária diz respeito ao consumo solidário que implica um processo de conscientização de parte da população consumidora, ainda de difícil compreensão. De acordo com Mance (2003, p. 44) o consumo solidário pode ser entendido como

consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: (a) realizar o seu livre bem-viver pessoal; (b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; (c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; (d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidária (2003, p.44).

O consumo solidário dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária que substituem os produtos das grandes empresas inseridas no mercado capitalista mais amplo. Além de serem produzidos por empresas que exploram os trabalhadores, muitos desses produtos não têm compromisso com a preservação do meio ambiente e degradam os ecossistemas.

O consumo solidário é difundido e praticado com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida. Assim, além de ajudar a melhorar o padrão de renda de todos, favorece a entrada de um maior número de pessoas no processo produtivo, através de redes solidárias, consolidando a noção de consumo solidário, relacionado ao comércio. Dentre as experiências exitosas, destacam-se as do Sistema de Compras Coletivas realizado desde 2000, na cidade de Passo Fundo/RS.

2.2.7 Comércio justo e solidário

O comércio justo não é apenas uma relação comercial. Busca também ser uma relação de cooperação e colaboração entre produtores, baseada na igualdade e respeito mútuo. O consumidor consciente adquire não apenas produtos, mas também relações de compromisso com os produtores ao ficar informado da natureza e origem do produto no que diz respeito aos aspectos ético e ambiental.

Fretell e Roca²⁶ (2003, p.36) conceituam o comércio justo e solidário como uma

rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas no processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos (2003, p.36).

As experiências de comércio justo e solidário têm como objetivo promover uma relação de intercâmbio comercial mais equitativa entre grupos, desde o âmbito local ao nacional e internacional, favorecendo a cooperação entre diferentes países. Por exemplo, temos as experiências de comercialização direta de produtores e consumidores, através das feiras e lojas de consumo ou solidárias, na Venezuela (experiência de CECOSOLA); as trocas e moeda social desenvolvidas na Argentina, no México, no Equador, no Brasil e em outros países; como também as experiências europeias que buscam a certificação como o selo de comércio justo internacional (fair label), certificação orgânica e qualidade, que realizam a

²⁶ Esses autores definem o surgimento, conceito, princípios, objetivos, critérios, atores, visões estratégicas perspectivas do comércio justo e solidário.

importação e promoção dos produtores de cooperativas, associações e pequenos produtores dos países do Sul (Freitas, 2004).

Os exemplos nacionais são diversos. No Rio Grande do Norte, o espaço de comercialização solidária Xique-Xique é pioneiro e está localizado na cidade de Mossoró. Nele se comercializa artesanato em palha e papel, labirintos, bordados, velas, redes, bijuterias, bonecas de pano, doces, castanhas de caju, mel, enfeites, hortaliças orgânicas e sementes, dentre outros itens, diretamente do produtor para os consumidores em uma experiência inovadora de feira solidária. Sua história foi construída coletivamente por um grupo de entidades, especialmente a Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), a Visão Mundial, Centro Terra Viva e Centro Feminista 08 de Março, juntamente com os produtores e produtoras que aliam o incentivo à produção desses grupos de geração de renda à visão de uma nova estratégia de divulgação da economia solidária.

O comércio solidário visa também proporcionar a formação de grupos de compras solidárias, um sistema de garantia que permite a realização de compras a prazo, ampliando o acesso ao mercado com preços mais baixos e agilidade na entrega dos produtos.

2.2.8 Redes de colaboração solidária

Uma rede de colaboração solidária serve para gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas ou que desejam construir novas relações de produção, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não

haja a exploração das pessoas ou a degradação do equilíbrio ecológico. Segundo Mance (2003, p.220),

Ela funciona integrando grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria Rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para proteger o meio ambiente (2003, p.220).

Sendo assim, as redes de colaboração solidárias se constituem como estratégia de articulação do consumo e comércio ético e solidário.

Com relação a esse tipo de organização da produção, uma experiência de renome é a da Rede de Produtoras da Bahia, que envolve 13 empreendimentos solidários formados exclusivamente por mulheres. Elas atuam nas áreas urbanas e rurais de 09 municípios do interior do estado: Alagoinhas, Araci, Conceição do Coité, Feira de Santana, Retirolândia, São Domingos, Teofilândia e Valente. A Rede conta com o apoio do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que visa contribuir no empoderamento político, social e econômico dessas mulheres, pois as experiências mostraram que a geração de renda merece uma atenção especial já que, a partir dela, as mulheres conseguem adquirir independência financeira e maior autonomia nas suas decisões. As produtoras da Rede atuam nas áreas de alimentação, valorizando os produtos da agricultura familiar e a riqueza da culinária regional, e na área de artesanato, enfocando a cultura local e o respeito à natureza nos seus produtos²⁷.

²⁷ Mais informações estão disponíveis no site: <http://www.moc.org.br>

2.2.9 Grupos produtivos informais

São considerados grupos produtivos informais as experiências de pessoas que se organizam para produzir coletivamente. Essas pessoas são agrupadas em ramos de atividades em alguns casos, grupos de costureiras, de artesãs, de recicladores de materiais, de teatro, de produção de alimentos orgânicos, entre outros, mas que ainda não dispõem de um amparo legal, sob a forma de associação ou cooperativa, por exemplo. É relevante salientar que há uma discussão em torno da negociação de um marco legal para os empreendimentos da economia solidária, incluindo a elaboração de um estatuto adequado às necessidades desse setor.

Os grupos produtivos informais também se incluem no universo da economia solidária. O fato de não serem juridicamente legalizados não os impede de terem normas internas e praticarem os princípios que norteiam o cooperativismo e associativismo e se denominarem como experiências no âmbito da economia solidária.

No Brasil é muito comum a participação desses grupos produtivos nos movimentos e eventos da economia solidária em seus diversos níveis – local, estadual, regional e nacional.

A experiência da Comunidade do Dendê, em Fortaleza/CE, existente desde o ano 2000, campo empírico dessa pesquisa, inclui-se no universo dos grupos produtivos informais na perspectiva da economia solidária. O grupo é formado principalmente por mulheres, que produzem nas suas casas – artesanato, confecção, medicamentos caseiros e alimentação (comidas típicas) e comercializam nas feiras solidárias e na loja do próprio grupo.

2.3 O trabalho informal na perspectiva da economia solidária

As atividades intituladas como componentes da economia solidária que se incluem no universo do trabalho informal são desenvolvidas de forma coletiva, cujos frutos são repartidos entre os trabalhadores.

Nessas experiências, o que é levado em consideração não são apenas os aspectos estritamente econômicos, muito pelo contrário, requer-se uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais etc, que buscam a construção e/ou resgate da cidadania dessas pessoas. Além de todos esses aspectos, os empreendimentos solidários também não deixam de lado a sustentabilidade financeira através da geração de ocupação e renda.

Essas iniciativas coletivas, que se desenvolvem no âmbito da informalidade das relações de trabalho, têm a capacidade de gerar ocupações a baixo custo para os extremamente pobres, pessoas que dificilmente conseguiriam se inserir no mercado de trabalho formal. As novas exigências transferem para o trabalhador a responsabilidade de se tornar um cidadão empregável²⁸.

No contexto atual, muito se tem discutido sobre o conceito de empregabilidade e o seu significado dentro dos novos critérios de seleção para o mercado de trabalho. O discurso reza que é necessário que os trabalhadores adquiram uma empregabilidade baseada em requisitos mutantes e redefinidos a cada posto de trabalho pretendido. Além disso, também sugerem que os trabalhadores se

²⁸ O mercado formal, muitas vezes, exige profissionais de um novo tipo não apenas com escolaridade mais elevada, mas também com qualidades de socialização pessoal, habilidades comunicativas, disposição para o trabalho em equipe e para a realocação de um setor da empresa a outro, enfim, um novo profissional diversificado e heterogêneo, para atuar no mercado “globalizado” (AMORIM, 2002).

transformem em empresários e montem os seus próprios empreendimentos, transformando-se em pequenos empresários individuais ou coletivos.

O enfoque do informal na economia solidária não pode ser relacionado, apenas, pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos empresários, mas por sua capacidade de assegurar postos de trabalhos e gerar alguma renda. Em geral esse universo é constituído por um grande número de pessoas, principalmente mulheres, muitas vezes chefes de famílias que não tem uma ocupação formal. Segundo Kraychete (2000, p.35),

...a racionalidade dessa economia [solidária] está ancorada na geração de renda destinada a prover os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica do capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho (2000, p.35).

Para esse autor, diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica das experiências de economia solidária está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar. Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os empreendimentos populares não dispensam seus familiares. Ainda de acordo com Kraychete (2000, p.37)

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação capitalista, assume um outro significado para os empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias

de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas (2000, p.37).

Consideramos que as pequenas unidades de produção, os pequenos negócios, a produção de bens agrícolas, artesanais, que se incluem no universo da economia solidária, que vendem mercadorias de baixo custo à população pobre, não representam venda da força de trabalho, e sim, venda de mercadoria.

No dizer de Tavares (2004), as pessoas que não possuem meios de sobrevivência, que possuem escassos meios de produção, e precisam trabalhar para garantir a sua existência não são consideradas trabalhadores produtivos nem improdutivos. São atividades muitas vezes consideradas de sobrevivência nas quais não se configura o fim capitalista. Mas se deve considerar que essas atividades geram renda que permite consumo e cumpre o papel de mascarar o nível de desemprego. Essas atividades não oferecem condições para o desenvolvimento sistemático de um processo de acumulação, razão porque ocupam, muitas vezes, apenas os espaços econômicos que não interessam ao capital.

Tavares (2004) refere-se ainda às cooperativas de trabalho, ao trabalho domiciliar e à pequena empresa ou departamento de fábrica que são utilizadas através da terceirização pelas grandes empresas capitalistas, quando estas se apropriam da mão-de-obra de trabalhadores na acumulação de capital.

Ainda de acordo com essa mesma autora, as cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas são mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho pelo capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais. Concordamos com ela, quando afirma que muitas vezes o trabalho que é realizado de forma domiciliar tem a jornada de trabalho mais longa, o trabalho é desenvolvido em locais improvisados, sofre

ausência de proteção social e segurança no trabalho, aproveita e explora a mão-de-obra da mulher e infantil, além de diminuir o poder de reivindicações e de negociação junto ao empresariado.

Na nossa análise, não desconhecemos que na realidade existem as falsas cooperativas, associações, grupos produtivos e outras práticas que estão inseridas no universo da economia solidária, mas na prática não tem nenhuma conotação solidária. A exemplo disso, têm-se atualmente as falsas cooperativas que são constituídas por empresários, com o aval do Estado. Elas são formadas por trabalhadores sob a supervisão e intervenção de um capitalista que impõe a formação de uma cooperativa para fraudar a legislação trabalhista²⁹. Nesses casos, estaríamos falando do setor capitalista eliminando direitos e precarizando a ocupação, diferentemente das cooperativas que são organizadas coletivamente por trabalhadores, a partir das suas reais necessidades e seguindo os verdadeiros princípios cooperativistas.

O cooperativismo autêntico, isto é, aquele em que os trabalhadores detêm igualitária e democraticamente a posse e o controle do empreendimento expressa-se como o ideal de prática da Economia Solidária. Isso é diferente do cooperativismo de "poucos donos e muitos empregados" (das chamadas cooperatas). É diferente também do cooperativismo de trabalhadores demitidos, que se associam para prestar serviço à ex-empresa. Isso compõe o chamado processo de terceirização, feito em nome da contenção de custos e que na prática significa precarização das condições de trabalho, também denominado "nova informalidade"³⁰.

²⁹ Como, por exemplo, as cooperativas de trabalho no interior do Ceará que são analisadas por Tavares (2004); Lima (1998); Moreira (1999).

³⁰ A nova informalidade é conceituada em Tavares (2004) e Filgueiras, Druck e Amaral (2003).

Singer (2004) afirma que a precarização das relações de trabalho não é culpa das cooperativas, mas do desemprego em massa, que leva suas vítimas ao desespero, deixando-as disponíveis em aceitar trabalho em quaisquer condições de remuneração direta e indireta.

Acredita-se que, nas experiências de economia solidária, esse tipo de exploração não aconteça porque essas são acompanhadas por diferentes instituições, desde as representativas da classe trabalhadora, como por exemplo, a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores; como também, as Delegacias Regionais de Trabalho - DRTs, que são responsáveis pela fiscalização do trabalho; além das universidades, igrejas, ONGs e demais instituições envolvidas que trabalham a formação/qualificação desses trabalhadores. As experiências que passam pelo processo de incubação e são assessoradas durante o tempo necessário para que possam se inserir no mercado e se tornarem autogestionárias, constituem-se como verdadeiras práticas do que se denomina economia solidária.

São essas experiências criadas pela classe trabalhadora, que se apresentam como uma resposta alternativa frente ao desemprego e ao sistema capitalista, sem desconhecer o sistema hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver. Elas se orientam por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e democracia³¹.

É importante reconhecer que o sistema capitalista continua sendo hegemônico nas economias contemporâneas, embora não seja o único, por não abranger a totalidade dessas economias. Mas é ele que define a maior parte das relações

³¹ Muitas pessoas começam a participar dessas experiências e por não conseguirem se adaptar a tais princípios, acabam saindo dos empreendimentos.

econômicas e que atrai os exclui transações à medida que elas lhes interessam ou não.

De acordo com Singer (2004) existe a produção simples de mercadorias (unidades autônomas de produção, individuais ou familiares), a economia pública (formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem cobrar preços de mercado por eles), a economia doméstica (constituída pelas atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios, visando o autoconsumo dos membros) e a economia solidária (formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de serviços, de consumo, etc.).

Não podemos esquecer que, tanto as iniciativas que compõem a economia solidária, como também as demais que pertencem ao complexo mercado de trabalho informal, são influenciadas pelo marketing do empreendedorismo e das novas competências. É baseado nesse cenário de influências que enfocaremos, a seguir, alguns aspectos polêmicos desse novo cenário.

2.4. O empreendedorismo no contexto da economia solidária

Dornelas (2001) considera que existem várias definições para empreendedorismo, entre elas, a clássica de Shumpeter, de 1949, que ele resgata como sendo:

o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais (DORNELAS, 2001, p.38)

O conceito de empreendedorismo vem sendo muito divulgado nos últimos anos em todo o país, principalmente nos anos 90. Percebemos que, durante esse

período, a intervenção do Estado brasileiro apostou na redução dos custos da produção e na estabilidade da moeda.

Com o aval do Estado, e em decorrência dos processos de privatizações³² largamente implantados nas empresas estatais, reduziram a força de trabalho, trocando boa parte dos funcionários efetivos por uma força de trabalho precarizada, subcontratada, tercerizada e estagiários, constituindo uma expressão marcante das novas formas de exploração do trabalho pelo capital. Em consequência dessas mudanças, observa-se o aumento no índice de desemprego e o crescimento do trabalho informal como jamais se tinha visto.

Nesse contexto, observa-se a tendência é a descentralização onde o Estado cria mecanismos legais para acumulação capitalista.

...ao se propagar a pequena e a microempresa e outras formas de trabalho supostamente autônomas, subjaz a idéia de que o trabalho assalariado tende a ser abolido. Ora, acaba-se o sistema assalariado, mas prevalece a sociedade de mercado, em que a única mercadoria que o trabalhador tem para vender é a força de trabalho, e não se quer decretar a sua morte, é preciso que se lhe ofereça uma alternativa que pareça melhor do que trabalhar para o capital. Nesse sentido, instaura-se um conjunto de valores associados ao desejo da ordem social. Oferece-se a possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalistas (TAVARES, 2004, p.21).

Ainda conforme Tavares (2004), a suposta autonomia dada ao trabalhador, além de mascarar as reais dimensões do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica a organização representativa do trabalhador.

Constatam-se nos anos 90 que a estratégia do governo FHC foi difundir as políticas de empreendedorismo em todo o país. Propaga-se em toda a sociedade a

³² Na nossa monografia de graduação, analisamos o papel do Estado nas privatizações da década de 90. Em especial as privatizações do setor de telecomunicações.

idéia de que devemos nos tornar dono do nosso próprio negócio. Mais uma vez transfere-se para o trabalhador a responsabilidade de se inserir no mercado de trabalho. O governo, por meio de suas representações, desobriga-se da preocupação com o emprego, sugerindo que a auto-sustentação do trabalhador pode ser garantida pelo estímulo à capacidade empreendedora.

Como paliativo, a agenda do governo estabelece como meta a capacitação de desempregados e empregados em situação de risco nos mais diversos programas. Os processos de reestruturação produtiva implementam programas de demissão voluntária e involuntária como forma de reduzir o número de empregados nos setores considerados menos competitivos. Assim, os programas de demissão voluntária – PDVs, adotados pelos funcionários das empresas estatais privatizadas, levaram muitos desses indivíduos para os programas de empreendedorismo. Os folhetos de propaganda, difundidos pelas empresas privatizadas, estimulam os trabalhadores a optarem pela demissão antecipada e a investirem os recursos obtidos em novos negócios. Muitas vezes, trabalhadores que passaram à vida inteira desenvolvendo uma determinada função se tornaram “pequenos empresários”. O aumento das empresas que foram abertas nos últimos anos e as que fecharam antes de completarem cinco anos recheiam as estatísticas do Sebrae.

De acordo com Burti (2004, p.15), presidente do conselho deliberativo do Sebrae/SP, as estatísticas sobre as micro e pequenas empresas apontam que,

Das 500 mil novas empresas criadas anualmente no Brasil, 35% fecham no primeiro ano. Em três anos, 70% delas não existem mais. Apesar disso, as pequenas e micro empresas, de acordo com os dados do SEBRAE, representam 98% das 4,1 empresas formais existentes no país. São responsáveis por 45% dos empregos com carteira assinada e geram 20% do PIB – Produto Interno Bruto – nacional (2004, p.15).

Os dados mostram que as micro e pequenas empresas constituem atualmente um importante segmento da economia do país. Vale considerar que as micro e pequenas empresas são classificadas pelo IBGE como as que têm até cinco empregados, e que são consideradas como componentes do mercado de trabalho informal.

A divulgação e a propagação do empreendedorismo e do trabalho informal nas políticas públicas oficiais continuaram na agenda do governo Lula. Juntamente com as políticas de economia solidária, também voltadas para a capacidade empreendedora dos seus participantes, elas estão sendo amplamente trabalhadas no atual governo. Essa legitimação por parte dos órgãos públicos, que incluíram nas agendas políticas prioritárias, projetos – de natureza solidária –, leva a questionar as formas de legitimação dos empreendimentos solidários por parte do Estado. Sob a égide de projetos de grande alcance social, observa-se muita dessas atividades informais se legitimam sob a forma de programas batizados de solidários.

Dornelas (2004) defende que, para se tornar um empreendedor, não é tão simples como se imagina. Para que um empreendedor tenha sucesso, segundo esse autor, é necessário que ele desenvolva determinadas características, tais como: ter curiosidade, saber identificar oportunidades, ser intuitivo, saber assumir riscos, ser ágil nas decisões, ter iniciativa, ter autoconfiança, saber reconhecer os erros, saber improvisar, ser criativo, ser otimista, ter redes de contato, saber trabalhar em equipe e ter boa comunicação.

De acordo com Tavares (2004), a literatura contemporânea, quando se refere ao trabalho informal via de regra (pequena empresa), caracteriza-o pela autonomia, independência, liberdade etc. Faz-se crer que todos podem ser empresários, quando concretamente, sob nenhuma circunstância, tal desejo é possível. Os índices das

falências mostram bem isso. Além dessas características que Dornelas (2004) frisa, Tavares (2004) aponta ainda,

Qualquer trabalhador ou grupo de trabalhadores que resolver correr o risco de se tornar empresário, precisa no mínimo de meios de produção, e de vender a produção. Dada a inexistência de capital de giro a melhor das hipóteses para o trabalhador (empresário) é ser subcontratado por uma grande empresa, embora isso implique desvalorização do trabalho em função dos lucros a serem obtidos pelo contratante. No caso das cooperativas que vendem serviços (...)os trabalhadores não têm a autonomia que gostariam, nem exercitam a solidariedade que se propaga porque a simples negação do trabalho assalariado não significa superação dos conteúdos que negam esse interesse. As ações dos trabalhadores permanecem determinadas pelas mesmas leis econômicas, embora não se possa dizer o mesmo das leis trabalhistas (TAVERES, 2004, p.74).

Por outro lado, o Estado que estimula a criação de novos pequenos negócios, dificulta a inserção desses trabalhadores na economia formal.

De acordo com Francesconi (2004, p.02), presidente da FIESP, os principais entraves para criação de uma empresa são: a carga tributária e a burocracia, ou seja, *“a legislação trabalhista dificulta a contratação, há os juros dos empréstimos, a necessidade de capital de giro, a pesada carga tributária”*. Tudo isso estimula o empreendedor a permanecer na informalidade, uma vez que as falências e os elevados custos desencorajam os pequenos negócios.

Diante de tantas dificuldades, mesmo assim, o povo brasileiro ainda é considerado um bom empreendedor quando comparado com outras nações. Uma reportagem da revista veja³³ mostra o resultado da pesquisa GEM– Global Entrepreneurship Monitor – considerada a mais abrangente sobre empreendedorismo do mundo, realizada anualmente sob a coordenação da London Business School. A pesquisa aponta que a motivação para os brasileiros aderirem

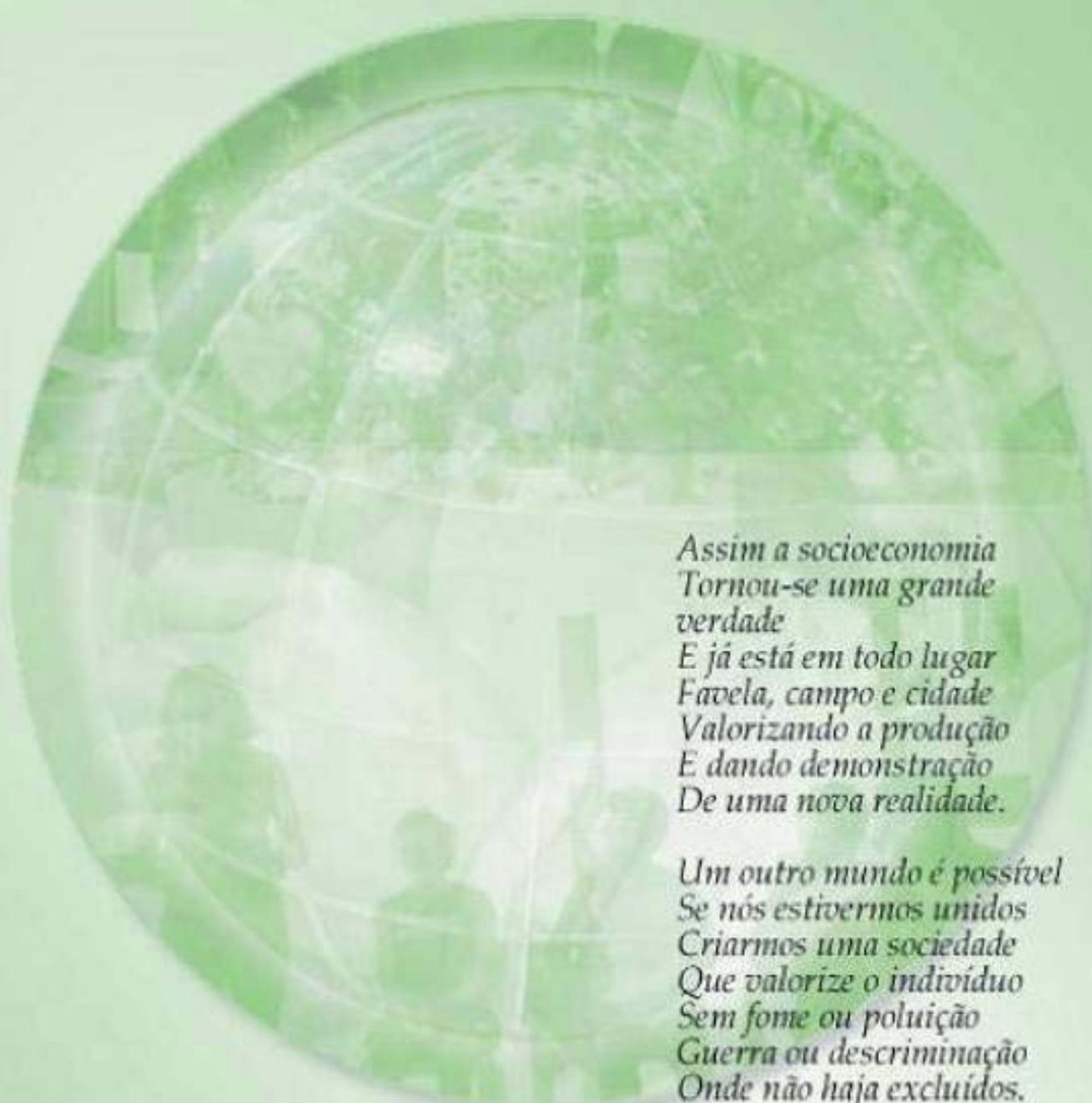
³³ Intitulada: Nadando contra a Corrente: pesquisa mostra que, apesar de viverem num ambiente hostil a negócios, os brasileiros são tão empreendedores quanto os americanos.

ao empreendedorismo é a falta de perspectiva de sobreviver de outra maneira, cerca de “50% dos brasileiros que se tornam empreendedores é devido à necessidade” e à falta de perspectivas. Somente em 2004, 13,5% da população adulta brasileira se dedicou ao seu próprio negócio. A pesquisa mostra também que o empreendedor brasileiro é despreparado. Os dados do banco mundial mostram que o Brasil é o sexto país mais burocrático na abertura de empresas e que para fechar uma firma leva-se até dez anos. O Brasil ostenta, ainda, o penúltimo lugar em qualidades das leis trabalhistas e o trigésimo em lentidão da Justiça. Quase metade das empresas abertas no país fecha antes de completar dois anos.

Como foi dito anteriormente, o trabalhador brasileiro é despreparado, o que de certa forma nos leva a reforçar a importância do processo de incubação das iniciativas da economia solidária que têm um suporte para orientações por um determinado tempo, para que possam se tornar autogestionárias e sustentáveis. Como elas são construídas com base em planejamento e elaboração de planos de negócios as ações permitem visualizar a viabilidade do empreendimento. Muitas dessas experiências, apesar das dificuldades de acesso ao crédito, capital de giro, expansão da produção e comercialização conseguem resistir e continuar atuando no mercado, como é caso do grupo produtivo informal da comunidade do Dendê que, com muitas dificuldades, sobrevive após quatro anos de existência. É o que veremos a seguir.

Capítulo III

O GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA
COMUNIDADE DO DENDÊ - FORTALEZA - CEARÁ



*Assim a socioeconomia
Tornou-se uma grande
verdade
E já está em todo lugar
Favela, campo e cidade
Valorizando a produção
E dando demonstração
De uma nova realidade.*

*Um outro mundo é possível
Se nós estivermos unidos
Criarmos uma sociedade
Que valorize o indivíduo
Sem fome ou poluição
Guerra ou discriminação
Onde não haja excluídos.*

*Mas para chegar entre nós
A socioeconomia
Foi uma árdua batalha
Travada dia após dia
Pessoas até desistiram
Mas alguns heróis
resistiram
Pra nossa grande alegria.*

3.1 O cenário da experiência

A experiência de economia solidária, selecionada para pesquisa empírica, está localizada na cidade de Fortaleza, Ceará. A comunidade do Dendê é localizada atrás da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, limitada pelas margens do Rio Cocó e pelo Conjunto Habitacional INOCOOP Village II, que fica situado no bairro Água Fria atualmente é oficializada como parte do bairro Edson Queiroz.

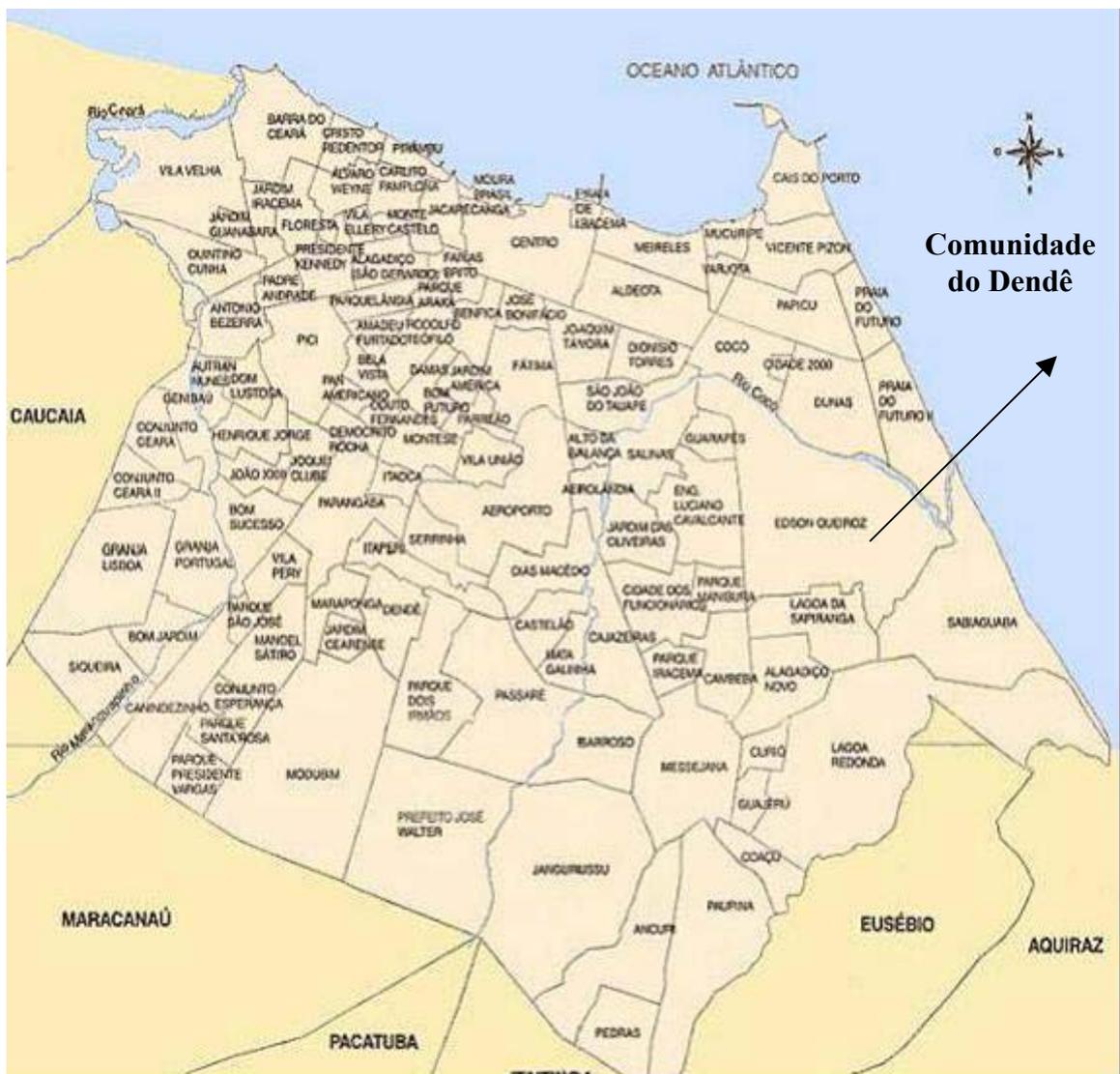


FIGURA 01: Mapa da Cidade de Fortaleza – Ceará

De acordo com pesquisa realizada por Araújo e Carleial (2003), a cidade de Fortaleza é cheia de contrastes. Nos bairros considerados ricos, que aparentam uma paisagem mais visível da riqueza, observa-se uma miséria que os dados censitários fizeram emergir. Sob vários aspectos, os bairros, tidos como ricos, apresentam ilhas de pobreza e os considerados pobres mostram dimensões de riqueza.

Os dados do IBGE³⁴ (2000), no que se refere à renda mensal “per capita” dos chefes de famílias por domicílio em salários mínimo e por Região Administrativa³⁵ em percentuais, mostram como a cidade é realmente marcada por disparidades sociais.

MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE - Renda Mensal “per capita” dos Chefes de Famílias por Domicílio em Salários Mínimo e por Região Administrativa em Percentuais (2000)							
SALÁRIOS MÍNIMOS	SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI	Fortaleza
0 - 1	26,75	12,56	23,91	17,78	26,67	25,65	22,78
1 - 3	35,18	19,87	34,72	28,45	40,62	34,65	32,95
3 - 5	11,12	8,34	12,31	13,10	11,74	10,19	11,07
5 - 10	10,09	15,21	12,21	17,67	8,26	9,71	11,70
10 - 20	4,10	17,92	5,34	10,83	1,92	4,88	6,95
Acima de 20	1,26	19,43	1,80	4,18	0,47	2,18	4,51

³⁴ De acordo com esse censo, existiam 2.141.402 residentes, todos urbanos, sendo 1.139.166 mulheres, e 1.002.236 homens; 450.756 eram jovens, com idade de 15 a 24 anos, e 75.506 eram idosos, com mais de 65 anos de idade; R\$846,68 era o valor do rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio na cidade.

³⁵ A cidade de Fortaleza é constituída por 114 (cento e quatorze) bairros. E, para uma maior estruturação e descentralização de suas ações, a Prefeitura dividiu o espaço geográfico do município em seis áreas denominadas Secretaria Executiva Regional – SER. Cada SER é responsável por todas as ações da Prefeitura Municipal em sua área.

Sem Renda e Sem Declaração	11,50	6,67	9,71	7,98	10,31	12,74	10,05
TOTAL	100						

TABELA 01: Fonte IBGE - 2000

Como podemos observar, existe uma variedade muito grande na renda entre as diferentes regiões administrativas de Fortaleza. Se verificarmos a faixa acima de 20 salários mínimos, é nítida a disparidade de uma região sobre outra. O que também acontece para os dados correspondentes entre 0-1, 0-3 salários mínimos e os sem renda e sem declaração. As duas regiões que apresentam maiores disparidades são a SER II e SER V.

A SER V é considerada a região mais pobre do município com 77,6 % de sua população sobrevivendo com uma renda de, no máximo, 03 salários mínimos. Enquanto na SER II, que é considerada a área mais rica da cidade, para esse mesmo segmento de renda, o percentual é de 39,1%.

O nosso objeto de estudo está inserido na área que é assistida pela SER VI. Conforme os dados dessa região, na tabela acima, cerca de 73,04% da sua população sobrevivem com uma renda per capita mensal compreendida entre os que não declararam, os sem remuneração e as faixas salariais entre 0-1 e 1-3 salários mínimos. O que significa que a grande maioria tem uma renda de, no máximo, três salários mínimos.

Até a década de 1970, o bairro Edson Queiroz, apresentava baixa densidade populacional, tendo se expandido após a instalação de uma série de equipamentos urbanos, tais como: Universidade de Fortaleza – UNIFOR (1973), Centro de Convenções, Imprensa Oficial, Escola da Polícia Militar, Shopping Center Iguatemi,

Tribunal de Contas da União, entre outras instalações que favoreceram a abertura de várias ruas e avenidas rompendo com o isolamento do bairro e contribuindo para a valorização imobiliária do mesmo (Braga e Barreira, 1991).

Nestes últimos anos, com a reforma de uma importante via (avenida Washington Soares) que atravessa o bairro, houve um intenso processo de construções verticalizadas e condomínios de casas destinados à classe média alta. Além disso, o bairro foi contemplado com infra-estrutura e equipamentos de ensino e lazer, como escolas particulares (as mais tradicionais da cidade), de idiomas (franquias nacionais), outras universidades particulares, lojas de fast-food, supermercados, farmácias, shopping com lojas de decoração e construção, concessionárias, Poder Legislativo (Fórum). Esses novos equipamentos contribuíram para que o bairro atualmente seja uma área com um dos maiores índices de valorização imobiliária da cidade de Fortaleza.

Enquanto no bairro Edson Queiroz “dos ricos” a infra-estrutura é adequada aos padrões de urbanismo (ruas pavimentadas, saneamento básico e demais serviços de utilidade pública); na comunidade do Dendê, também parte integrante deste bairro, o cenário é de pobreza e descaso público.

Desde a década de 1970, esse espaço do bairro é uma área de ocupação urbana (invadida), o que de certa forma se reflete na arquitetura da comunidade que cresce desordenadamente, com suas ruas estreitas, sem saídas, não pavimentadas, o que a faz ser identificada por toda a cidade como a “favela do Dendê”.

Braga e Barreira (1991) afirmam que a procedência dos moradores que habitam tal espaço é de origem rural. Na origem da comunidade, por volta do final da década de 1960, parte dessas famílias foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luís, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do

Meireles. A remoção dessa população se deu devido à ação do poder público na construção de ruas, avenidas e praças nas políticas de urbanização desses bairros. No início da década de 1970, a comunidade do Dendê recebeu um grande número de famílias expulsas de outras áreas da cidade e a população foi crescendo, gradativamente, ao longo do tempo, chegando atualmente a aproximadamente 23 mil habitantes³⁶.

A maioria das pessoas que habitam a Comunidade está fora do mercado de trabalho por não encontrarem vagas disponíveis no mercado, como também por não disporem de uma qualificação profissional. É, portanto, no mercado de trabalho informal, que encontram um espaço de inserção econômica. Os trabalhadores domésticos (lavadeira, faxineira, cozinheira, copeira, jardineiro, vigia, entre outros) requisitados pelas famílias de classe média e alta, e os vinculados à construção civil (servente, pedreiros, marceneiros, entre outros) predominam nesse espaço. Visualizamos ainda, nas principais ruas da comunidade, grande número de pequenos negócios (mercados, padarias, lojas, oficinas, vídeo-games, salão de beleza etc) espalhados pela comunidade, constituindo-se alternativa de sobrevivência desses moradores, também no âmbito da informalidade.

3.2 A organização comunitária e do grupo

A organização comunitária sempre esteve presente na história dessa comunidade. No dizer de Paul Singer (2004), entre os pobres, a necessidade de lutar para obter escola, posto de saúde, água encanada, segurança e, no caso

³⁶ A comunidade não dispõe de dados de pesquisas oficiais no que se refere a sua população. A estimativa de 23 mil habitantes é uma informação da Universidade de Fortaleza, que, através dos seus núcleos de extensão NAMI, NUSPA e Escola Iolanda Queiroz, atua na comunidade e tem cadastros dessa população.

específico da comunidade do Dendê, o direito ao próprio teto (através da posse da terra), levam as pessoas a se unirem, e esta união encerra um importante potencial de desenvolvimento da comunidade como um todo.

Por causa da falta de tudo, sobretudo de dinheiro, os pobres desenvolvem hábitos de solidariedade e ajuda mútua, que são praticados muitas vezes em associações. Há muito mais comunidade onde reina a carência do que nos bairros ricos e de classe média. Nestes últimos reina o individualismo, as pessoas pouco precisam umas das outras (SINGER, 2004,02).

Nesse mesmo sentido concordamos com Lisboa (2003) quando afirma que a solidariedade une os pobres, pois estão vinculados aos mesmos espaços onde, com freqüência, desenvolvem relações de apoio mútuo para sobreviverem.

A trajetória da organização dos moradores da comunidade do Dendê surgiu desde os tempos da luta pela ocupação da área. O primeiro movimento organizado foi o do grupo de pessoas da Igreja Católica (1977) e, em 1979, através da FASE, foi convidada a atuar conjuntamente com as pessoas do bairro.

Em 1980, surge a primeira Associação de Moradores da Água Fria (naquela época a comunidade pertencia a esse bairro) que foi registrada no ano seguinte. Nesse período, a comunidade lutava para a obtenção de água para a área e os esforços da organização dos moradores convergiram para a construção de uma cacimba, constituindo-se num marco do processo organizativo onde a “consciência comunitária” foi se sedimentando durante as diferentes formas de mobilização (BRAGA e BARREIRA, 1991).

As primeiras entidades surgidas na comunidade, conforme referência acima, foram a Associação de Moradores e o Conselho Comunitário. Posteriormente se estruturam a Grupo de Ação Comunitária, o Conselho Comunitário Cantinho do Céu e Comunidade Eclesiais de Base. Além dessas entidades, existiam, no ano de 1991,

quatorze (14) times de futebol³⁷ que, através do esporte, articulavam segmentos da população. Atualmente, existem várias associações de moradores, rádio comunitária, como também Organizações Não Governamentais que atuam com projetos na comunidade, como, por exemplo, o Instituto Florestan Fernandes, que desenvolve o Projeto de Socioeconomia Solidária com as mulheres da localidade na busca de resgate da cidadania e geração de renda.

O Instituto Florestan Fernandes é uma Organização Não Governamental criada no ano de 1999, com o intuito de trabalhar o resgate da cidadania, estímulo à luta por direitos iguais para todos e a cobrança de políticas públicas adequadas para populações excluídas. A instituição atua junto a populações da periferia da cidade de Fortaleza e sertão central do estado do Ceará, e sua sede localiza-se na Comunidade do Dendê. O Instituto é composto por secretaria executiva (formada por 08 pessoas) e por um conselho consultivo (com 15 pessoas). Atualmente, além dos projetos de economia solidária, desenvolve outros ligados à formação de formadores em cidadania e políticas públicas no interior do estado.

O Projeto Economia Solidária da Comunidade do Dendê, desenvolvido pelo Instituto Florestan Fernandes, surgiu no ano 2000, quando representantes dessa instituição participaram do evento nacional da fundação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse evento estabeleceram como meta multiplicar, sensibilizar mais pessoas nas suas respectivas localidades sobre a temática da economia solidária. Das pessoas que compõem o Instituto, algumas são oriundas do próprio Dendê e, durante os anos 80, faziam parte do grupo de jovens dessa comunidade. Essas pessoas se reencontraram nos anos 90 e decidiram iniciar um projeto de economia solidária.

³⁷ Alguns dos times de futebol têm identificação partidária levando a mobilização das suas equipes.

Para viabilizar o projeto, foram convidados habitantes da Comunidade do Dendê que já desenvolviam algum tipo de atividade produtiva para participarem da primeira atividade de capacitação em economia solidária, um ABC em Socioeconomia Solidária no bairro. Esse evento é considerado o marco da organização do grupo.

Em parceria com o Banco Palmas³⁸, essa atividade foi realizada para capacitar as pessoas do bairro com base nos princípios e ideologia da economia solidária. Esse evento reuniu cerca de 40 (quarenta) participantes e teve grande impacto na população envolvida.



FIGURA 02: Fotos do ABC em Socioeconomia Solidária - 2000

Após a realização do ABC em Socioeconomia Solidária, os participantes, naquele momento, homens e mulheres, empolgados com os ideais da economia solidária resolveram potencializar as suas atividades e realizar uma “Feira Solidária” em regime experimental. Nesse período, as pessoas que se organizaram para a feira solidária desenvolviam atividades produtivas como artesanato, confecção, medicamentos caseiros, alimentação e eventos culturais.

³⁸ As pessoas do Conjunto Palmeiras, periferia de Fortaleza são pioneiras no desenvolvimento de experiências de economia solidária e, no momento, já realizavam atividades no bairro no âmbito da economia solidária.

A primeira feira solidária do grupo aconteceu no dia 12 de maio de 2001 (por ser próximo ao dia das mães), e contou com a ajuda do Banco Palmas que emprestou as barracas.



FIGURA 03: Fotos da 1ª Feira Solidária do Grupo

Conforme já informamos anteriormente, essa 1ª Feira Solidária foi considerada pelo grupo como sendo experimental. Após sua primeira versão, foi realizada uma reunião do grupo de socioeconomia solidária com o Instituto Florestan Fernandes para decidirem coletivamente se iam dar continuidade ao evento.

Durante esse período, o Instituto Florestan Fernandes que tinha parceria com a Obra Kolping, uma entidade religiosa³⁹, conseguiu um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para que o grupo comprasse as barracas da feira para substituir as que eram emprestadas. É importante ressaltar que as pessoas reembolsaram os

³⁹ Esta instituição deu dois anos de prazo para o grupo pagar esse dinheiro. Elas conseguiram pagar e contaram também com o apoio do IFF que em alguns meses ajudava nas parcelas.

recursos durante um prazo de dois anos. Com estrutura própria, continuaram com a feira, que era realizada mensalmente nos primeiros meses; depois, quinzenalmente; e, atualmente, ela acontece semanalmente aos sábados.

Essa primeira feira foi considerada como o momento de colocar na prática os conhecimentos adquiridos no ABC de Socioeconomia Solidária, como revela o depoimento de quem vivenciou o momento.

O curso era uma coisa, uma teoria, a feira tinha a parte mais prática, a realização da comercialização. O curso teve aproximadamente 40 pessoas, depois foi uma seleção natural, as pessoas foram saindo aos poucos, porque as pessoas tinham a impressão de que iam ganhar muito dinheiro logo. Mesmo tendo as bases teóricas do curso, o povo achava que ia ter uma grana razoável no início e isso não acontece e nós também não colocamos ilusão em nenhum dos grupos que a gente acompanha até hoje. A geração de renda se dá muito mais pela base da organização das pessoas (Entrevistado nº 18).

De acordo com os entrevistados, das 40 pessoas que participaram da capacitação em economia solidária, após a realização das primeiras feiras, houve desistências de algumas e, em pouco tempo, o grupo contava com somente 25 integrantes que desenvolviam as atividades produtivas em suas casas e comercializavam na feira⁴⁰.

Outra atividade, idealizada pelo Instituto Florestan Fernandes com o grupo durante o processo de sua organização, foi a realização de um planejamento estratégico para o grupo produtivo em socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê. Esse foi pensado para ser executado durante três anos.

⁴⁰ Segundo depoimento das pessoas que permanecem no grupo, a desistência de muitos se deu devido a essas pessoas não terem mais tempo para o grupo (algumas estão trabalhando no mercado de trabalho formal) e outras apresentavam atitudes individualistas que não eram aceitas pelo coletivo por fugirem dos princípios da Economia Solidária.



FIGURA 04: Fotos do Planejamento Estratégico do Grupo

O planejamento definiu e consolidou a realização das feiras. Entre outras ações, ficou decidido também que seria realizada uma re-qualificação profissional centrada nas atividades produtivas. Para isso, buscaram-se meios de garantir essa re-qualificação dessas pessoas para que estas pudessem potencializar suas vendas. Nesse sentido, o grupo contou com o apoio financeiro de uma instituição alemã (W. P. SHMITZ STIFTUNG) que patrocinou os cursos.

Como houve um aproveitamento das habilidades pessoais dos envolvidos e, no processo de organização do grupo, as oficinas temáticas realizadas para re-qualificar o grupo foram baseadas nas atividades produtivas que as pessoas já vinham desenvolvendo, aconteceram, simultaneamente, as capacitações em corte e costura, medicamentos caseiros, artesanato e alimentação (doces e salgados).

Entre as pessoas que iniciaram a experiência do Dendê, existiam também algumas que apresentavam habilidades para a literatura de cordel e para desenvolver atividades culturais, através de show de voz e violão. Essas realizavam atividades culturais na Feira Solidária, como atrativo para a população local.



FIGURA 05: Fotos de Apresentação Cultural na Feira Solidária

Atualmente não existem pessoas no grupo que desenvolvam atividades culturais. Elas saíram da experiência e, nos momentos de necessidade desses serviços, geralmente aos sábados, na feira solidária, são solicitadas no próprio bairro para levar um som e, eventualmente, têm apresentações culturais. Segundo as entrevistadas, o grupo disponibilizou uma banca na feira solidária para a pessoa responsável pelo som onde esta comercializa “caipirinha” para conseguir algum dinheiro. Dessa forma, não é necessário o grupo realizar pagamento pelo som, ocorre uma troca solidária.

A capacitação das pessoas que já trabalhavam com confecção foi realizada para nivelar todas as participantes na arte do corte e costura.



FIGURA 06: Fotos Oficina de Corte e Costura

A capacitação em confecções levou o grupo a produzir moda masculina, feminina e infantil, biquínis e acessórios de moda praia, roupas íntimas e fardamentos escolares. Atualmente o grupo conta com 04 (quatro) pessoas que desenvolvem esse tipo de atividade.

Outra capacitação oferecida às pessoas do grupo foi na área de medicamentos caseiros.



FIGURA 07: Fotos da Oficina de Medicamentos Caseiros

Os produtos naturais que foram priorizados pelo grupo são sabonetes e xampus medicinais, óleos para massagem, pomadas medicinais, mel, lambedor, multimistura. Atualmente apenas uma 01 pessoa produz e comercializa esses produtos.

Juntamente com a capacitação em medicamentos caseiros, houve também treinamento para fabricação de artigos classificados como artesanato.



FIGURA 08: Fotos das Oficinas de Pintura e Reciclagem em Jornal

A atividade, no segmento de artesanato que o grupo desenvolve, é constituída por redes artesanais, vela decorativa, arranjos florais, material de bisqüi, bijuterias, cestas de material reciclado, tapetes, crochê, fuxico, bolsas, cintos de couro, sandálias etc. De acordo com depoimentos das pessoas dessas atividades, esta se constitui como sendo a menos lucrativa das atividades. As vendas, segundo as produtoras, *são muito demoradas*. No momento atual, existem 09 pessoas nessa atividade.

Outra atividade potencializada no âmbito local, com as pessoas que formaram o grupo de socioeconomia solidária do Dendê, foi a produção de alimentos. Para isso, foi realizado um curso de doces e salgados para capacitar os envolvidos.



FIGURA 09: Fotos da Oficina de Doces e Salgados

Aos sábados, o grupo leva para a feira solidária, salgados, doces e bolos, comidas típicas, sanduíches, refrigerantes etc. Essa atividade se constitui na mais lucrativa para as pessoas do grupo. Nela existem 05 pessoas atualmente.

O apoio financeiro da instituição alemã (W. P. SCHMITZ STIFTUNG), para essas capacitações, foi suficiente e deixou um saldo para o grupo que foi direcionado para construção de uma loja solidária, inaugurada no ano de 2002, com o nome “Dendê Sol”.



FIGURA 10: Fotos da Loja Solidária – Construção, arrumação e inauguração.

Mesmo com a inauguração da loja solidária, o grupo não deixou de lado as feiras semanais. Continuam até hoje sendo realizadas aos sábados. Para as pessoas que constituem o grupo de socioeconomia solidária do Dendê, esta feira significa:

Na semana que não tem feira (devido chuvas, por exemplo) é uma crise muito grande porque os produtores e produtoras já têm como certo essa renda. É uma renda pequena mais significativa para essas pessoas (Entrevistado n° 17).

A feira solidária para as pessoas do grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê, significa muito mais do que o momento de comercialização dos seus produtos, para essas pessoas:

É aquela animação medonha, é aonde a gente se diverte, é ponto de estratégia para o povo do bairro ir porque sabe que lá tem animação. Aqui tem muita dona de casa que não tem para onde ir e lá a gente vê todo mundo, conversa, come comida diferente da que a gente come todo dia em casa, é ponto de animação. É diferente da feira que tem de manhã. De manhã tem feira, mas as donas de casas vão comprar as coisas naquela correria e volta e de noite se fica mais à vontade, senta nas mesas, bebe, come, conversa, se distrai, porque o divertimento de muitas é essa feira. Tem muitos jovens que não é de bagunça que vão para lá e graças a Deus nunca aconteceu uma confusão, nada de violência, e olhe que aqui é considerado o quarto bairro mais violento de Fortaleza (entrevistada n° 01).

A feira é um sucesso, só tem família, a gente pega esse pessoal do bairro que não tem para onde ir, aí a feira se torna um ponto de encontro, hoje a feira já é isso, não precisa mais de divulgação, ela já é esse ponto fixo aos sábados. Por isso eu considero um sucesso, porque ela consegue tirar as donas de casas, seus filhos, pessoas de bem, da igreja, todos vão para feira, para nos prestigiar, para comer, para brincar (entrevistada n° 02).

A feira é muito boa, para a gente é um lazer. Como sou do artesanato e vende muito pouco na feira, faz dias que eu não coloco barraca, mas todo sábado eu to lá. Eu acho muito bom, a gente vai em todas as barracas, conversa com todo mundo, brinca, é uma diversão para a gente (entrevistada n° 03).

A nossa feira já é um ponto de referência aqui no bairro, todo mundo gosta e é uma coisa diferente. Não é só ir lá e colocar nossas mercadorias, tem gente que acha que a gente paga para colocar a barraca, a gente diz que não, que isso aqui é nosso, foi nós que conquistamos coletivamente, e enquanto a gente tiver no grupo vai ser nosso (entrevistada n°05).

Como bem demonstram as falas acima, a feira solidária da Comunidade do Dendê representa para os envolvidos não apenas uma estratégia de

comercialização de seus produtos, e é encarada como um espaço de lazer, um momento de socialização com os demais habitantes do bairro.

Os participantes do grupo também reconhecem a importância da loja. Elas consideram a conquista da loja como sendo importante:

A loja para a gente é um ponto muito positivo, tanto como venda como ter onde expor o nosso trabalho. Eu trabalho com confecção há 08 anos e muita gente não sabia que eu trabalhava com esse tipo de produto, eu não tinha onde expor, gente da família que revendia e a lojinha proporciona isso um espaço para expor e também de venda (entrevista n°03).

Foi uma conquista muito boa. Na feira a gente vende mais, mas a lojinha é um ponto fixo de referencia do grupo (entrevista n°07).

A loja é muito boa, a gente não tinha uma coisa fixa. O problema é o crédito que a gente não tem aí demora muito mudar as coisas de lá, mas a gente faz de tudo para que não falte as coisas na lojinha (entrevista n° 10).

A loja solidária é totalmente gerenciada pelas mulheres do grupo de socioeconomia solidária da comunidade do Dendê que, com muita dificuldade, conseguem administrar os custos e disponibilizarem tempo para ficarem na loja. Como elas não dispõem de recursos financeiros para contratar funcionários, elas mesmas, através de escalas, se revezam para não deixar a loja fechada, deixam suas tarefas domésticas por um período (manhã ou tarde) para trabalharem lá.

Desde o período da sua organização, o grupo produtivo em socioeconomia solidária do Dendê procurou socializar as informações sobre sua produção e comercialização com os demais através de reuniões semanais.



FIGURA 11: Fotos das Reuniões Semanais do Grupo

Essas reuniões acontecem sistematicamente todas as segundas-feiras, à noite. É nelas que o grupo encontra espaço para relatar a feira ocorrida no sábado e as vendas da loja solidária. Fazem parte da pauta das reuniões, também, outros assuntos, como o que fazer para melhorar a qualidade dos seus produtos, como legalizar o grupo⁴¹, como conseguir crédito para ampliar a produção, quais serão as estratégias da semana para ajudar as pessoas do grupo que estão enfrentando problemas com as vendas⁴², entre outros informes. O grupo tem quatro coordenadoras, uma de cada atividade produtiva, que foram escolhidas por elas mesmas, através de indicações dentro do próprio grupo e disponibilidades das mesmas em participar de eventos e suas representações fora da comunidade. Essas

⁴¹ O grupo ainda continua na informalidade. Segundo informações recentes, agora, em 2005, elas vão passar por uma nova capacitação para qualificar pessoas que entraram no grupo durante esses quatro anos e “atrair” novos participantes. A capacitação é em economia solidária e cooperativismo, e a idéia é que após essa capacitação, elas se organizem em uma cooperativa.

⁴² Na nossa pesquisa de campo, fomos a uma dessas reuniões, sem avisar, e o grupo apresentou coletivamente a proposta de realização de um bingo - um kit de artesanato, que ocorreria na próxima feira solidária. Isso seria para ajudar as pessoas do setor de artesanato do grupo que vendem muito pouco, tanto na loja, como na feira. A idéia do bingo foi discutida por todos e teve aprovação, ficando cada pessoa do grupo responsável pela venda de, no mínimo, 10 cartelas no valor de R\$ 0,50. Segundo o depoimento de algumas pessoas do grupo que conversamos informalmente, essa prática é muito comum entre elas. Quando alguém tem prejuízo isso ocorre com frequência quando chove e o público da feira é muito pequeno as vendas são poucas e os produtos não são comercializadas, elas fazem alguma coisa para se ajudarem.

coordenadoras, ao representarem o grupo externamente, durante as reuniões semanais, socializam com o grupo as informações obtidas⁴³.

Nessas reuniões semanais, são debatidos, também, os problemas do grupo e socializadas as informações das coordenadoras de cada setor com os demais integrantes. Esse espaço, além de ser um momento de debate, é também a oportunidade para outras conversas, descontração que consolidam sempre os laços de amizade, companheirismo e solidariedade. Segundo algumas entrevistadas, nessas reuniões há também desavenças, mas, no final, é *como uma grande família*, ninguém fica com raiva de ninguém e a amizade se consolida.

Claro que tudo não é as mil maravilhas, tem muitas dificuldades, às vezes a gente discute, você sabe como é mulher, quando tem uma opinião é difícil mudar, mas nunca chegou de ninguém ficar com raiva uma da outra, todo mundo é unido (entrevista n° 04).

É um trabalho difícil, quando você lida com o ser humano que tem pensamentos, idéias diferentes, mas a gente no geral se entende, é muito bom o nosso relacionamento. Todo mundo tem direito de dizer o que pensa, e a gente utiliza muito a democracia, todas as decisões são em votações e a maioria é quem ganha e isso é respeitado (entrevista n° 06).

Envolve muitas coisas, eu penso no nosso próprio grupo e sempre digo que, enquanto ele continuar do jeito que está indo, eu vou continuar nele, mas a partir do momento em que se começar a pensar apenas no dinheiro, eu saio, ele deixa de ser solidário. Nos encontros, quando falta alguém, a gente procura saber porque essa amiga não veio, se aconteceu algum problema, a gente se preocupa uma com a outra, eu acho que ser solidário é essa parte também e não ficar pensando somente em ganhar dinheiro. Assim não teria sentido a gente se reunir nas segundas feiras apenas para saber os resultados financeiros da feira. Nossas reuniões são discutidas muito

⁴³ Nesta mesma reunião de que participamos, as coordenadoras que foram representar o grupo em Brasília no I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária relataram para as demais: o que aconteceu neste evento, o que se discutiu e fizeram uma avaliação do referido encontro. De acordo com o balanço realizado pelo FBES, esse evento contou com a participação de 1.631 empreendimentos de economia solidária (distribuídos em 385 associações, 216 cooperativas, 41 empreendimentos, 08 empresas autogestionárias, 141 grupos informais, além das assessorias 118, governos 83, universidades 15 e sindicatos 38 representantes).

mais coisas, é um espaço de amizade. Não vemos só o trabalho, mas a parceria, a amizade (entrevista n° 05).

As coordenadoras do grupo se reúnem às segundas-feiras, antes da reunião com o grupo, com representantes do Instituto Florestan Fernandes para debater com eles os assuntos do grupo e, entre outras questões, são passados os informes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária pelo Instituto, como também orientações e informes gerais para o grupo.

Nas reuniões semanais todos os integrantes ficam sabendo dos eventos e manifestações de que podem estar participando e é escolhido entre eles quem vai representar o grupo em determinado evento, procurando sempre ver a disponibilidade dos mesmos e garantir a presença em eventos externos.

É muito comum a participação de representantes do grupo em eventos externos. Desde o início da organização do grupo até o momento atual, essas pessoas procuraram garantir a participação do grupo em eventos ligados à Economia Solidária e outros eventos que pudessem ser de interesse do grupo.



FIGURA 12: Fotos de Eventos Externos com Participação de Representantes do Grupo

Esses eventos são considerados por essas pessoas como sendo de grande importância:

Acho muito bom porque lá a gente aprende muitas coisas, por exemplo, a gente sabe fazer um tipo de coisa e lá muita gente juntas, a gente descobre outras coisa diferentes que a gente não sabe fazer, outra maneira mais fácil de fazer o que a gente já sabe fazer (entrevista n° 08).

“Eu acho muito rico, mas tem muitas coisas que falta esclarecer mais, tem muitas discussões que acho que não são colocados em prática, a própria entidade da economia solidária, foi discutido que iria criar um selo dos produtos solidários e a gente não viu nada disso ainda (entrevista n° 11).

Muito ricos, muitas coisas fora da minha língua, mas também muitas coisas que dá para compreender, absorver e dá para a gente crescer, não só com dinheiro mas para gente crescer profissionalmente, como pessoa (entrevista n°09).

Nesses (seminários, palestras, conferências, encontros, oficinas, mini-cursos etc) são discutidos os conceitos e as abordagens da economia solidária. As representantes do grupo, nesses eventos, procuram socializar com as demais nas reuniões semanais as informações e conhecimentos adquiridos.

O grupo de socioeconomia solidária do Dendê, depois de quatro anos de existência, tem atualmente o seguinte perfil.

PERFIL SIMPLIFICADO DAS PESSOAS DO GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA COMUNIDADE DO DENDÊ	
Identificação	
Gênero	Masculino: 02 Feminino: 14
Média de Idade	De 31 a 40 anos: 05 De 41 a 50 anos: 05 De 51 a 60 anos:05 Mais de 60 anos: 01
Estado Civil	Solteiro (a): 01 Casado (a): 12

	Viúvo (a): 01 Separado (a): 02
Filhos	Sim: 16 Não: 0
Etnia	Branca: 05 Negra: 05 Amarela: 01 Parda: 02 Indígena: 01 Outros / Não sabe: 02
Religião	Católica: 13 Espírita: 01 Evangélica: 02
Naturalidade	Fortaleza: 07 Interior do Ceará: 07 Outros Estados: 02

TABELA 02: Fonte: Elaboração Própria

As experiências em economia solidária em todo o mundo são compostas, em sua grande maioria, por mulheres. A experiência do Dendê não difere das demais. Atualmente o grupo está com 16 pessoas, dentre as quais, apenas dois homens fazem parte e, um deles, ajudando sua esposa e o outro fazendo artesanato e cuidando da parte mais pesada da feira – a montagem das barracas.

As pessoas que compõem o grupo são adultas, com idade variando entre 31 a 60 anos, tendo apenas uma representante com quase 70 anos. São de etnia variada, entre brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas. Todas as pessoas do grupo afirmaram ter ligação religiosa, sendo a maioria ligada à Igreja católica. São também, em sua quase totalidade, cearenses, nascidos na capital e interior do estado. Apenas duas pessoas nasceram em outros estados. Para uma melhor visualização em percentuais, encontram-se, nos apêndices desse trabalho, os gráficos do mapeamento realizado com a identificação do grupo.

O perfil sócio-econômico e político do grupo ficou assim caracterizado.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO DO GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA COMUNIDADE DO DENDÊ	
Documentos	Certidão de Nascimento / Casamento Civil: 15 CPF: 16 RG: 16 Título Eleitoral: 16 CTPS: 16 Certidão de Reservista: 02 Carteira de Habilitação: 01
Habitação	Própria: 15 Cedida: 01
Água Tratada	Filtro: 14 Mineral: 02
Rede de Esgoto	Não: 16 Sim: 00
Energia Elétrica	Sim: 16 Não: 00
Eletrodomésticos	Tv: 16 Vídeo: 08 DVD: 01 Som / radio: 14 Vídeo - Game: 05 Geladeira: 16 Fogão: 16 Freezer: 04 Liquidificador: 16 Ferro: 16 Batedeira: 09 Ventilador: 15 Sanduicheira: 02 Maquina de Lavar Roupa: 04 Esprededor de frutas: 06
Escolaridade	Alfabetizado: 08 Ensino Fundamental: 04 Ensino Médio: 04
Estuda atualmente	Não: 16 Sim: 00
Cursos Profissionalizantes	Artesanato: 07 Confecções: 03 Computação: 03 Culinária: 04

TABELA 03: Fonte: elaboração própria

Quanto ao perfil sócio-econômico e político, todas as pessoas do grupo possuem documentos. As suas moradias são, em quase sua totalidade, residências

próprias. Apenas uma pessoa mora em casa cedida por parentes. Utilizam a água da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE. Nenhuma dessas residências tem sistema de esgoto público uma vez que o bairro não é saneado. Todas elas têm rede elétrica e possuem eletrodomésticos básicos, como geladeira, fogão e televisão (ver relação de eletrodoméstico nos apêndices deste trabalho). Quanto à escolaridade, todas as pessoas se consideram alfabetizadas (sabem ler e escrever) tendo algumas concluído o Ensino Fundamental e outras o Ensino Médio. Atualmente, nenhuma pessoa do grupo estuda.

Os dados, a seguir, tratam da ocupação, renda e participação comunitária no grupo em 2004.

Ocupação e Renda do Grupo de Socioeconomia Solidária da Comunidade do Dendê em 2004:	
Trabalha atualmente como assalariado	Sim: 03 Não: 13
Já trabalhou com carteira assinada	Sim: 12 Não: 04
Tempo que está desempregada (o), e não procura emprego.	Não procura emprego: 08 Faz pouco tempo: 01 Faz 3 anos: 02 Faz 4 anos: 01 Faz 6 anos: 01 Faz 7 anos: 01 Faz 13 anos: 01 Faz 15 anos: 01

TABELA 04: Fonte: elaboração própria

A maioria das pessoas que fazem parte do grupo de socioeconomia solidária do Dendê está há muito tempo no mercado de trabalho informal. Além das atividades que desenvolvem junto ao grupo solidário, três pessoas estão ocupadas em outras atividades que não as do grupo, mas que também se desenvolvem no âmbito da informalidade. As pessoas do grupo afirmam que, em alguma época das suas vidas, já trabalharam com carteira assinada, mas estão há bastante tempo,

sem procurar emprego e vivendo de atividades informais. Consideram que é muito difícil se inserir no mercado de trabalho formal devido à idade e à pouca escolaridade que têm, assim, como têm cuidados com a casa, filhos e maridos, e ficam procurando se ocupar em suas próprias atividades domésticas. Consideram que a renda que tem com as atividades desenvolvidas na experiência de Economia Solidária se constitui apenas em renda complementar, um quebra-galho, pois serve para ajudar nas despesas de suas casas.

Essas mulheres não são as responsáveis diretas pelo sustento de suas famílias. Ajudam seus maridos com os trabalhos que desenvolvem no grupo e comercializam na loja solidária e na feira solidária. Algumas pessoas também vendem esses produtos nas suas próprias casas, mas, no que se refere à gestão dessa renda, elas não sabem informar com precisão o quanto ganham em cada atividade. Não sabem dizer o quanto investem e qual o retorno do seu trabalho. Ainda assim, tentaram avaliar quanto é a sua renda aproximadamente.

Renda Média Mensal, Familiar, N° de Pessoas que Contribui e Benefícios	
Renda Média Mensal	Menos de ½ salário mínimo: 03 Menos de 01 salário mínimo: 03 01 salário mínimo: 03 Mais de 1 salário mínimo: 07
Renda Média Familiar	01 – 03 salário: 06 03 – 05 salário: 09 Não sabe informar: 01
N° de Pessoas que contribui com a renda familiar	01 pessoa: 01 02 pessoas: 08 03 pessoas: 04 04 pessoas: 03
Recebe benefícios	Bolsa renda: 01 Bolsa escola: 07 Vale gás: 06

TABELA 05: Fonte elaboração própria

De acordo com a tabela 07, as respostas dos informantes, no que se refere às atividades que já desenvolveram, não diferem muito dos demais membros desta comunidade que, como dito anteriormente, trabalham como domésticos, vendedores ou em outras atividades que não requerem muita qualificação.

Histórico Profissional do Grupo	
Tipo de atividade que já desenvolveu	Serralheiro: 01
	Gráfico: 01
	Vendedor (a): 04
	Servente: 02
	Ajudante de cozinha: 01
	Zelador: 01
	Faxineira: 01
	Cozinheira: 01
	Doméstica: 04
	Costureira: 02
	Porteiro: 01
	Vigia: 01
	Carregador de caminhão: 01
Tipo de atividade que desenvolve atualmente	Costura: 03
	Alimentação: 05
	Artesanato: 07
	Medicamentos caseiros: 01
	Diarista: 02
Trabalho que mais gosta de realizar	Costura: 04
	Artesanato: 07
	Culinária: 03
	Lavagem e passagem de roupas: 01
	Venda: 01
Importância do trabalho na vida	Manufatura de remédios caseiros: 01
	Trabalha porque gosta muito: 14
	Trabalha por necessidade: 01
Pretende realizar através do trabalho	Trabalha porque gosta e por necessidade: 01
	Seu próprio negócio: 08
	Uma marmitaria comunitária: 01
	Reformar a casa: 02
	Ajudar pessoas: 02
	Aumentar o ganho para viver melhor: 02
Viajar: 01	

Planos para o futuro	Esperar a providência de Deus (saúde, paz, trabalho): 03
	Deixar alguma coisa para os filhos: 02
	Viver melhor, com mais qualidade de vida: 04
	Seu próprio negócio: 06
	Não sabe: 01

TABELA 06: Fonte elaboração própria

Atualmente, as pessoas desenvolvem apenas as atividades no grupo de socioeconomia solidária. Para elas, essas atividades estão dentro da expectativa de ocupações que gostariam de realizar. O que nos leva a concluir que as pessoas estão satisfeitas com o trabalho que estão realizando.

Outra informação relevante diz respeito ao significado do trabalho, que para elas é extremamente importante. Assim, a importância do trabalho reforça o caráter ontológico quando afirmam que o *“trabalho dá dignidade, sem trabalho o homem não tem honra”*, ao recitarem frases de uma conhecida música popular brasileira da autoria do cearense Raimundo Fagner.

Analisando o caráter subjetivo do trabalho, e quanto ao cenário desejado, perguntamos o que pretendiam realizar no futuro. As respostas contrariam a essência do trabalho coletivo. Muitos afirmaram que sonhavam com o próprio negócio. Isso nos leva a concluir que a economia solidária ainda não está clara no imaginário das pessoas, uma vez que sonham em ter negócios individuais, sem uma prática coletiva. Quando se referem ao futuro, esperam apenas a “providência de Deus”. Outras querem melhores condições e mais qualidade de vida, e deixar algo para os filhos. A idéia do próprio negócio complementa os anseios da maioria.

É importante destacar que a partir das falas algumas contradições aparecem. Ao mesmo tempo em que sonham com o próprio negócio, essas pessoas se

contradizem, quando afirmam que, em “hipótese alguma, pretendem sair da experiência de economia solidária”. Para os participantes, essa experiência tem um papel fundamental na vida e no cotidiano deles e não é vista apenas pelo viés econômico, como sinalizam os depoimentos seguintes.

Sair do grupo, Deus me livre, só se eu fosse expulsa (entrevista n° 01).

De jeito nenhum. Eu gosto de ir para feira, das reuniões do grupo, é muito bom e a gente aprende muito (entrevista n° 10).

Pretendo nunca sair do grupo, só se me expulsarem, eu gosto muito. É muito bom nossos encontros, a gente se sente mais fortes eu já amo esse grupo, é como se fizesse parte da minha família (entrevista n° 13).

É muito interessante para a nossa comunidade porque as mulheres, primeiro de tudo o nosso grupo é mais de mulheres e as mulheres se libertou mais, abriu mais a mente, sobre política, sobre a família, conversar com os filhos, dialogar, que antes a gente não fazia isso. Na política aprendemos a ter censo crítico, saber que o lazer é importante na vida da gente, que não é bom ficar só em casa trabalhando e não ter contato com outras pessoas. Por isso eu não quero sair nunca do grupo (entrevista n°05).

Outro fator que segundo o grupo, contribui muito para que elas permaneçam na experiência são as relações pessoais que as unem. Ou seja, uma forma de solidariedade entre os membros.

A gente se relaciona muito bem, nas feiras, na loja, procura saber se tá tudo bem com o outro. Isso também é uma forma de solidariedade. Nas reuniões a gente não vê só que foi vendido, não. A gente vê tudo, cada ponto que tá acontecendo e se for preciso a gente visita, visita até o marido da pessoa para conversar. Para falar para os maridos o que é o grupo, pedir para ele compreender mais. Ser solidária também é isso, é resgatar a amiga para o grupo sem precisar de dinheiro (entrevista n° 04).

Os depoimentos mostram que a experiência do grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê ultrapassa a necessidade econômica dos participantes. Para estas pessoas, a participação no grupo proporciona momentos de cooperação e solidariedade que supera a necessidade financeira que vivenciam. Os laços de solidariedades que são construídos entre os participantes contribuem para que estes se sintam mais fortalecidos e não desistam da experiência.

Quanto à participação em movimentos organizados e a importância deles na vida de cada um, observou-se que ainda que acreditem na relevância da participação 50% responderam positivamente a essa questão.

Participação em Movimento Organizado	
Participação em movimento organizado	Sim: 08
	Não: 08
Concepção de movimentos organizados	Considera muito importante: 15
	Acha que não levam a nada: 01

TABELA 07: elaboração própria

De acordo com a tabela abaixo, observam-se os dados do grupo no que se refere à organização das atividades produtivas:

Organização da Produção no Grupo de Socioeconomia Solidária da Comunidade do Dendê	
Ramo de atividade no grupo / n° de pessoas	Artesanato: 09 Confecção: 04 Alimentação: 05 Medicamentos Caseiros: 01
Tempo que está no grupo	Desde o início: 11 Há 02 anos: 04 Menos de 01 ano: 01
Espaço para produzir	Na própria casa: 16
Compra de quem a matéria-prima	No bairro: 05 No Centro da Cidade: 11
Comercialização dos produtos	Apenas na Feira Solidária: 04 Apenas na Loja Solidária: 02 Na feira, na loja e em casa: 07

	Na feira e em casa: 03
Solicitação de crédito	Nunca solicitou: 16
Relação com o Instituto Florestan Fernandes	Muito boa: 09 Boa: 06 Não sabe dizer: 01

TABELA 08: Elaboração própria

Ainda que, com o avanço do empreendimento solidário, as pessoas continuam produzindo, isoladamente, de forma artesanal, o que é comercializado tanto em casa, na Feira Solidária (aos sábados) e na Loja Dendê Sol (do próprio grupo).

A organização e a gestão dos empreendimentos solidários apresentam diversos entraves: a matéria prima para a produção é comprada no centro da cidade, pois no bairro não tem o tipo de material necessário para o artesanato e confecção. Quanto à parte de alimentação, os produtos são comprados no próprio bairro e produzidas com seus próprios recursos, sem nunca solicitaram crédito para expandir a sua produção. De acordo com os depoimentos, alguns revelam: *“temos medo de não conseguir pagar, preferimos colocar a cabeça no travesseiro sem pensar em dívidas”*.

Alem das dificuldades da organização há também outros pontos que dificultam as atividades do grupo como a ausência de microcrédito para expandir a produção. Além disso, a fragilidade de uma formação profissional mais sólida que permita melhorar a qualidade dos produtos e o processo de comercialização.

Falta de microcrédito, as vezes tem até a procura mas falta o dinheiro para a gente produzir. E também uma formação profissional porque nós tivemos uma formação faz uns dois anos e você sabe: o mercado sempre exige coisas novas e nós não temos atualmente muitas novidades. A gente vem cobrando muito do instituto esse apoio para formação (entrevista n° 06).

Uma coisa que é ruim no grupo, são as fofocas. Tem também covardia, a gente fala uma coisa da pessoa e quando a pessoa está presente não se fala (entrevista n° 09).

Eu acho que tem pessoas que às vezes querem agir individualmente, tem a cabeça muito dura, tá ali no grupo mas não entende e quer agir da maneira dele sem ouvir os outros, isso é difícil e ruim para o grupo (entrevista n° 11).

Apesar de reconhecer que o grupo enfrenta muitas dificuldades, as pessoas consideram alguns pontos positivos, que fortalecem o grupo. A amizade, a confiança, novas idéias, união, liberdade de expressão se constituem os pontos mais fortes para o grupo.

Acho que a amizade, a gente apesar dos vários pegos que a gente tem, somos amigas, a seriedade, a confiança um no outro, a gente tem muita confiança entre a gente (entrevista n° 02).

Tem novas idéias, tem incentivo para a gente, a gente se sente mais valorizado (entrevista n° 05).

Juntando tudo eu acho que ainda é a união do grupo, a gente às vezes discute, mas nunca chegou ao limite de alguém dizer ah eu não vou mais falar com fulano. Não tem isso. A gente sempre fica unido (entrevista n° 08).

Eu acho que a gente tem oportunidade de dizer o que pensa, todo mundo respeita (entrevista n° 14).

Conforme as falas acima e as considerações que já expomos em outros momentos, reforçamos que a solidariedade e a cooperação vivenciadas por essas pessoas, são os grandes incentivadores para que permaneçam no grupo.

No tocante à relação do grupo com o Instituto Florestan Fernandes, essa é considerada pelas pessoas do grupo como sendo muito boa. Afirmam que o Instituto dá um apoio muito grande e que estão sempre de alguma forma tentando motivar o

grupo. Nesse sentido os depoimentos a seguir ressaltam a importância dessa relação para a expansão do empreendimento.

O Instituto para nós é muito mais um apoio, tudo o que for decidido pela coordenação com o grupo o Instituto Florestan Fernandes não retira, ele só apóia, não interfere nas decisões do grupo. Só faz apoiar, procurar meios de nos ajudar com o relacionamento da gente com outros grupos, eventos (entrevista n° 03).

É uma relação muito boa, quando a gente tem alguma dificuldade a gente chega para eles e eles dão uma luz, dão dicas, é um apoio muito bom e muito importante para a gente (entrevista n°08).

Na avaliação do grupo, as respostas foram unânimes quando perguntamos sobre o êxito do empreendimento. O “sucesso” da experiência está assim justificado:

Sucesso até demais, Só a gente fazer tudo isso sem ter ajuda financeira de ninguém. Tudo que a gente produz é às nossas custas, não devemos nada a ninguém. Se não dá para as despesas a gente faz um bingo. Em só a gente não dever eu acho que já é um sucesso (entrevista n° 07).

Considero porque há quatro anos resistindo. Tem grupos que tem mais tempo e ainda não coloca feiras mensalmente, às vezes eles tem até recursos e nós não temos nenhum recurso, nada de microcrédito, e a gente consegue com o dinheiro do nosso próprio suor colocar a mercadoria na loja, na feira, sem precisar tá pedindo a ninguém (entrevista n° 08).

Eu acho que sim, porque é um sucesso não porque a gente seja diferente dos outros grupos que tem nos outros bairros da periferia, eu considero um sucesso por a gente não ter uma renda, uma ajuda de algum lugar e tanto a feira como a loja é mantida pelo nosso próprio esforço, com nosso dinheirinho apertado, que a gente tira daqui, dali, mais não deixa faltar (entrevista n° 02).

Eu acho, começamos sem ter nem barracas, colocando a feira em cima de mesa, levando chuva, e hoje já temos a lojinha, nossas barracas próprias, e somos referência no bairro (entrevista n°05).

Sucesso nessa parte de sermos solidária uma com a outra, mas financeiramente não, porque a renda é muito pequena. Agora é um sucesso a gente não desistir (entrevista n° 10).

Mesmo reconhecendo as dificuldades para continuar com a manutenção da loja e da feira, e com retornos financeiros de pequeno porte, o grupo persiste em levar adiante a experiência. Essas pessoas consideram que o aprendizado, o lazer que a feira proporciona, a socialização dos problemas do cotidiano, a força que encontram umas nas outras fazem com que o grupo permaneça ativo. Esse sentimento de socialização está não apenas relacionado ao grupo, mas também às suas vidas pessoais, ajudando a superando as dificuldades.

O grupo reconhece que, financeiramente, a experiência é muito precária, no momento atual, através da forma como estão produzindo. Com pouco capital de giro, sem aperfeiçoamento da produção, não é uma experiência economicamente sustentável.

Para essas pessoas, os principais motivos para não se desligarem do grupo se resumem em alguns aspectos referentes a certeza de poder confiar uma na outra(s) em momentos de fraquezas, de se sentirem fortalecidas e enfrentarem as dificuldades juntas na socialização dos problemas, reforçando os laços de solidariedade.

Concordamos com Nanna (2000), referindo-se a Marcel Mauss em “Ensaio sobre a Dádiva”, quando este autor entende a dádiva como sendo a constituição da vida social por um constante dar e receber. Ele mostra que, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Para Mauss dar e receber implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas, num sentido antropológico. E afirma ainda que a dádiva é o fundamento de toda sociabilidade e comunicação humana.

Compreendemos que, nessa relação de dádiva, quando as pessoas do grupo de socioeconomia solidária do Dendê, através da reciprocidade, do companheirismo, da cooperação e da solidariedade entre elas, desenvolvem atividades no âmbito da informalidade do trabalho, essa experiência de trabalho é muito mais válida nesse sentido do que pensar apenas no retorno financeiro, que caracteriza tão bem o trabalho alienado. Essas pessoas demonstram estar satisfeitas com as atividades realizadas as quais, de certa forma, não lhes trazem um retorno financeiro, satisfazem-se talvez, pensando um pouco como Mauss, pelo simples fato de “*dar e receber*”, “*no respeito mútuo e na generosidade recíproca*” que as unem. Para Mauss, esses elementos constituem a essência da felicidade humana, o que, de certa forma, estão também, em sintonia com a essência da economia solidária.

Com relação ao significado e conceito de economia solidária, o grupo tem também opinião formada a esse respeito. Para essas pessoas a economia solidária está definida a seguir:

É muito complexo para a gente entender. Eu participo de muitos eventos e cada um tem coisas novas, muitas discussões novas e para mim falta muita coisa para eu compreender bem. Mas no geral, pelo que eu entendo, é um novo modelo de trabalho, uma nova economia, onde as pessoas têm oportunidade de trabalhar, pois hoje em dias se você é jovem não tem experiência, se tem mais 40 anos já é considerado velho para trabalhar e na economia solidária não existe esta exclusão de pessoas, todo mundo pode ser aproveitado (entrevista n° 13).

Na economia solidária não é visto só o dinheiro mas outras formas como a solidariedade, o trabalho em grupo, e tem muitas pessoas que ainda não encaixam a economia com a solidariedade, não entendeu bem como unir as duas coisas. Mas dá para fazer, quando a gente trabalha junto, dividindo o espaço, o trabalho se consegue mais do que sozinho (entrevista n° 15).

Eu acho que é uma coisa que existe de muito tempo e só agora que está se expandindo a gente vê na televisão. Eu não sabia que é o que era, eu estou compreendendo melhor agora, eu antes pensava

que era apenas um grupo que montava a feirinha e tudo, mas que não passava de coisa aqui do bairro, mas depois quando eu comecei a participar de oficinas, de eventos fora daqui e ver na televisão, vi que é uma coisa bem maior e que tem muita gente envolvida nisso. É muito bom participar (entrevista n°02).

Não é só participar das feiras, vender. É participar como um todo, se preocupar um com outro. No nosso grupo quando tem alguém precisando de ajuda, com problemas na família, a gente se ajuda, quando tá doente. Não é só ir para feira junto, é ser solidário um com outro. Ter irmandade, ter respeito com o próximo, isso é economia solidária para mim (entrevista n° 12).

As falas acima demonstram que a economia solidária é entendida pelo grupo em sua ampla dimensão. Essa concepção específica de economia solidária foi construída ao longo dos quatro anos de existência do grupo, sendo reforçada nos eventos externos como também nas oficinas e diálogos com o Instituto Florestan Fernandes. O grupo e o Instituto Florestan Fernandes têm clareza de que não é apenas a dimensão econômica que está em xeque quando se trata de trabalhar na perspectiva da economia solidária. As dimensões sócio-culturais, político-institucionais e a dimensão ambiental são também contempladas na vivência da economia solidária como demonstram os seus depoimentos:

Economia solidária – é uma forma de organizar a população que está sem emprego e que muitas vezes perdeu a perspectiva de viver, ou seja, nós adquirimos as ferramentas da educação popular juntamente com a economia solidária para organizar grupos populares de geração de renda. E quando não dá geração de renda, esses grupos caminham, mas de uma forma muito mais crítica frente à realidade social vivida. Para nós a economia solidária não pode ser a salvação do desemprego, para nós, ela é uma forma de organizar pessoas politicamente voltadas também para a geração de renda. Nós não temos ilusão de que a economia solidária é tábua de salvação para o crescimento do país, o crescimento só se dá com plena distribuição de renda, com a plena situação de desconcentrar riqueza das mãos de poucos no país, então economia solidária para nós é uma forma de viver organizada e criticando a economia atual que é a economia capitalista (entrevista n° 17).

A economia solidária não é a economia por si só, é o pensamento de como se vai estar pensando o mundo, porque dentro da economia solidária você trabalha a questão ambiental, a questão dos valores humanos, a não exploração ao trabalhador, você trabalha a questão de gênero. Não é a toa que a maioria dos grupos de economia solidária são compostos por mulheres, porque a gente tem a avaliação de que a mulher historicamente teve menos chances no mercado de trabalho do que os homens, e a economia solidária tenta recuperar isso. Para mim a economia solidária é um novo modo de se fazer a gestão do mundo (entrevista n° 18).

Observando o trabalho informal, no grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê, podemos perceber que, por um lado, essas atividades, desenvolvidas pelo grupo, contribuem para a construção da sua cidadania, uma vez que essas pessoas demonstraram mudanças significativas após as suas inserções no grupo. A concepção dos seus direitos e deveres na sociedade, o despertar para a cooperação e a solidariedade, a valorização do trabalho em grupo, a socialização dos seus problemas e das suas conquistas, como também a capacitação cidadã que obtiveram durante o processo de formação e permanência nessa experiência tiveram papel fundamental no processo. A partir daí, observamos que há um diferencial das atividades informais, dentro da perspectiva da economia solidária, ao contrário daquelas desenvolvidas isoladamente, sob a ótica capitalista, que leva em consideração apenas o viés econômico, onde as pessoas trabalham de forma individual e sem reflexão da realidade na qual são inseridos.

Por outro lado, no tocante à dimensão econômica, enquanto espaço de ocupação e geração de renda para esse grupo, a economia solidária toma forma e se constitui na alternativa possível – mas não viável, para essas pessoas que se encontravam excluídas do mercado de trabalho. Vendo por esta ótica, essa prática contribui para a legitimação da precariedade do trabalho através da informalidade.

Portanto, podemos dizer que o grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê, de forma parcial, pode ser considerado como espaço de

construção de desenvolvimento e emancipação cidadã para seus integrantes, orientados pela vivência dos ideais da economia solidária, mesmo que ainda não possa ser considerada uma experiência economicamente exitosa.

Capítulo IV

*A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ATUALIDADE:
à guisa de conclusões*



*E a nossa história não está pelo avesso
assim sem final feliz.
Teremos coisa bonitas para contar
e até lá vamos viver.
Temos muito ainda por fazer . . .
Nós apenas começamos.*

A recrudescência do trabalho informal nos últimos anos significou para muitos, uma alternativa possível de sobrevivência. Isso ocorreu, geralmente nos momentos de crise, quando a classe trabalhadora reagiu, se organizou e construíram novas relações de trabalho, muitas delas, no âmbito da economia solidária.

No cenário de crise, é válido considerar que a economia solidária tem conseguido alguns avanços nesse novo milênio. De acordo com Pochmann (2004), o avanço desse setor deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. Por outro lado, o movimento formado por militantes sociais, engajados na construção de alternativas de organização social, juntamente com os segmentos excluídos da população, se une no intuito de desenvolver novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Segundo ainda esse autor, atualmente a falta de uma ocupação formal atinge não apenas trabalhadores pobres e desempregados, mas também pessoas com mais alta escolaridade, capacitação profissional e chefes de famílias, que em diversas situações são combinadas com os militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária.

Essa construção do espaço da economia solidária nos últimos anos tem conseguido avançar, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos que permeiam essa temática. Acrescente-se a isso, o processo a organização social da economia solidária que está estruturada da seguinte forma: a nível federal existe a SENAES que é responsável por dialogar com o FBES; a nível estadual existem as Redes ou Fóruns que são formados pelos empreendimentos, entidades de assessoria e fomento que

se articulam com o FBES e a SENAES; e, em nível municipal existem prefeituras que definiram espaços para esse setor, dentro das suas secretarias (desenvolvimento econômico, trabalho, ação social, etc), buscando se juntar às demais instituições credenciadas nessa temática.

O FBES e a SENAES conseguiram estabelecer uma Plataforma da Economia Solidária (Anexos IV) com o objetivo de elaborar políticas de formas interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da economia solidária no país. Essa plataforma procura executar ações de maneira estratégica, principalmente no que se refere ao marco legal; finanças solidárias; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e da tecnologia; educação e comunicação.

No momento atual, ainda é pertinente considerar que o trabalho informal alimenta a lógica da exploração capitalista. Nesse contexto, os trabalhadores desenvolvem suas atividades em péssimas condições de trabalho, ganhando menos, contribuindo, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento do grande capital, pois ainda não existe uma política demarcada para o setor informal que o regulamente, e diminua a precariedade do trabalho para os indivíduos envolvidos nessas atividades. Assim, se o marco legal da economia solidária for bem definido pode diminuir os índices de precarização do trabalho⁴⁴ e levar a formação de uma nova cultura do trabalho baseada na cooperação e autogestão.

No tocante ao marco legal, a economia solidária se potencializada, com a legitimação de um estatuto adequado ao setor, pode significar alternativas à

⁴⁴ A precarização do trabalho materializa-se no subemprego, uma condição na qual as pessoas são obrigadas a trabalhar em tempo parcial ou em empregos que não lhes pagam o suficiente para sustentar a si mesmos ou às suas famílias, ou ainda, que não lhes permitem utilizar plenamente suas qualificações. Embora seja difícil oferecer uma definição rigorosa, a idéia básica é que o aumento do risco de desemprego, a redução da renda e a informalidade do trabalho são as principais medidas de precarização do trabalho.

informalidade e a precarização do trabalho. Isso pode acontecer se os seus projetos fortalecerem as decisões democráticas na divisão do poder e controle da vida do empreendimento coletivo; que o trabalho educativo promova a autonomia e inteligência coletiva e que nas práticas de relacionamentos prevaleçam a solidariedade e a reciprocidade ao invés da competição e concorrência.

O espaço vazio, deixado pela ausência de respostas do mercado de trabalho à pressão crescente por mais empregos, é ocupado pela economia solidária tomando forma e se constituindo na alternativa possível de inserção para um grande número de excluídos. Nessa perspectiva, ela está se consolidando como prioridade nas agendas governamentais e sendo adotada em vários estados brasileiros. Embora, enfrente limites provocados, principalmente, pela falta de um conjunto de políticas públicas em especial quanto à regulação pública que defina o seu estatuto com um código específico regulamentando o setor.

A inexistência do estatuto da economia solidária leva a confundir a ética solidária com a concorrência desleal. A constituição das falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados e que se organizam em unidades produtivas autogestionárias. Neste ponto, residem as grandes críticas a esse movimento, uma vez que abordam a economia solidária como sendo utópica, contribuindo para legitimar a precarização do trabalho via informalidade.

Se o movimento da economia solidária não avançar no sentido de estabelecer o marco legal, as suas experiências podem estar servindo para camuflar o desemprego e a precarização das relações de trabalho, uma vez que os indivíduos que se encontram ocupados em atividades informais, muitas vezes, não buscam se inserir no mercado de trabalho formal.

Conforme abordamos no início desse trabalho, também faz parte das nossas inquietações, as formas de legitimação de empreendimentos da economia solidária. O Estado, que sob a égide de projetos de grande alcance social está permitindo a permanência da precariedade do trabalho através da aceitação da informalidade. É perceptível no momento atual, a veiculação de projetos da economia solidária nos espaços das políticas públicas, enquanto proposta legítima de empreendedorismo dos governos, retirando a responsabilidade do estado enquanto garantidor/estimulador do trabalho informal. Esta questão se constitui numa motivação para uma futura pesquisa.

Com relação às ações voltadas para as finanças solidárias, deve-se reiterar as linhas de financiamento destinadas a esse setor se constitui, noutra aspecto importante para consolidação da economia solidária. O sistema bancário, atual, não dispõe de linhas de financiamentos adequadas para esse tipo de empreendimento. A natureza, as formas de organização e de gestão significam para o sistema financeiro de crédito riscos e inviabilidade dos empreendimentos ditos solidários, uma vez que os envolvidos nesses empreendimentos não dispõem de garantias, bens que possam ser disponibilizados se esses não efetuarem suas dívidas. Esse fato contribui para que não solicitem tal recurso. No caso dos envolvidos com o grupo de socioeconomia solidária da Comunidade do Dendê, um dos motivos considerados importantes, para a não solicitação de crédito, é o medo de não conseguirem pagar. A instabilidade da atividade, as dificuldades no processo de escoamento dos seus produtos não lhes dão segurança para assumirem dívidas.

Desse modo, verifica-se que para um bom desempenho dos empreendimentos da economia solidária, é necessário uma linha de financiamento estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas aos

princípios desse setor. A realidade do grupo de socioeconomia solidária do Dendê revela que um dos grandes entraves é a falta de capital de giro. Essa realidade não difere das demais experiências que atuam no âmbito da economia solidária.

A necessidade das Redes de Produção, Comercialização e Consumo é primordial para consolidação dos empreendimentos da economia solidária. Com um marco jurídico definido, linhas de financiamentos garantidos para expandir a produção, torna-se necessário uma política governamental que contemple as compras do setor público.

O processo de exclusão reduz as experiências de natureza solidária à esfera da economia informal, ficando, portanto, à margem do modelo atual de licitação pública, que deixam de fora trabalhadores – produtores e produtoras – dos empreendimentos solidários.

No que se refere à educação, esta ainda é muito falha. Para um bom desempenho do setor é necessário fomentar um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária para que possam fortalecer os seus envolvidos. Para isso, seria interessante utilizar o sistema de ensino oficial – escolas e universidades – para essa formação técnica em economia solidária⁴⁵.

Faz parte também da Plataforma da Economia Solidária uma política voltada para comunicação que potencialize através dos meios de comunicações existentes uma divulgação e sensibilização da sociedade para os valores dessa temática, utilizando linguagens apropriadas e garantindo a horizontalidade da informação. Um sistema que possibilite intercâmbio de informações entre os agentes desse setor e a sociedade para um maior engajamento e consolidação do setor.

⁴⁵ Para maiores detalhes da política de educação em economia solidária consultar a Plataforma da Economia Solidária nos anexos deste trabalho.

4.1 Algumas considerações sobre a prática de economia solidária no grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê – Fortaleza – Ceará

O grupo produtivo informal da Comunidade do Dendê mostrou que, enquanto alternativa de geração de renda, ainda se tem uma renda muito pequena para se constituir em uma alternativa econômica viável para essas pessoas. Para os envolvidos, a renda proveniente da experiência de economia solidária é apenas complementar. Essas mulheres, mães de família, não são as responsáveis diretas pelo sustento das suas casas, e também, estavam, há bastante tempo fora do mercado de trabalho formal e sem pressioná-lo. Elas consideram essa experiência coletiva como uma forma de contribuir para a manutenção dos seus lares. Através dessas atividades, elas aprendem forma de organização social e conscientização que antes não dispunham.

As pessoas dessa experiência demonstraram através de suas falas e atitudes que mudaram as suas concepções de encarar a realidade social. Nos seus discursos podemos perceber que as vivências dos ideais da economia solidária foram incorporadas quando admitem que antes não se preocupavam com as questões relacionadas à política, à economia e não, tinham, portanto noção de que praticavam a cooperação e solidariedade entre elas. Isso é percebido nos seus discursos:

Uma coisa muito importante que aconteceu comigo através da experiência em economia solidária é que antes eu não me importava com política, eu não ligava para candidato, e depois das formações eu passei a me preocupar em escolher melhor os nossos representantes. A gente fica mais esclarecidos, na parte de política, dos produtos que consumimos, de como podemos fazer para melhorar a nossa vida e apesar das dificuldades a gente ainda acredita que é possível um outro tipo de economia, que não explora as pessoas e valoriza o trabalho da gente (entrevista nº 16).

Quando eu entrei nesse grupo eu não sabia nem o significado de economia, não entendia de consumo, não prestava atenção aos produtos que a gente utiliza em casa, não valorizava nossa cultura local. E a economia solidária eu aprendi o significado da economia, a importância de consumir produtos que preservem a natureza, hoje eu me preocupo também em re-utilizar coisas em casa que antes iam para o lixo. É muito bom participar desse grupo (entrevista nº 06).

Conforme os depoimentos acima, é notável a mudança nas atitudes das pessoas que passaram pelo processo de formação em economia solidária. Isso leva a reiterar que esse setor não é encarado apenas pelo viés econômico, mas, muito mais pela promoção pessoal que as pessoas podem desenvolver.

No caso dos envolvidos na experiência pesquisada, de acordo como os depoimentos, houve um crescimento pessoal significativo. Passaram a encarar a vida de forma mais crítica, compreendendo melhor a realidade que as cercam. Esse fato é confirmado quando se referem à feira, à loja solidária, as reuniões do grupo e a hipótese de sair da experiência.

A baixa rentabilidade econômica das atividades produtivas no grupo não foi um fator decisivo para que as pessoas desistam da experiência. Embora o lucro seja importante há outros fatores ou condições proporcionadas pelo trabalho que podem contribuir positivamente para permanência no grupo, tais como a distração, o contato com outras pessoas, a possibilidade de mostrar talento, além dos elos de solidariedade que se estabelece entre os participantes etc. O trabalho que desenvolvem não é considerado cansativo, mas, proporciona liberdade e satisfação.

Confirmando as nossas hipóteses, as observações realizadas no campo empírico nos levam a considerar que, nas atividades informais que são desenvolvidas segundo a perspectiva da economia solidária, leia-se a experiência

do Dendê, há uma forma de organização social em que além de gerar uma renda contribui para o resgate e/ou construção da cidadania dos envolvidos.

A organização coletiva, especificamente na experiência do Dendê, proporciona uma forma diferente de viver e se relacionar, construindo novos paradigmas sócio-econômicos, políticos e culturais, baseados na cooperação, além de abrir novos horizontes para uma vida mais solidária. Em geral, isso não é observado nas práticas de atividades informais que são desenvolvidas isoladamente, que leva em consideração apenas o viés econômico onde as pessoas trabalham de forma individual.

É pertinente observar que além de ser uma alternativa econômica para os envolvidos, a economia solidária pode construir a cidadania dessas pessoas, quando geram efeitos de caráter emancipador. Para Santos (2002) essas experiências podem

Em primeiro lugar, ao nível individual implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida de seus atores, como mostram os estudos sobre a transformação da situação dos coletores e recicladores de lixo, na Índia e na Colômbia (...) em segundo lugar, ao nível societal, a difusão de experiências bem sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas (Santos, 2002, p26).

Consideramos que se esse setor for potencializado, ele pode se constituir como uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.

De acordo com Araújo (2002) a economia solidária é o possível 'retorno' e a 'boa medida' que a globalização econômica quer fazer negar. Não tem ainda o estatuto científico da Economia, mas já começa a sair das experiências locais para

os espaços de reflexão, em busca de compreender-se a si mesma, ainda que como 'troca de experiência'. E acrescenta:

A economia solidária não se trata de uma simples alternativa para reduzir a pobreza, mas de uma possibilidade histórica inscrita na contradição mesma do regime de capital. E como 'possibilidade histórica' começa a evidenciar-se em formas de trabalho que apresentam duas características básicas: a autogestão e a cooperação. Estas características é que, justamente negam a condição de mercadoria do trabalho existente sob o modo capitalista de produção (ARAÚJO, 2002).

Concordamos com a visão dessa autora e concluímos, acrescentando que, a economia solidária não se constrói pensando apenas na dimensão econômica. As potencialidades vão além, quando as formas de trabalho se diferenciam na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana. Essas mudanças implicam transformações, lentas e graduais, que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista.

Referências



ADS/CUT. **Sindicalismo e economia solidária**. São Paulo, CUT, 1999.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. **Associativismo**. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. **Autogestão**. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

AMORIM, Rizoneide Souza. **O Estágio Universitário**: na busca da experiência o encontro com o trabalho precário. Fortaleza: UFC, 2002. (mimeo, monografia).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Ed, 1999;

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: boitempo, 2000.

ARAÚJO, Ana Maria Matos e CARLEIAL, Adelita Neto. **Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza** (CEARÁ/BRASIL). REVISTA ELECTRONICA DE GEOGRAFIA Y CIENCIAS SOCIALES – Universidad de Barcelona, vol. VII, núm. 128(030), 01 de agosto de 2003.

ARAÚJO, Neyára Oliveira. **A economia solidária**. Fortaleza-Ce, julho/2002 (conferência).

ARRUDA, Marcos. **O feminino criador**: socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na Reunião da ANPED, set. 1998. disponível em < <http://www.alternex.com.Br/pacs/text/socioeconomia.rtf>>, acesso 2002.

_____. **Socioeconomia Solidária**. In: CATANI, Antonio David. (org) A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. **Situando a economia solidária**. IN: Economia solidária: desafios para um novo tempo. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº5. Salvador: FLEM, 2003b.

BALTAR, Paulo Eduardo Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvador. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, v. 27, n. especial, 1997.

BERTUCCI, Ademar. **Tudo ao mesmo tempo agora.** desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?.Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Economia solidária:** uma política de direitos ou de desenvolvimento. 2004. disponível em: <http://www.ecosol.org.br>

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Contrafogos,** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1998.

BRAGA, Elza e BARREIRA, Irlés. **A política da escassez** – lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1991. (cap. Favela do Dendê: intervenção das política sociais e novas dinâmicas dos conflitos pp.141-177).

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURTI, Alencar. **Empreendedorismo.** Revista Agitação, jul./ago. 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo: IPE, 1983. Série Ensaios Econômicos, n.26. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. **As economias informal e submersa:** conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio et GIAMBIAGI, Fabio (Org). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A economia informal 20 anos depois.** Indicadores Econômicos, Porto Alegre, FEE, v.21, n.4, jan., 1994.

_____. **Globalização e processo de informalidade.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. ANPEC, Belém, 1999. Anais....v.3.

CACCIAMALI, Maria Cristina e JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. **Mais informalidade, menos cidadania.** os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação de política social na América Latina. São Paulo, 2003. Ano 2 – v. 02 – n. 2. Cadernos PROLAM/USP. Programa de Pós- Graduação em Integração da América Latina – USP.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha; ARAÚJO, Nailsa e ARAÚJO, Vilma Aparecida. **O desenvolvimento sustentável solidário na formação cutista:** uma reflexão sobre suas potencialidades e desafios. In: Escola de Formação CUT/ Nordeste. DSS e Economia Solidária: debate conceitual e relatos de experiências. Recife: edições bagaço, 2000.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social.** uma crônica do salário. Petrópolis: Ed Vozes, 2001;

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antônio David (org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CLT - Consolidação das leis do trabalho / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luís Eduardo Alves de Siqueira - 27 ed. Atual e aum. - São Paulo: Saraiva, 2000. (Série legislação brasileira).

COELHO, Franklin Dias. **Finanças solidárias.** In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORAGGIO, José Luís. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho.** In: KRAYCHETE, Gabirel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes, RJ: CAPINA, Salvador: CESE: UCSAL, 2000;

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão**: o papel da educação de adultos neste novo cenário. 2000. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>

CORTÈS, Fernando. **La metamorfosis de los marginales**: la polémica sobre el sector informal en América Latina. IN: TOLEDO, Enrique de la Garza (coordinador). Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo. El Colegio de México, 2000.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Desenvolvimento local e economia solidária**: propostas de políticas públicas municipais. Set/2001.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **As ondas de racionalização produtiva e as relações de trabalho no capitalismo avançado**. In: Economia e sociedade, Campinas, (9): 46-67, dez. 1997.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (dês)fordizando a fábrica**. um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos)

Economia Informal Urbana - 1997 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Ed. Moraes, ?;

Escola de Formação CUT/ Nordeste. **DSS e economia solidária**: debate conceitual e relatos de experiências. Recife: edições bagaço, 2000.

FILGEIRAS, Luiz Antonio M; DRUCK, Graça e AMARAL, Manoela Falcão do. **O conceito de Informalidade**: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v.17, n. 41, p.211-229, mai./ago. 2004

FILHO, Genauto C. de França. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional**. In: Sociedade e Estado. Revista semestral de Sociologia – UNB, volume XVI, numero 1-2, janeiro-dezembro, 2001.

FILION, Louis Jacques. **Um roteiro para desenvolver o empreendedorismo**. IEL, Pernambuco, set. 2004.

FRANCESCONI, Vandermir. **Empreendedorismo**. FIESP, 2004, (entrevista).

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 4ª ed, Brasília: Millenium/Instituto de política, 2001;

FRATE, Ana Paola [*et al.*] **Princípios básicos para a comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações**. Rio de Janeiro: DP&A; FASE, 2001.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Programa de microcrédito do fundo ver-o-sol de Belém do Pará: crédito convencional ou solidário?** Natal-RN, 2004.

FREIRE, João. **Sociologia do trabalho: uma introdução**. Porto. Ed. Afrontamento, s/d;

FRETEL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. **Comércio justo**. In: CATTANI, Antônio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. Caxambu: UNISINOS, 1999a. (XXIII ANPOCS);

_____. **Significados e tendências da economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999b;

_____. **A solidariedade como uma alternativa econômica para os pobres**. Curso de Extensão Universitária e Cultural em Economia Solidária – Módulo IV. PUC/São Paulo, 2000;

_____. **Empreendimentos econômicos solidários.** In: CATTANI, Antônio David (org). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985;

GONDIM, Linda M. P. (org). **Pesquisa em ciências sociais:** o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. **Os fundamentos teóricos da autogestão.** In: *Autogestão: uma mudança radical.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976, (p. 46-60);

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas em sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1985;

IANNI, Octavio. **O mundo do trabalho.** São Paulo em Perspectiva, Revista teórica política e de informação. Vol. 8, n.1. jan/mar. 1994

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD, 1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2004.

JAKOBSEN, K, DOMBROWSKI, Renato, SINGER, Paul e POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal.** Col. Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

KRAYCHETE, Gabirel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis/RJ: Vozes, RJ: CAPINA, Salvador: CESE: UCSAL, 2000;

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os Últimos Combates.** In: *Novos Estudos*, nº46, nov. 1996.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba/PR, n° 14, jun 2000.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária a perspectiva européia. Sociedade e estado**. Revista do Depto de Sociologia da UNB. Brasília: ed. UNB, vol. XVI, n. 1 e 2, jan/dez de 2001. (Dossiê: Dádiva e Solidariedades Urbanas).

_____. **O fato associativo e economia solidária**. Bahia Análise & Dados. Salvador: Sei, v.12, n.1, p.25-34, junho, 2002.

_____. **Globalização e sociedade**. In: Economia solidária: desafios para um novo tempo. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, n. 5. Salvador: FLEM, 2003a.

_____. **Práticas da economia solidária**. In: Economia solidária: desafios para um novo tempo. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, n. 5. Salvador: FLEM, 2003b.

LAVILLE, Jean-Louis, FILHO, Genauto Carvalho de França. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. 2002. disponível em: <http://www.ecosol.org.br>

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106.

LIMA, Jacob C. **Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho**. In: CASTRO, N. A. e DEDECCA, C. S. A ocupação na América Latina: tempos mais duros. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária**. 2000. disponível em: <http://www.ecosol.org.Br>

_____. **Solidariedade**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LOEBL, Eugen. **A Humanoeconomia**: como podemos fazer com que a economia nos sirva e não nos destrua. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos de uma nova agenda. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LUBICH, Chiara. **A experiência da economia da comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico**. In: BRUNI, Luigino. Economia da comunhão: uma cultura econômica em varias dimensões. Vargem Grande/SP: Cidade Nova, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **A nova economia do desenvolvimento local**. Curso de Extensão Universitária e Cultural em Economia Solidária – Módulo IV. PUC/São Paulo, 2000;

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1999;

_____. **Cadeias produtivas solidárias**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. **Consumo solidário**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

_____. **Redes de Colaboração Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003c.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: _____. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.57-114;

MARTINS, Paulo Henrique (org). **A dívida entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Cooperação**. In: MARX, Karl. O capital – crítica da economia política – Livro I: o processo de produção capitalista. São Paulo: Difel,.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAYRINK, Sandra Veiga e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2001.

MAYRINK, Sandra Veiga, RECH, Daniel e WHITAKER, Francisco. **Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A; FASE, 2001.

MELO NETO, Joaquim João e MAGALHAES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções: banco palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: expressão gráfica, 2003.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento sustentável**. In: CATTANI, Antônio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, M.V.C. **Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas do Maciço de Baturité, Ceará**. IN: TEIXEIRA, J. F. S. et al. *Globalização e mercado de trabalho no Estado do Ceará*. Fortaleza, Unifor, 1999.

MOTCHANE, Jean-Loup. **Economia social e economia solidária: álabe ou alternativa ao neoliberalismo?** Disponível na internet pelo site: www.ecosol.com.br;

MTE / SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília, 2003.

MTE/IPEA. **Mercado de trabalho** – conjuntura e análise. n° 24, ano 9, agosto 2004

NAKANO, Marilena. **ANTEAG: a autogestão como marca**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção economia).

NOBRE, Miriam. **Mulheres na economia solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. **Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal.** In: Dádiva e solidariedades urbanas. Sociedade e estado – Revista semestral de Sociologia – UNB. Vol. XVI, n. 1-2, jan./dez., 2001.

OFFE, Clauss. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** In: Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol I;

OIT. Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya, Genebra, 1972.

OLIVEIRA, Francisco. **A crise e as utopias do trabalho.** In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis-RJ: Vozes; Rio de Janeiro: CAPINA; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

_____. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O fenômeno do desemprego no Brasil:** diagnóstico e perspectivas (documento elaborado pela CRUB – Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras). Nov/99.

_____. **O Emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001a.

_____. **Internacionalização da economia e o trabalho.** Jornal Valor Econômico, 27.03. 2001b.

_____(org). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade:** novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Perseu Abramo / Cortez, 2002a.

_____ e Borges, Altamiro. **“Era FHC”:** a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002b.

_____. **Economia solidária no Brasil:** possibilidade e limites. In: Mercado de trabalho – conjuntura e análise. MTE/ IPEA, nº 24, ano 9, agosto 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**, as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRIÈS, Ludger. **Teoría sociológica del mercado de trabajo**. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (coordinador). Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo. El Colegio de México, 2000.

PRIMAVERA, Heloisa. **Clubes de trocas: o que há de novo?** In: MELO NETO, Joaquim João e MAGALHAES, Sandra. Bairros pobres, ricas soluções: banco palmas, ponto a ponto. Fortaleza: expressão gráfica, 2003.

_____. **Economía solidária: ¿ opción o Ilusión?**. 2002. disponível em: <http://www.trueque-marysierras.org.ar/BLHP07.zip>.

RAMALHO, Jether Pereira e ARROCHELLAS, Maria Helena (org). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis-RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade, CAALL, 2004.

RAZETTO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

_____. **El Factor "C". Santiago/Chile**: campus virtual de la economía solidária, 1997b. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.net>

SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **A economia solidária e os novos paradigmas de desenvolvimento**: sustentabilidade, solidariedade e territorialidade. Brasília: SENAES/MTE, março 2004.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Mercado de trabalho, ontem e hoje**: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção economia).

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. **Economia solidária**. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Acontece especial: I encontro de empreendimentos de economia solidária – outra economia acontece**. SENAES/MTE, Brasília, agosto de 2004.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, s/d;

SOARES, Lucila. **Nadando contra a corrente**: pesquisa mostra que, apesar de viverem num ambiente hostil a negócios, os brasileiros são tão empreendedores quanto os americanos Revista Veja, 26 de janeiro de 2005.

Sociedade e estado. Revista semestral de Sociologia – UNB, volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro, 2001.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**: figurações da questão social no Brasil moderno. In: _____. Pobreza e cidadania. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. p. 13-56;

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Mercado informal de trabalho: página virada?**. IN: TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário. **As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil**. In: RAMALHO, Jether Pereira e ARROCHELLAS, Maria Helana (org). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1990 (Coleção Estudos Culturais em Educação);

_____. **Práxis produtiva e princípio educativo**. Rio de Janeiro: UFF, 2000;

Sites Consultados:

<http://www.seinf.fortaleza.ce.gov.br>

<http://www.mte.gov.br>

<http://www.sine.ce.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ecosol.org.br>

<http://www.mcc.coop>

<http://www.economiasolidaria.net>

<http://www.rededllis.org.br>

<http://www.unisol.com.br>

<http://www.moc.org.br>

<http://www.rbes.org.br>

<http://www.redesolidaria.com.br>

<http://www.milenio.com.br/mance>

<http://www.fsm.com.br>

<http://www.cut.com.br>

Apêndices



APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO

MESTRADO EM SOCIOLOGIA – PPGS-UFC

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – DESENVOLVIMENTO REGIONAL / PPGCS-
UFRN

TEMÁTICA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1.1. NOME COMPLETO: _____
1.2. ENDEREÇO COMPLETO: _____ _____
1.3. TELEFONE: _____
1.4. DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE _____
1.5. NATURALIDADE: _____ ESTADO: _____
1.6. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
1.7. ETNIA: () Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena () Outro – Especificar: _____
1.8. VOCÊ TEM RELIGIÃO? () Não () Sim. Qual? _____
1.9. QUAL A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO PARA VOCÊ? () Muito Importante () Mais ou Menos () Sem Importância
1.10. VOCÊ FREQUENTA OS CULTOS RELIGIOSOS? () Não Frequenta () Semanalmente () Mensalmente () 1 vez por ano () Só em situações de casamento, batizado etc.

2. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO

2.1 QUAIS OS DOCUMENTOS QUE POSSUI? CASO NÃO POSSUA, POR QUE NÃO TIROU AINDA?

- | |
|---|
| () Certidão de Nascimento ou Casamento Civil |
| () CPF |
| () RG |
| () Título de Eleitor |

CTPS

Certificado de Reservista

Carteira de Habilitação

OBS: _____

2.2. ESTADO CIVIL

Solteiro/a Casado/a União Marital Viúvo/a Separado/a

2.3. VOCÊ TEM FILHOS? Sim. QUANTOS? _____ Não

2.4. QUANTOS MORAM COM VOCÊ? _____

2.5. HABITAÇÃO – QUAL O SEU TIPO DE MORADIA? Própria Alugada

Cedida Outros. Especificar: _____

2.6. QUANTOS CÔMODOS EXISTEM? _____

2.7. EXISTE ÁGUA TRATADA? Não Sim. De que tipo? _____

2.8. EXISTE REDE DE ÁGUA E ESGOTO? Não Sim

2.9. EXISTE ENERGIA ELÉTRICA? Não Sim

2.10. QUAIS OS ELETRODOMÉSTICOS QUE EXISTEM NA SUA CASA?

TV Vídeo DVD Som Computador Vídeo Game

Geladeira Fogão Freezer Liquidificador Batedeira

Espremedor de Frutas Sanduicheira Ferro Elétrico Ventilador

Ar Condicionado Máquina de Lavar Roupas Outros _____

2.11. ESCOLARIDADE: _____ n° de anos de estudo _____

Está estudando atualmente?

Sim. O que está cursando? _____ Não

2.12. JÁ FEZ ALGUM CURSO PROFISSIONALIZANTE?

Não Sim. Qual (is)? _____

3. DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO, RENDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

3.1. TRABALHA ATUALMENTE? Não Sim Às Vezes (Bico) – Em quê? _____

2.13. **SE SIM**, ONDE E DESDE QUANDO

2.14. QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA POR DIA?

3.4. **SE NÃO**, HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ DESEMPREGADA OU EM BUSCA DO 1º EMPREGO? _____

3.5. TRABALHA OU JÁ TRABALHOU COM CARTEIRA ASSINADA?

() Sim () Não

3.6. QUANTO RECEBE POR MÊS ATUALMENTE? () Menos de ½ S.M⁴⁶

() Menos de 1 Salário () 1 Salário () Mais de 1 Salário. Quanto? _____

3.7. QUAL É A RENDA MÉDIA FAMILIAR? () Menos de ½ S.M () Menos de 1 Salário () 1 Salário () Mais de 1 Salário. Quanto? _____

3.8. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA SUA FAMÍLIA? _____

Nº de Homens _____ Nº de Mulheres _____

3.9. QUAIS AS PESSOAS QUE CONTRIBUEM PARA AS DESPESAS DA FAMÍLIA?

() Pai e/ou Mãe () Companheiro/a () Filho/a () Irmão/ã () Avô/ó

() Outros. Especificar: _____

3.10. VOCÊ RECEBE ALGUM BENEFÍCIO: () BOLSA ESCOLA () BOLSA RENDA

() VALE GÁS () OUTROS _____

3.11. QUE TIPO DE ATIVIDADE VOCÊ JÁ DESENVOLVEU?

3.12. QUE TIPO DE ATIVIDADE DESENVOLVE NO MOMENTO?

3.13. QUE TIPO DE TRABALHO VOCÊ MAIS GOSTA DE FAZER? (VERIFICAR SE É O MESMO QUE ESTÁ FAZENDO NO MOMENTO)

3.14. QUAL O LUGAR QUE O TRABALHO OCUPA NA SUA VIDA? (SE ELE É IMPORTANTE, DIZER POR QUÊ).

⁴⁶ O Salário Mínimo atual instituído em 1º de maio de 2004 é de R\$260,00.

3.15. O QUE VOCÊ SONHA REALIZAR ATRAVÉS DO TRABALHO?

3.16. QUAIS OS SEUS PLANOS PARA O FUTURO?

3.17. O QUE VOCÊ PENSA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM GRUPOS PRODUTIVOS, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS?

3.18. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DESSE TIPO? SE SIM, DIZER QUANDO, ONDE E HÁ QUANTO TEMPO. (SE JÁ SE DESLIGOU, POR QUÊ?)

3.19. VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE OU MOVIMENTO ORGANIZADO NA COMUNIDADE ONDE MORA? SE SIM, DIZER QUAL?

() Igreja () Partido Político () Associação de Moradores () ONG

() Outros _____

4. DETALHAMNTO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO GRUPO

4.1. QUAL É O RAMO DE ATIVIDADE (OU ÁREA DE ATUAÇÃO) DO EMPREENDIMENTO?

4.2. O EMPREENDIMENTO É LEGALIZADO?

() NÃO () SIM. ESPECIFICAR _____

4.3. QUAL É O TEMPO DO EMPREENDIMENTO NO MERCADO?

4.4. QUANTAS PESSOAS FAZEM PARTE DO GRUPO?

4.5. QUAL O ESPAÇO QUE VOCÊ UTILIZA PARA PRODUIR?

4.6. DE QUEM VOCÊ COMPRA MATÉRIA-PRIMA PARA PRODUIR?

4.7. COMO VOCÊ COMERCIALIZA SEUS PRODUTOS?

4.8. QUAL O VALOR MÉDIO DO SEU FATURAMENTO?

INVESTIMENTO

RETORNO

DIÁRIO:

SEMANAL:

MENSAL:

4.9. QUAL A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DO EMPREENDIMENTO?

TIPO DE PRODUTO

QUANTIDADE (MENSAL)

Nº DE HORAS DE

TRABALHO

4.10. INVESTIMENTO FIXO E VARIÁVEL:

Nº E TIPO DE EQUIPAMENTOS

TIPO E QUANTIDADE DE MATÉRIA-PRIMA

(INSUMOS)

APENDICE II

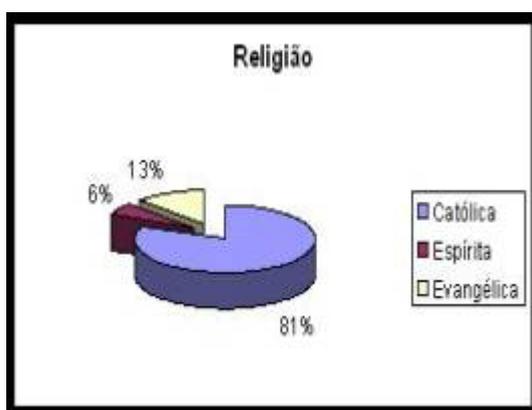
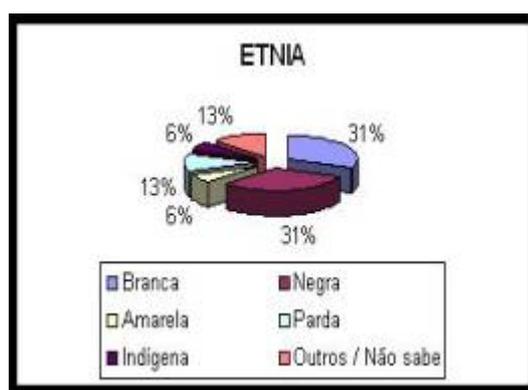
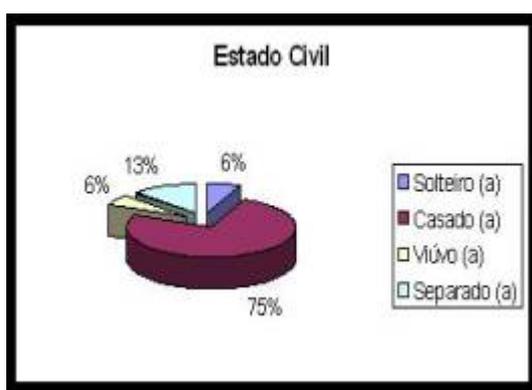
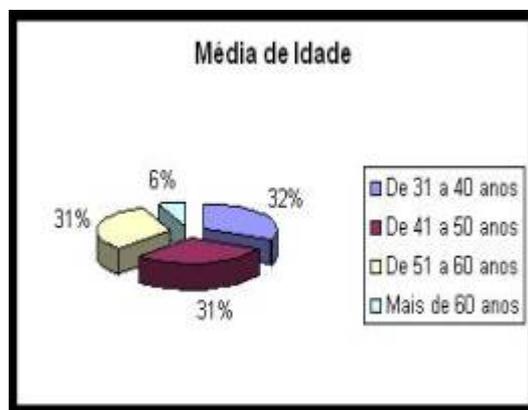
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA DA COMUNIDADE DO DENDÊ

1. Como e quando surgiu a experiência de socioeconomia solidária do Dendê?
2. De quem foi a iniciativa?
3. Quais foram as pessoas envolvidas?
4. Vocês já se conheciam antes de formarem o grupo?
5. O que levou você a se reunir para formar o grupo de socioeconomia solidária do Dendê?
6. O que você fazia antes da sua inserção no grupo?
7. Como vocês se organizaram para formar o grupo?
8. Quais os passos seguidos para a formação do grupo?
9. Quem apoiou à idéia? Por quê?
10. Quem patrocinou? Por quê?
11. Existe alguém que coordena o grupo? Como foi realizada a escolha do(a) coordenador(a)?
12. Como se dão as relações de trabalho no grupo?
13. Quem ajuda na produção e comercialização dos produtos?
14. Como se organizam para produzir?
15. Como se organizam para comercializar? Como é feita a comercialização?
16. Como se dá a convivência entre vocês do grupo?
17. Vocês se encontram em outros momentos? Para quê? Onde?
18. Para você o que é Economia Solidária?

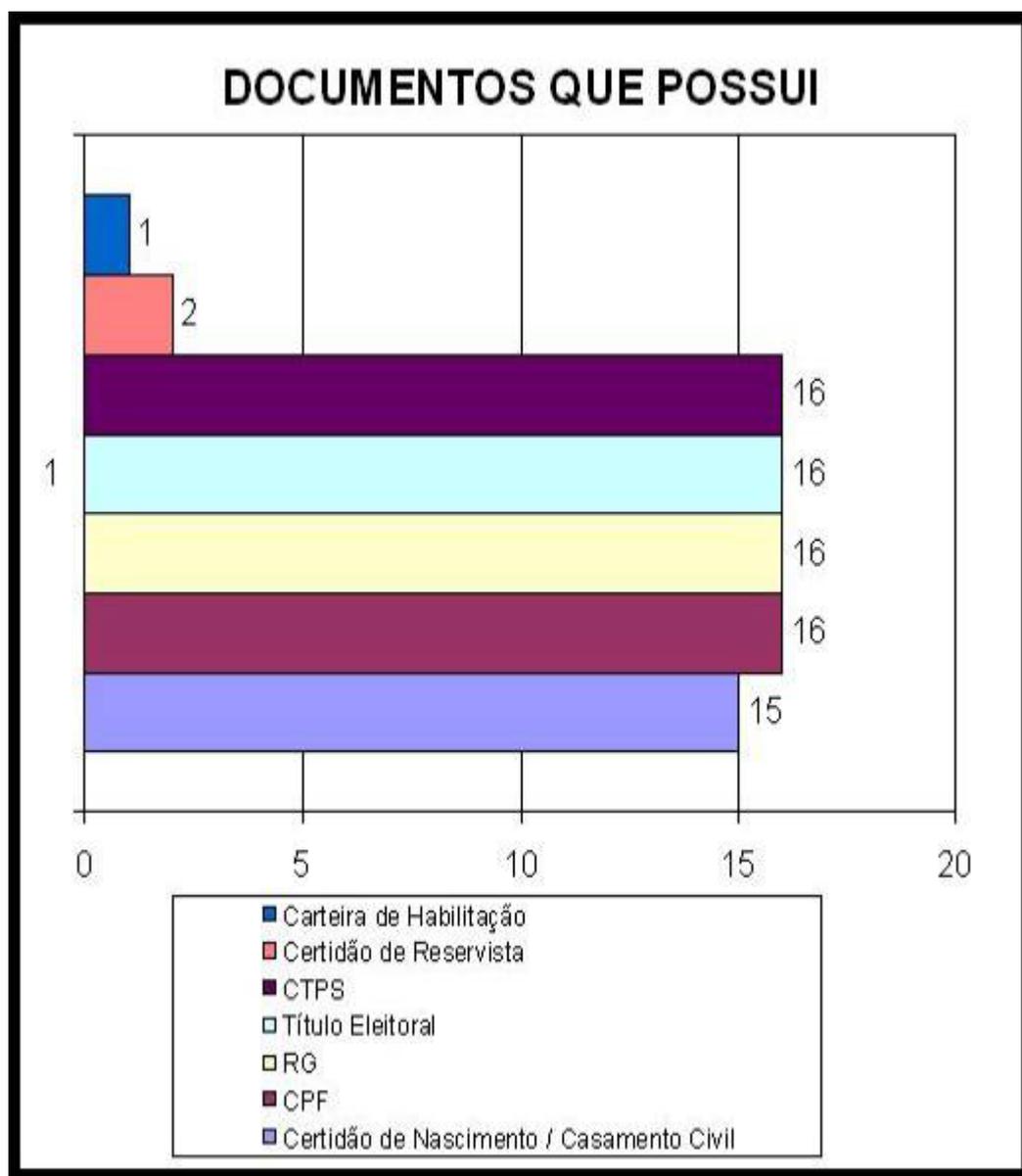
19. Como você vê um grupo de socioeconomia solidária?
20. Você já participou de algum evento ligado a ECOSOL? O que você achou?
21. Para você o que é ser solidário?
22. Você acha que seu grupo pode ser chamado de solidário? Por quê?
23. Para você quais os pontos fortes do seu grupo?
24. E os pontos fracos?
25. Você participa ou já participou de alguma associação de bairro, ong, clube, igreja, partido político, etc? Por quê?
26. Você considera o grupo de socioeconomia solidária do Dendê um grupo de sucesso? Por quê?
27. Você pretende sair do grupo? Por quê?
28. Fale-me um pouco da feira e a loja? E as reuniões nas segundas-feiras?

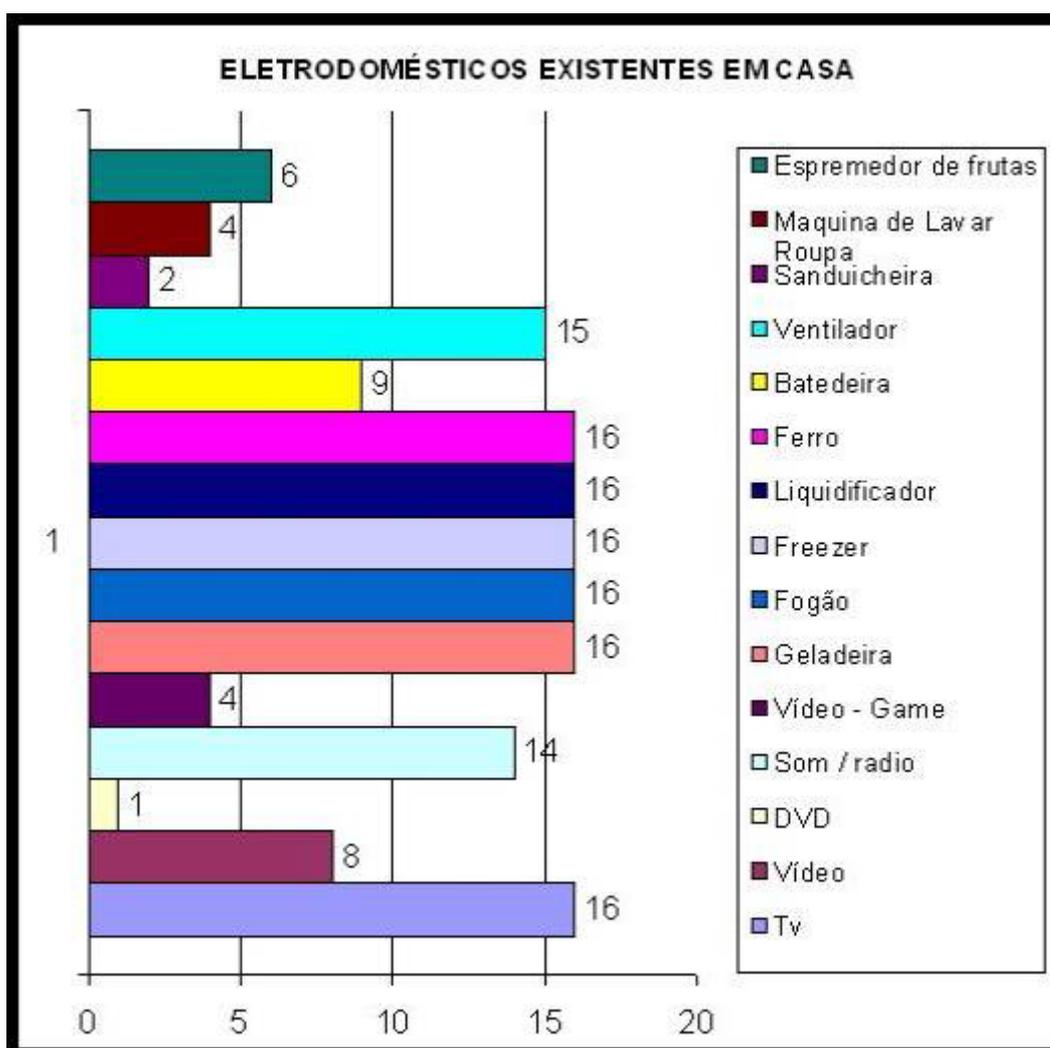
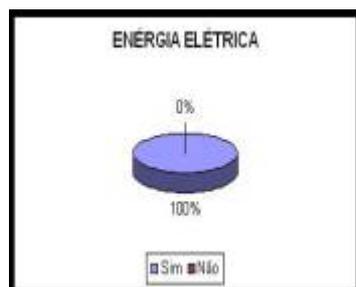
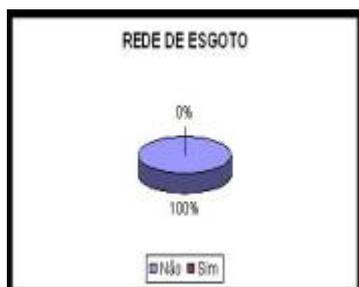
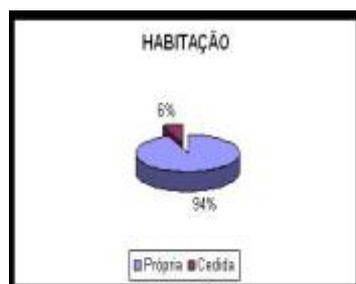
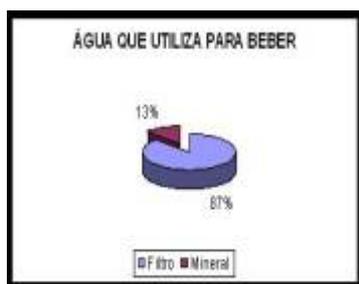
APÊNDICE III

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO



PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E POLÍTICO



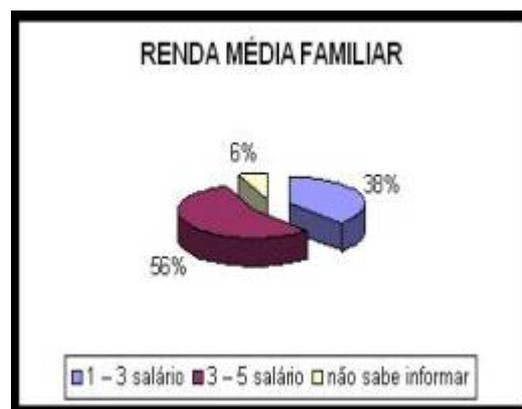
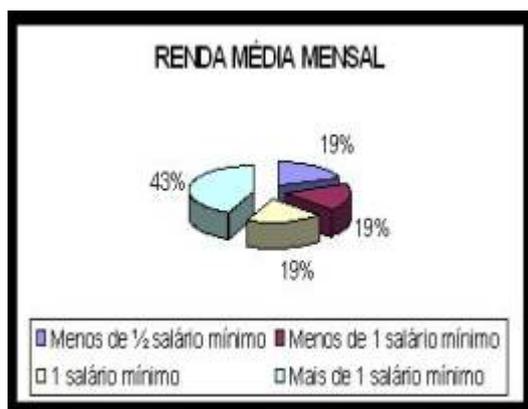




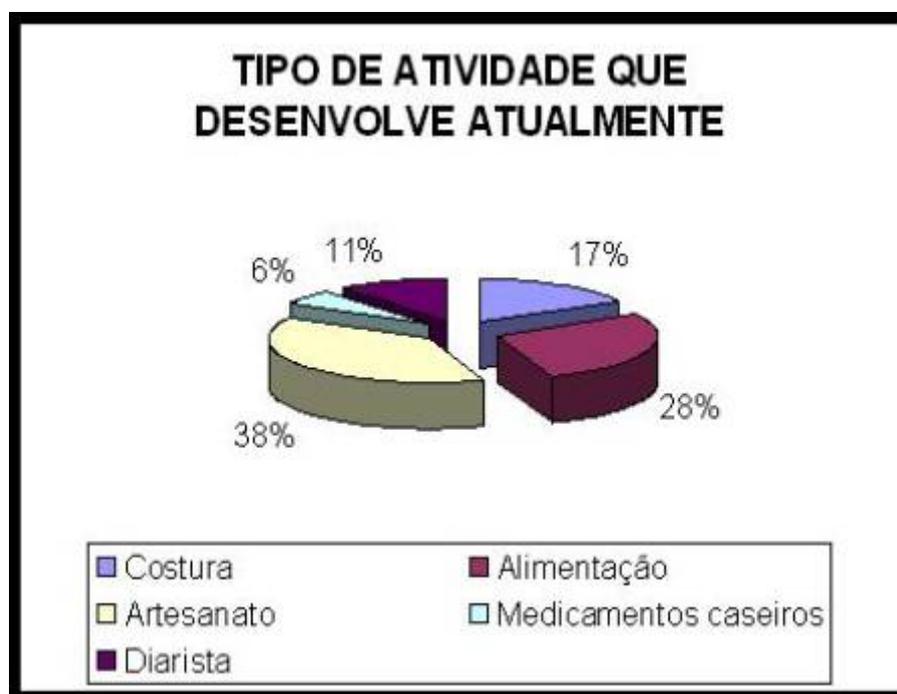
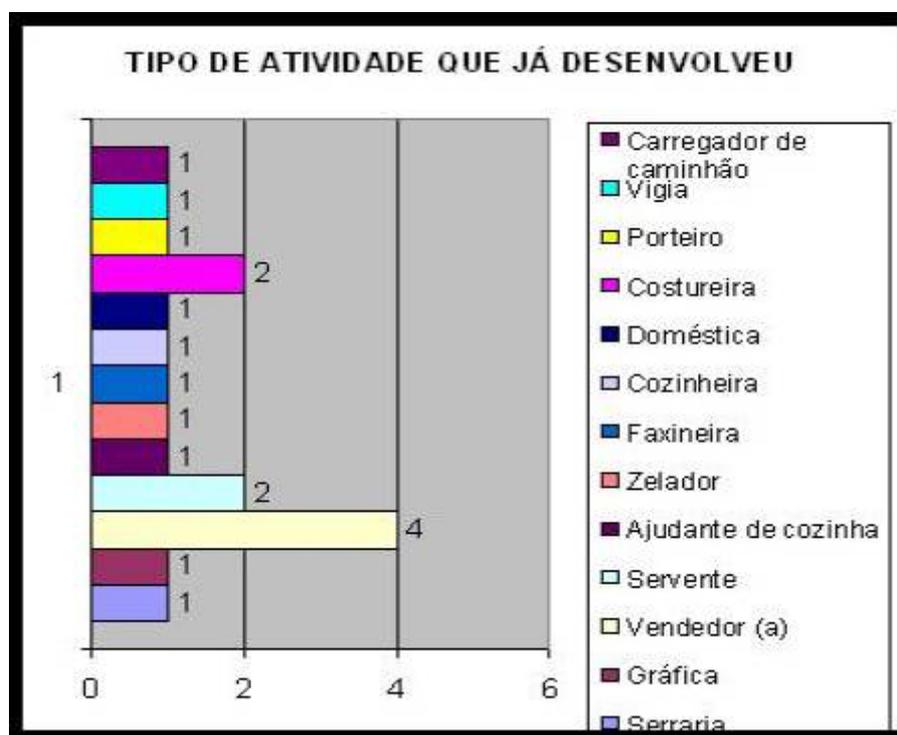
OCUPAÇÃO E RENDA

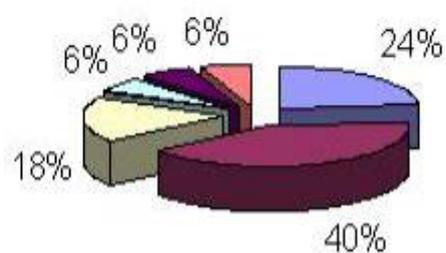
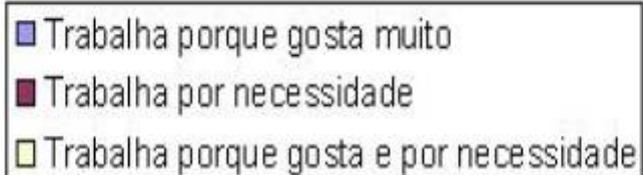
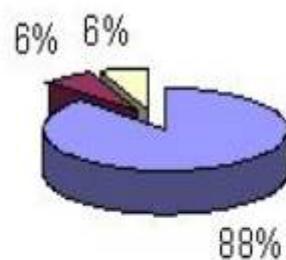


RENDA MÉDIA MENSAL, RENDA FAMILIAR, N° DE PESSOAS QUE CONTRIBUI E BENEFÍCIOS.

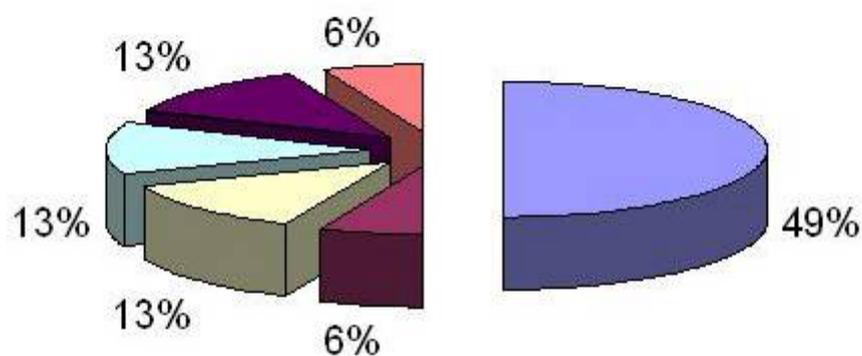


HISTÓRICO PROFISSIONAL DO GRUPO



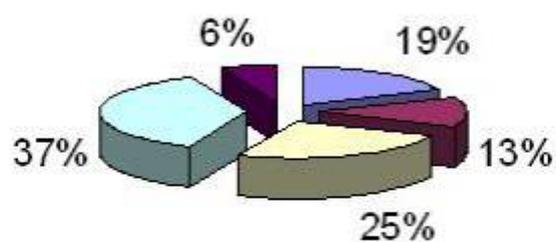
TRABALHO QUE MAIS GOSTA DE FAZER**IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA**

O QUE SONHA REALIZAR ATRVÉS DO TRABALHO



- | | |
|------------------------------------|--------------------------------|
| Ter seu próprio negócio | Ter uma marmitaria comunitária |
| Reformar a casa | Ajudar pessoas |
| Aumentar o ganho para viver melhor | Viajar |

PLANOS PARA O FUTURO



- | |
|--|
| Esperar a providencia de Deus (saúde, paz, trabalho) |
| Deixar alguma coisa para os filhos |
| Viver melhor, com mais qualidade de vida |
| Ter seu próprio negócio |
| Não sabe |

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO ORGANIZADO



ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO GRUPO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA



Anexos



ANEXOS I

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- A valorização social do trabalho humano,
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre a produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul.
- Para a Economia Solidária a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível

organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

○ **Princípios Específicos**

○ **Por um sistema de finanças solidárias**

- Para a economia solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local e nacional;
- **A nível local, micro, territorial:** os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças;
- **A nível nacional, macro, estrutural:** a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seus papéis de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional

para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

- Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam;

- Articulado o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e de nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercambio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referencia, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da

cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais e sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, desenvolvimento genuinamente sustentável.

○ **Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado**

Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa;
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa;
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores;

- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar;
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos;
- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fornecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento;
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

- A Economia Solidária não é:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reservas no Sul.
- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A economia solidária é uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

Anexos II

ENTIDADES/GRUPOS DA REDE CEARENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Associação Santo Dias
2. Ateliê Solidário Espaço de Criação
3. Associação do Bairro Ellery
4. Banco Palmas
5. Cáritas Regional Ceará
6. Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza
7. Catavento Comunicação e Educação Ambiental
8. Cearah Periferia
9. Coopsol
10. Cocredi – Itapipoca
11. Convida – Conselho Nova Vida
12. CDVHS
13. Fundesol
14. Instituto de Revitalização para o Trabalho
15. Instituto Florestan Fernandes
16. Movimento de Mulheres Empreendedoras da Goiabeiras – FBFF
17. Obra Kolping Estadual
18. Obra Kolping – Escritório de Coordenação Nordeste
19. Visão Mundial (Agente de Crédito de Bancos Comunitário)
20. Coagrícola
21. Conselho de Integração Social
22. Organização Granja Portugal Solidária (Solidu)

23. GACC – Grupo de Apoio as Comunidades Carentes
24. ADS – CE
25. FETRAECE
26. ESPLAR
27. CETRA
28. Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza

ANEXOS III

AS ORGANIZAÇÕES E REDES QUE COMPÕEM O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária - RBSES
2. Projetos Alternativos para o Cone Sul - PACS
3. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE
4. Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão – ANTEAG
5. Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE
6. Cáritas Brasileira
7. Movimento dos Sem Terra – MST
8. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
9. Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT
10. Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO
11. Associação Brasileiro de Instituições de Micro-Crédito – ABICRED
12. Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária

ANEXOS IV

Plataforma da Economia Solidária

Finanças Solidárias

1. O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.
2. Destacar linhas que apóiem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturado, bem como para comercialização de produtos.
3. Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços etc).
4. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.
5. Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços

financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.

6. Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.

7. Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

8. Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.

9. Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.

10. Assegurar que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados à Economia Solidária.

11. Possibilitar a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre a mesma e ampliando sua articulação em complexos e redes.

12. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

13. Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

14. Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

15. Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

16. A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

17. Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

18. Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

19. Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios

por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

Marco Legal

1. Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.
2. Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.
3. Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi essenciais e não essenciais.
4. Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.
5. Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.

6. Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil.
7. Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.
8. Elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.
9. Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.
10. Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.
11. Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.
12. Definir zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.
13. Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.

14. Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.
15. Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).
16. Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

1. Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.
2. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.
3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.
4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público

(convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.

5. Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.

11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.
12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.
13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.
14. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

Comunicação

1. Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de *sites* na internet, a criação de um disque Economia Solidária etc, garantindo a horizontalidade da informação.
2. Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

3. Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.
4. Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.
5. Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.
2. Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção

para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

3. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração entre cidade/campo.

4. Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

5. Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

6. Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

7. Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

8. Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

9. Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

10. Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Democratização do Conhecimento e Tecnologia

1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.

4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.
5. Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCPs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.
6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.
7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.
8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.
9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.
11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.
12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Organização Social de Economia Solidária

1. Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.
2. Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados.

3. Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.
4. Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios.
5. Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.